Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12155 | 110 páginas
Curitiba, Sexta-feira, 29 de Maio de 2026

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 07
Procuradoria Geral do Estado 16
Controladoria Geral do Estado 17

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 18
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 21
Secretaria das Cidades 21
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 21
Secretaria da Comunicação 29
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 30
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 36
Secretaria da Educação 39
Secretaria do Esporte 55
Secretaria da Fazenda 55
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 57
Secretaria de Infraestrutura e Logística 57
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 58
Secretaria da Justiça e Cidadania 58
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 59
Secretaria do Planejamento 89
Secretaria da Saúde 89
Secretaria da Segurança Pública 94
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 106
Tribunal de Contas do Estado 108
Tribunal de Justiça do Estado 109

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 110

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Natalino Avance de Souza — Secretário
Bruno Luis Krevoruczka — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Fernando Lúcio Giacobo — Secretário
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Everton Luiz da Costa Souza — Secretário
Amilcar Cavalcante Cabral — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Walmir da Silva Matos — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Felipe Augusto Amadori Flessak — Secretário
Marlos Wilton de Andrade — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Fernando Furiatti Saboia — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Marcos Vitorio Stamm — Secretário
Atila Castello Vaqueiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Luis Guilherme de Castro — Secretário
Nivaldo Ramos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Mariana de Sousa Machado Neris — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Clemerson Aparecido da Silva — Secretário
Isac Teixeira de Lima — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Cesar Augusto Neves Luiz — Secretário

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Saulo de Tarso Sanson Silva — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Willian Porfirio Ribeiro — Secretário
Lauro de Souza Silva Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Luciano Ferreira Bartolomeu — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo

DECRETO Nº 13.877

Cumprimento de ordem judicial para suspender os efeitos do Decreto nº 11.133, de 4 de setembro de 2025, na parte que tornou sem efeito a nomeação de PABLO ALEXSANDRO CAVALCANTE, efetivada pelo Decreto nº 10.284, de 12 de junho de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento a decisão proferida nos Autos nº 0112004-85.2025.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciada no protocolo nº 25.978.503-0,

DECRETA:

Art. 1º Suspende os efeitos do Decreto nº 11.133, de 4 de setembro de 2025, na parte que tornou sem efeito a nomeação de PABLO ALEXSANDRO CAVALCANTE, CPF nº 107.XXX.XXX-58, inscrição nº 003.327-1, efetivada pelo Decreto nº 10.284, de 12 de junho de 2025, para exercer o cargo de Professor do Componente Curricular da Matriz História, do Quadro Próprio do Magistério – QPM, no Núcleo Regional de Educação de Londrina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71302/2026

DECRETO Nº 13.878

Nomeação de ANA CRISTINA COSTA DA CRUZ, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.999.318-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 8 de junho de 2026, ANA CRISTINA COSTA DA CRUZ, CPF nº 111.XXX.XXX-48, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-4, da Secretaria de Estado da Fazenda, ficando exonerado, a partir de 1º de junho de 2026, NICHOLAS ANDREY MONTEIRO WATZKO, CPF nº 369.XXX.XXX-46.

Art. 2º Exonera ANA CRISTINA COSTA DA CRUZ, CPF nº 111.XXX.XXX-48, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-10, da Casa Civil, a partir de 8 de junho de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

71304/2026

DECRETO Nº 13.879

Exonerações e designações para funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.997.285-0,

DECRETA:

Art. 1º Exonera ocupantes de funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a partir de 31 de maio de 2026:

a pedido, REGINA RUDEK, CPF nº 528.XXX.XXX-78, Assessor – Símbolo FCE-10;

FRANCINE POLI RAMOS CORDEIRO, CPF nº 006.XXX.XXX-70, Assessor – Símbolo FCE-10;

GABRIEL MARTINS MIRANDA, CPF nº 064.XXX.XXX-44, Assessor – Símbolo FCE-9.

Art. 2º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a partir de 1º de junho de 2026:

FRANCINE POLI RAMOS CORDEIRO, CPF nº 006.XXX.XXX-70, Assessor – Símbolo FCE-9;

GABRIEL MARTINS MIRANDA, CPF nº 064.XXX.XXX-44, Assessor – Símbolo FCE-10;

PEDRO PAGANNI LOPES, CPF nº 089.XXX.XXX-84, Assessor – Símbolo FCE-10.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71307/2026

DECRETO Nº 13.880

Nomeia membros para o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná – COPED.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 25.956.880-3,

DECRETA:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná – COPED, os seguintes representantes da Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJU:

I - LUIS GUILHERME DE CASTRO, CPF nº 550.XXX.XXX-87, como membro Titular, em substituição a VALDEMAR BERNARDO JORGE, RG nº 4.XXX.888-X;

II - FRANCIELI JACOMEL ZURITA POHLMANN, CPF nº 033.XXX.XXX-76, como membro suplente, em substituição a NÁDIA ALVES DE SOUZA LEANDRO, RG nº X.558.784-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIS GUILHERME DE CASTRO
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

71310/2026

DECRETO Nº 13.881

Nomeia representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania para integrar o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos – CEG/FEID.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 25.957.030-1,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos – CEG/FEID, os seguintes representantes governamentais da Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJU:

I - LUIS GUILHERME DE CASTRO, CPF nº 550.XXX.XXX-87, representante titular, em substituição a VALDEMAR BERNARDO JORGE, RG nº 4.XXX.888-X;

II - FRANCIELI JACOMEL ZURITA POHLMANN, CPF nº 033.XXX.XXX-76, representante suplente, em substituição a JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA, RG nº 8.XXX.609-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIS GUILHERME DE CASTRO
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

71314/2026

DECRETO Nº 13.882

Nomeação de representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento para integrar o Conselho Estadual de Povos Indígenas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 25.587.165-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual de Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR, EMELINE PIEMONTEZ DE OLIVEIRA VAILATI, CPF 066.XXX.XXX-09, em substituição a DANIELA MARTIN SANDRI, CPF 728.XXX.XXX-20, como representante suplente da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB.

Art. 2º Altera o inciso X do art. 2º do Decreto nº 4.860, de 16 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

X – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

Titular: MIRIAM FUCKNER, CPF 234.XXX.XXX-34;

Suplente: EMELINE PIEMONTEZ DE OLIVEIRA VAILATI, CPF 066.XXX.XXX-09.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

71316/2026

DECRETO Nº 13.883

Nomeação de representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania para integrar o Conselho Estadual de Povos Indígenas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolado nº 25.957.307-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia ANDRÉ LUIZ DINIZ, CPF nº 094.XXX.XXX-40, em substituição a NÁDIA ALVES DE SOUZA LEANDRO, CPF nº 809.XXX.XXX-15, para integrar o Conselho Estadual de Povos Indígenas – CEPI, como representante Suplente da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

Art. 2º Altera o inciso II do art. 4º do Decreto nº 9.024, de 20 de fevereiro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(…)

II - ANDRÉ LUIZ DINIZ, CPF 094.XXX.XXX-40, como Conselheiro suplente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

71319/2026

DECRETO Nº 13.884

Nomeação de representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania para integrar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua - CIAMPRua/PR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 25.957.127-8,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, para integrar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua - CIAMPRua/PR, os seguintes representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU:

I - FRANCIELI JACOMEL ZURITA POHLMANN, CPF nº 033.XXX.XXX-76; como representante Titular, em substituição a RODRIGO MULLER DO VALLE, CPF nº 083.XXX.XXX-48;

II - INGRID MACHADO DO NASCIMENTO, CPF nº 810.XXX.XXX-68, como representante suplente, em substituição a ELIZABETH MASSIAS, RG n° 4.XXX.708-X,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIS GUILHERME DE CASTRO
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

71321/2026

DECRETO Nº 13.885

Nomeia representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania para o Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná - CEMVEJ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 25.957.226-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná – CEMVEJ, os seguintes representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU:

I - Titular: JOSÉ LUIZ NOGUEIRA BINOTTO, CPF nº 567.XXX.XXX-20, em substituição a JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA, RG nº 6.XXX.089-X;

II - Suplente: FRANCIELI JACOMEL ZURITA POHLMANN, CPF nº 033.XXX.XXX-76, FABIANA CRISTINA DE CAMPOS ROMANELLI, RG nº 10.XXX.898-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIS GUILHERME DE CASTRO
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

71326/2026

DECRETO Nº 13.886

Nomeação de representante da sociedade civil para integrar o Conselho Estadual da Juventude – CEJUV/PR, para o exercício 2026/2027.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com a Lei nº 22.636, de 19 de setembro de 2025, bem como o contido no protocolo nº 25.965.198-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual da Juventude – CEJUV/PR, para o exercício de 2026/2027, a seguinte representante da sociedade civil:

I - Entidade Suplente: União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná – UNICAFES:

Suplente: BÁRBARA MARIA CAMARGO ALMEIDA, CPF nº 083.XXX.XXX-07.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71328/2026

DECRETO Nº 13.887

Nomeações para cargos em comissão da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 26.004.669-1,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

CARLA PELISSARI DEMORI, CPF nº 042.XXX.XXX-90, Assessor - Símbolo CCE-7, a partir de 8 de junho de 2026, ficando exonerada TATIANE FLORIANO, CPF nº 037.XXX.XXX-27, a partir de 7 de junho de 2026;

JULYANDRA FANTIN SANTOS, CPF nº 067.XXX.XXX-82, Assessor - Símbolo CCE-10, a partir de 8 de junho de 2026, ficando exonerada CARLA PELISSARI DEMORI, CPF nº 042.XXX.XXX-90, a partir de 7 de junho de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

SAULO DE TARSO SANSON SILVA
Secretário de Estado da Segurança Pública

71331/2026

DECRETO Nº 13.888

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-7, da Casa Civil.	em	- 3 (três) cargos de Assessor, símbolo CCE-14, da Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71334/2026

DECRETO Nº 13.889

Nomeação de VANESSA PEREIRA, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, VANESSA PEREIRA, CPF nº 036.XXX.XXX-83, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71342/2026

DECRETO Nº 13.890

Nomeação de FRANCIELLY DAL SANTOS ANTONIO, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, FRANCIELLY DAL SANTOS ANTONIO, CPF nº 064.XXX.XXX-44, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, ficando exonerado JOSE VINICIUS PABLO PONTAROLO, CPF nº 082.XXX.XXX-33.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de maio de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71337/2026

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1.537

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 5.866, de 23 de maio de 2024, o servidor DANIEL DE FIGUEIREDO FRANCO, CPF nº 074.XXX.XXX-65, nomeado no Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN pelo Decreto nº 13.814, de 26 de maio de 2026, para desempenhar suas atividades junto à Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados – SGSD.

Art. 2º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados, nomeados na Casa Civil, para desempenharem suas atividades junto aos órgãos que especifica:

I - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF-NR Umuarama:

a) ANTONIO MARTINS JUNIOR, CPF nº 028.XXX.XXX-04, nomeado pelo Decreto nº 10.837, 7 de agosto de 2025, ficando revogada sua designação para o Instituto Água e Terra – IAT, efetivada pelo inciso VII do art. 1º da Resolução CC nº 1324, de 19 de agosto de 2025;

II - Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP:

a) ANDRE LUIZ DINIZ, CPF nº 094.XXX.XXX-40, nomeado pelo Decreto nº 11.902, de 12 de novembro de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU, efetivada pela Resolução CC nº 1396, de 24 de novembro de 2025;

III - Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP:

a) MARCOS ANTONIO DE FARIA, CPF nº 847.XXX.XXX-49, nomeado pelo Decreto nº 13.854, de 27 de maio de 2026;

IV - Divisão de Cerimonial e Relações Internacionais – DCRI da Casa Militar – CM:

a) MARIA DA LUZ DOS SANTOS LIMA, CPF nº 047.XXX.XXX-30, nomeada pelo Decreto nº 13.856, de 27 de maio de 2026.

V - Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN – 07ª CIRETRAN – Cascavel:

a) PAULO TONIN, CPF nº 589.XXX.XXX-20, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 13.767, de 22 de maio de 2026.

VI - Secretaria de Estado da Educação – SEED:

a) ITABORAÍ SILON CORDEIRO, CPF nº 752.XXX.XXX-63, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 13.774, de 22 de maio de 2026.

Art. 3º Designa, nos termos do parágrafo único, do art. 5º do Decreto nº 78, de 6 de janeiro de 2023, os servidores abaixo relacionados nomeados na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, para desempenharem suas atividades junto à Superintendência Geral de Articulação Regional – SAR-Maringá:

I - NIVALDA TEIXEIRA DA SILVA, CPF nº 705.XXX.XXX-87, nomeada pelo Decreto nº 13.233, de 7 de abril de 2026;

II - SABRINA CASSEMIRO DA SILVA FORNER, CPF nº 037.XXX.XXX-11, nomeada pelo Decreto nº 10.704, de 22 de julho de 2025;

III - GUILHERME MARQUES DA SILVA MARIUCCI, CPF nº 064.XXX.XXX-69, nomeado pelo Decreto nº 9.825, de 5 de maio de 2025.

Art. 4º Eventuais despesas dos servidores designados com diárias e passagens ficará a cargo dos órgãos de destino.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga a Resolução CC nº 257, de 2 de junho de 2023.

Curitiba, 29 de maio de 2026.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71357/2026

RESOLUÇÃO nº 1.538

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados, para desempenharem suas atividades junto aos órgãos que especifica:

I - Secretaria de Estado da Industria, Comércio e Serviços – SEIC:

a) ALEX ADAM VIRGILIO, CPF nº 072.XXX.XXX-42, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 10.238, de 10 de junho de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pela Resolução CC nº 1277, de 1º de julho de 2025;

b) THIAGO MANOEL SCHIER, CPF nº 055.XXX.XXX-12, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 4.622, de 17 de janeiro de 2024 e transferido para a Casa pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso XX do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

c) CÉSAR AUGUSTO DE LIMA ANAD, CPF nº 018.XXX.XXX-01; nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 8.033, de 26 de novembro de 2024 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.809, de 30 de abril de 2025;

d) LUIZ CARLOS NUNES, CPF nº 775.XXX.XXX-53, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 10.238, de 10 de junho de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pela Resolução CC nº 1261, de 18 de junho de 2025;

e) HUDSON ROBERTO JOSÉ, CPF nº 566.XXX.XXX-49, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 11.934, de 13 de novembro de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pela Resolução CC nº 1397, de 24 de novembro de 2025;

f) DENISE ORTEGA, CPF nº 041.XXX.XXX-60, nomeada na Casa Civil pelo Decreto nº 11.076, de 1 de setembro de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pela Resolução CC nº 1400, de 26 de novembro de 2025;

g) RODRIGO PINA DE ALMEIDA, CPF nº 028.XXX.XXX-08, nomeado no Gabinete do Governador pelo Decreto nº 25, de 2 de janeiro de 2023 e reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pela Resolução CC nº 1165, de 9 de abril de 2025;

h) ANA PAULA BERTOL PICANCO ALVES, CPF nº 921.XXX.XXX-78, nomeada na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 211, de 18 de janeiro de 2023, reconduzida pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferida para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025;

i) CASSIANO TOMAZ SALVADOR, CPF nº 009.XXX.XXX-83, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto 211, de 18 de janeiro de 2023 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso III do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

j) DIEGO CESCA, CPF nº 045.XXX.XXX-96, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto 211, de 18 de janeiro de 2023 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso IV do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

k) EDERSON PEREIRA RODRIGUES, CPF nº 035.XXX.XXX-19, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 2.061, de 17 de maio de 2023, reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso IX do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

l) FABIO DA SILVA, CPF nº 027.XXX.XXX-58, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 211, de 18 de janeiro de 2023, reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso XI do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

m) MONCLAR OCTAVIO MARTINS, CPF nº 042.XXX.XXX-30, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEL pelo Decreto nº 5.984, de 29 de maio de 2024 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso XIV do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

n) MARCELO SANTOS GONÇALVES, CPF nº 025.XXX.XXX-21, lotado na Casa Civil, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso I do art. 1º da Resolução CC nº 1186, de 25 de abril de 2025;

o) RENAN FERREIRA FIGUEIRAL, CPF nº 052.XXX.XXX-47, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 495, de 14 de fevereiro de 2023, reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

– SECID, efetivada pelo inciso XVIII do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

p) THIAGO AMBROSINI, CPF nº 036.XXX.XXX-88, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 1.800, de 5 de maio de 2023, reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.590, de 10 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso XIX do art. 1º da Resolução CC nº 1170, 10 de abril de 2025;

q) SABRINA ACIOLI DE LIMA, CPF nº 076.XXX.XXX-90, nomeada na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 298, de 27 de janeiro de 2023, reconduzida pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferida para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.809, de 30 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso IV do art. 1º da Resolução CC nº 1198, de 30 de abril de 2025;

r) NELSON ADEMAR PISKE, CPF nº 654.XXX.XXX-87, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 930, de 14 de março de 2023, reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.809, de 30 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso V do art. 1º da Resolução CC nº 1198, de 30 de abril de 2025;

s) BLANDA HELLEN ZAMOINSKI FERREIRA, CPF nº 061.XXX.XXX-08, nomeada na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 572, de 17 de fevereiro de 2023, reconduzida pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferida para a Casa Civil pelo Decreto nº 10.684, de 22 de julho de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso I do art. 1º da Resolução CC nº 1.301, de 23 de julho de 2025;

t) ERIANE BUDZIAK, CPF nº 071.XXX.XXX-48, nomeada na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 1.792, de 5 de maio de 2023, reconduzida pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferida para a Casa Civil pelo Decreto nº 10.684, de 22 de julho de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso II do art. 1º da Resolução CC nº 1.301, de 23 de julho de 2025;

u) NATHAN DE MORAES ANDRUSZINSKI, CPF nº 133.XXX.XXX-19, nomeado na Secretaria de Estado das Cidades – SECID pelo Decreto nº 12.757, de 23 de fevereiro de 2026;

v) LEONARDO FREDERICO SGUAREZI, CPF nº 008.XXX.XXX-98, nomeado na Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM pelo Decreto nº 134, de 12 janeiro de 2023, reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e transferido para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID pelo Decreto nº 12.690, de 9 de fevereiro de 2026, ficando revogada sua designação para a Paraná Projetos efetivada pela Resolução CC nº 851, de 5 de agosto de 2024;

II - Secretaria de Estado do – SEPL:

a) RAFAEL RAUTA BUIAR, CPF nº 052.XXX.XXX-79, nomeado na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL pelo Decreto nº 7028, de 9 de agosto de 2024 e transferido para a Casa Civil pelo Decreto nº 9.809, de 30 de abril de 2025, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, efetivada pelo inciso III do art. 1º da Resolução CC nº 1198, de 30 de abril de 2025.

Art. 2º Eventuais despesas dos servidores designados com diárias e passagens ficará a cargo dos órgãos de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga:

I - a Resolução CC nº 257, de 2 de junho de 2023;

II - o inciso I do art. 1º da Resolução CC nº 1170, de 11 de abril de 2025;

o inciso II do art. 1º da Resolução CC nº 1170, de 11 de abril de 2025.

Curitiba, 29 de maio de 2026.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

71361/2026

PORTARIA nº 195

Lota JULIA MENARIN SLOMPO para desempenhar suas funções junto à Coordenação de Gestão de Assuntos Técnicos – CAT.

O DIRETOR-GERAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e,

Considerando o dever da Administração Pública em conferir transparência às funções desempenhadas pelos servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Lota a servidora JULIA MENARIN SLOMPO, CPF nº 077.XXX.XXX-55, para desempenhar suas funções junto à Coordenação de Gestão de Assuntos Técnicos – CAT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de maio de 2026.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Diretor-Geral da Casa Civil

71355/2026



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário OFICIAL Paraná

DETRAN

PORTARIA N.º 509/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.262.591-7.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr. FIDENCIO PEREIRA NETO, CPF nº 088.XXX.XXX-01, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69301/2026

PORTARIA N.º 515/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.255.116-6.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Eliel Ribeiro Weng, CPF nº 058.XXX.XXX-41, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69348/2026

PORTARIA N.º 516/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.269.139-1.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. SAMUEL LUIZ LEPREVOSTI, CPF nº 029.XXX.XXX-30, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69314/2026

PORTARIA N.º 517/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.343.385-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. HELOIZA BORDINI ORASMO, CPF nº 022.XXX.XXX-00, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69414/2026

PORTARIA N.º 521/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.270.171-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. PAULO CEZAR BUZETTI, CPF nº 828.XXX.XXX-34, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69327/2026

PORTARIA N.º 535/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.270.411-6.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. HOMAS FERREIRA BORBA, CPF nº 027.XXX.XXX-31, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69319/2026

PORTARIA N.º 536/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.297.632-9.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. KELLY CRISTINE FAGUNDES TIEPPO, CPF nº 007.XXX.XXX-26, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69334/2026

PORTARIA N.º 538/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
ONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.344.490-8.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. NOELI BEZERRA DA SILVA, CPF nº 711.XXX.XXX-68, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69391/2026

PORTARIA N.º 539/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.375.027-8.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. JOSE ALMIR VERNE, CPF nº 067.XXX.XXX-07, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69425/2026

PORTARIA N.º 552/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.252.250-6.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Ricardo

Suzuki, CPF nº 713.XXX.XXX-68, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69402/2026

PORTARIA N.º 578/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.345.274-9.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. EDUARDO RODRIGUES JARDIM, CPF nº 049.XXX.XXX-54, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69386/2026

PORTARIA N.º 510/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.388.604-8.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr. MANOEL FELIPE LOPES, CPF nº 088.XXX.XXX-89, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69606/2026

PORTARIA N.º 511/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.392.215-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. THAIS BRASIL CUSTODIO, CPF nº 092.XXX.XXX-10, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69600/2026

PORTARIA N.º 512/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.387.395-7.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. CAMILA ALVES PINTO, CPF nº 071.XX.XXX-47, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69500/2026

PORTARIA N.º 514/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.379.161-6.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Fernando dos Santos Medeiros, CPF nº 075.XXX.XXX-16, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69644/2026

PORTARIA N.º 518/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.387.741-3.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. DANIELLE MORO SILVA, CPF nº 956.XXX.XXX-20, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69487/2026

PORTARIA N.º 519/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.412.359-5.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. PAULO ROBERTO GONCALVES DA ROCHA, CPF nº 020.XXX.XXX-98, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69608/2026

PORTARIA N.º 523/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.379.554-9.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Herbert Goncalves Lucas, CPF nº 027.XXX.XXX-44, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69647/2026

PORTARIA N.º 524/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.407.619-8.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Carlos Eduardo Sales, CPF nº 262.XXX.XXX-99, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69652/2026

PORTARIA N.º 525/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.307.278-4.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. Brigida Alves Sampaio de Aguiar, CPF nº 095.XXX.XXX-43, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69641/2026

PORTARIA N.º 532/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.299.283-9.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. Thamara Regina Godoi de Matos, CPF nº 095.XXX.XXX-08, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69658/2026

PORTARIA N.º 540/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.429.663-5.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. ALLAN BRYKSAAG DO NASCIMENTO, CPF nº 040.XXX.XXX-01, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69611/2026

PORTARIA N.º 541/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.246.279-1.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Maycon Aurelio Costa dos Santos, CPF nº 043.XXX.XXX-43, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69435/2026

PORTARIA N.º 543/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.428.802-0.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. SIDIEL SILVA FERMINO, CPF nº 108.XXX.XXX-17, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69615/2026

PORTARIA N.º 544/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.394.043-3.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Fernando Fortunato, CPF nº 033.XXX.XXX-63, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69661/2026

PORTARIA N.º 548/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.405.706-1.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, a Sra. FRANCISRAY DE MENDONÇA, CPF nº 059.XXX.XXX-07, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69607/2026

PORTARIA N.º 558/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.388.002-3.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. FABIANO WECKERLIN, CPF nº 820.XXX.XXX-72, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69485/2026

PORTARIA N.º 564/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.434.499-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. NOROALDO DARCI PRESTES, CPF nº 647.XXX.XXX-91, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69618/2026

PORTARIA N.º 569/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.397.199-1.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Edipo Carneiro Fortes, CPF nº 068.XXX.XXX-06, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;

III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69635/2026

PORTARIA N.º 571/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.307.614-3.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Matheus Alves Santos, CPF nº 099.XXX.XXX-03, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69636/2026

PORTARIA N.º 579/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.388.186-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. WALZENIR GOMES FERREIRA FILHO, CPF nº 065.XX.XXX-60, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69444/2026

PORTARIA N.º 580/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.385.510-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. MARCOS HENRIQUE CAMARGO, CPF nº 018.XXX.XXX-05, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69598/2026

PORTARIA N.º 601/2026 – DP/DETRAN-PR

Designação de Membros Integrantes para composição das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI do DETRAN/PR.

A PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR no uso das suas atribuições legais e prerrogativas fixadas no Decreto Estadual nº 11.418/2022 que institui o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

Considerando as competências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503/1997, e Resolução n.º 357/2010 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Considerando a publicação do Decreto Estadual nº 13.816 de 26 de maio de 2026.

Considerando o contido no art. 4º, inciso I do Decreto Estadual nº 11.418/2022.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Membro Integrante Titular, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, para compor a Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI, conforme segue:

INTEGRANTE	POSIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	JARI
Mayara Dias Dalpont	Titular	Conhecimento	JARI III

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir da sua assinatura.

(datado e assinado digitalmente)

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

69803/2026

PORTARIA N.º 545/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.316.775-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a) GIOVANNI CESAR TELES, CPF nº 058.XXX.XXX-58, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69796/2026

PORTARIA N.º 572/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.352.555-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Juliano de Oliveira Souza, CPF nº 220.xXXX.XXX-07, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69744/2026

PORTARIA N.º 574/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.369.046-1.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a) KAUE ADRIANO DA SILVA, CPF nº 049.XXX.XXX-16, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69790/2026

PORTARIA N.º 575/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.321.621-2.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o Sr. Tiago Miguel, CPF nº 071.XXX.XXX-76, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

69769/2026

Procuradoria Geral do Estado

DELIBERAÇÃO N.º 22/2026 – CSPGE

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1239ª sessão ordinária do dia 21 de maio de 2026, por unanimidade de votos,

D E L I B E R O U

no sentido de **instituir Comissão** para revisar o processo Eleitoral para Corregedor-Geral e Corregedor-Adjunto da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 246, de 2022, art. 2º, § 3º, e na Deliberação nº 20, de 2024-CSPGE, ficando estipulada a data de 18 de junho de 2026, para a finalização dos trabalhos, com a seguinte composição:

- Bráulio Cesco Fleury – Conselheiro Presidente;
- Aline Fernanda Faglioni – Conselheira Membro;
- Letícia Maria de Toni – Conselheira Membro.

Curitiba, Sala do Conselho, em 21 de maio de 2026.

Lucia Helena Cachoeira
Presidente do Conselho Superior, *em substituição*

Marco Antonio Lima Berberi
Conselheiro

Isabela Cristine Martins Ramos
Conselheira

Bráulio Cesco Fleury
Conselheiro

Felipe Azevedo Barros
Conselheiro

Aline Fernanda Faglioni
Conselheira

Letícia Maria de Toni
Conselheira

André Luiz Kurtz
Conselheiro

Ítalo Medeiros Cisneiros
Conselheiro

69432/2026

Resolução nº 107/2026-PGE

Altera o Edital nº 01/2025 - CAF/PGE-PR. Modifica os prazos constantes nos itens 3.1 e 8.2.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Complementar n.º 26, de 1985, o art. 17 da Lei n.º 21.860, de 15 de dezembro de 2023, e os artigos 46 e seguintes do Decreto n.º 7.855, de 6 de novembro de 2024, bem como o contido no protocolo n.º 24.246.828-7,

RESOLVE

Art. 1º Alterar os itens 3.1 e 8.2 do Edital nº 01/2025 - CAF/PGE-PR, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"3.1. O contribuinte deverá realizar requerimento de adesão à proposta da Procuradoria-Geral do Estado, por meio eletrônico, de 28 de outubro de 2025 até às 18h do dia 29 de maio de 2026, observado o prazo para obtenção do Termo de Regularização de Parcelamento - TRP."
"8.2. Este edital entrará em vigor em 28 de outubro de 2025 e terá validade até 29 de maio de 2026."
Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições previstas no Edital nº 01/2025 - CAF/PGE-PR.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

69382/2026

Controladoria Geral do Estado

RESOLUÇÃO CGE N.º 62, DE 27 DE MAIO DE 2026

Designa servidora para exercer, interinamente, a função de Chefe da Coordenadoria de Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado.
A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II, do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,
CONSIDERANDO o requerimento de férias, conforme trâmite contido no protocolo 24.782.117-1,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SUELEN FERREIRA DA SILVA, CPF n.º 084.XXX.XXX-00, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer, interinamente, a função de Chefe da Coordenadoria de Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado, no período de 15/06/2026 a 04/07/2026, em substituição à titular da função, LETÍCIA RANI PEDROZO DOHMS, CPF n.º 044.XXX.XXX-69, por motivo de férias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução CGE n.º 50/2026.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Louise da Costa e Silva Garnica
Controladora-Geral do Estado

69596/2026

RESOLUÇÃO CGE N.º 63, DE 27 DE MAIO DE 2026

Designa servidora para exercer, interinamente, a função de Chefe da Coordenadoria de Integridade e Compliance da Controladoria-Geral do Estado.

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II, do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

CONSIDERANDO o requerimento de férias, conforme trâmite contido no protocolo 24.854.440-6,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora JULIANA HOOGEVOONINK XAVIER DE OLIVEIRA, CPF n.º 042.XXX.XXX-14, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer, interinamente, a função de Chefe da Coordenadoria de Integridade e Compliance da Controladoria-Geral do Estado, no período de 20/07/2026 a 29/07/2026, em substituição ao titular da função, PAULO AGUIAR PALACIOS, CPF n.º 869.XXX.XXX-20, por motivo de férias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Louise da Costa e Silva Garnica
Controladora-Geral do Estado

69601/2026

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RESOLUÇÃO CGE Nº 60/2026

Designa servidores para atuar como gestor e fiscal do Contrato Administrativo GMS sob o n.º 70/2025, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado-CGE e a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,
RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º Designar para atuar como gestor e fiscal do contrato administrativo GMS sob o n.º 70/2025, cujo objeto trata de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, firmado entre a CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60, e a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 14.983.004/0001-41, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, os seguintes servidores::

CASSIANE COSTA DA SILVA	CPF 023.XXX.XXX-77	Gestor
GABRIEL KASPCHAK	CPF 081.XXX.XXX-06	Gestor substituto
MATHEUS HENRIQUE ORTEGA	CPF 048.XXX.XXX-46	Fiscal
KARINE GONCALVES DOS SANTOS	CPF 010.XXX.XXX-24	Fiscal substituto

Art. 2º Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n º 10.086, de 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CGE n.° 32/2026.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

69704/2026

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RESOLUÇÃO CGE Nº 61/2026

Designa servidores para atuar como gestor e fiscal do Contrato Administrativo GMS sob o n.º 91810/2025, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado-CGE e a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,
RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º Designar para atuar como gestor e fiscal do contrato administrativo GMS sob o n.º 9181/2025, cujo objeto trata de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação (encarregada), firmado entre a CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60, e a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 14.983.004/0001-41, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, os seguintes servidores:

CASSIANE COSTA DA SILVA	CPF 023.XXX.XXX-77	Gestor
GABRIEL KASPCHAK	CPF 081.XXX.XXX-06	Gestor substituto
MATHEUS HENRIQUE ORTEGA	CPF 048.XXX.XXX-46	Fiscal

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

KARINE GONCALVES DOS SANTOS	CPF 010.XXX.XXX-24	Fiscal substituto

Art. 2° Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n º 10.086, de 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CGE n.° 29/2026.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

69714/2026

Secretaria da Administração e da Previdência

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEED N.º 1211, DE 21 DE MAIO DE 2026

Concede promoção aos servidores do Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO** e o **SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, considerando o art. 13A da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador, de 31 de março de 2026 (protocolo n.º 25.366.385-5), em observância ao contido na Lei Complementar n.º 123, de 9 de Setembro de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica, e o contido no protocolado n.º 25.840.972-8,

RESOLVEM:

Art. 1.º Conceder Promoção aos servidores ativos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB especificados no Anexo Único desta Resolução, na forma estabelecida pelo art. 16 da Lei Complementar n.º 123, de 9 de setembro de 2008.

Art. 2.º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

ANEXO ÚNICO

QUADRO	CPF	LF	NOME	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
QFEB	009.XXX.XXX-16	1	ANA ELISA VIDAL MINA RIBEIRO	AGEB II	VIII	XII
QFEB	031.XXX.XXX-22	1	ANA LUCIA HAMMERSCHMIDT	AGEB II	VIII	XII
QFEB	018.XXX.XXX-51	1	ANDERSON LIMA FERNANDES	AGEB II	XI	XII
QFEB	845.XXX.XXX-68	39	ANDREIA EMILIA PLACHA RODRIGUEZ	AGEB II	XI	XII
QFEB	038.XXX.XXX-83	1	BEATRIZ VIANI DA SILVA TELICESQUI	AGEB II	XI	XII
QFEB	921.XXX.XXX-25	1	CLAUDIA GOMES DOS SANTOS	AGEB II	XI	XII
QFEB	044.XXX.XXX-80	1	CLEBER LUIZ SANT ANNA	AGEB II	X	XII
QFEB	036.XXX.XXX-13	1	DANIELLE DA SILVA SOKOLOWSKI	AGEB II	X	XII
QFEB	875.XXX.XXX-20	1	DENISE OLIVEIRA	AGEB II	X	XII
QFEB	037.XXX.XXX-00	1	EDUARDO MARCHETT	AGEB II	IX	XII
QFEB	029.XXX.XXX-80	1	FABIO DE OLIVEIRA DA SILVA	AGEB II	IX	XII
QFEB	043.XXX.XXX-18	1	GENILCE VERMELEN AGE	AGEB II	X	XII
QFEB	027.XXX.XXX-10	1	GILSON LOURENCO DE OLIVEIRA	AGEB I	VI	VII
QFEB	651.XXX.XXX-49	92	GISELE MEDEIROS DE LIMA	AGEB II	IX	XII
QFEB	041.XXX.XXX-40	1	GUILHERME MACHADO FRAGOSO	AGEB II	IX	XII
QFEB	804.XXX.XXX-20	2	HUGO SQUARSI DE AQUINO	AGEB II	IX	XII
QFEB	033.XXX.XXX-24	1	JACKSON LEONARDO RICHARD	AGEB II	XI	XII
QFEB	064.XXX.XXX-25	1	JEFERSON TRINDADE	AGEB II	VIII	XII
QFEB	876.XXX.XXX-68	1	JOSE BRANDINO DA COSTA	AGEB II	IX	XII
QFEB	026.XXX.XXX-67	1	JOSIANE DUTRA GARBELINI	AGEB II	VIII	XII
QFEB	664.XXX.XXX-00	1	JUVENAL PEREIRA DE OLIVEIRA	AGEB II	VI	XII
QFEB	032.XXX.XXX-99	1	LEANDRO TEIXEIRA DA SILVA DE LIMA	AGEB II	X	XII
QFEB	029.XXX.XXX-63	1	LUCIANA DE OLIVEIRA BLANK	AGEB II	X	XII
QFEB	470.XXX.XXX-68	1	LUIZ FERNANDO CAUDURO	AGEB II	VI	XII
QFEB	914.XXX.XXX-34	1	MAGALI DE CAMARGO	AGEB II	X	XII
QFEB	544.XXX.XXX-53	1	MARIA INES DE FRANCA PEREIRA	AGEB II	XI	XII
QFEB	026.XXX.XXX-52	1	MARIA SANTOS LIMA	AGEB I	VI	VII
QFEB	669.XXX.XXX-68	1	MARIA SENI VASCONCELOS DA SILVA	AGEB II	IX	XII
QFEB	037.XXX.XXX-74	1	MARIANA BEGER	AGEB II	IX	XII
QFEB	587.XXX.XXX-34	1	MARISTELA MARA TEIXEIRA	AGEB II	XI	XII

QFEB	943.XXX.XXX-87	1	MARLENE RAYER	AGEB II	VII	XII
QFEB	032.XXX.XXX-69	1	MARLI RODRIGUES BARBOSA	AGEB I	III	VII
QFEB	787.XXX.XXX-15	1	NEIDE CRISTINA ROHSLER	AGEB II	IX	XII
QFEB	024.XXX.XXX-60	1	PAULA REGINA DE MATTOS	AGEB II	XI	XII
QFEB	028.XXX.XXX-51	2	PAULO ANSELMO SANTANA OWSIANY	AGEB II	VIII	XII
QFEB	026.XXX.XXX-43	1	RAFAEL FRANCISCO RIBEIRO DOS SANTOS	AGEB II	XI	XII
QFEB	703.XXX.XXX-00	1	RAIMUNDO NONATO DA SILVA	AGEB II	IX	XII
QFEB	004.XXX.XXX-16	1	RICARDO JOSE DE LIMA	AGEB II	VIII	XII
QFEB	059.XXX.XXX-61	1	ROGERIO DE OLIVEIRA SILVA	AGEB I	III	VII
QFEB	728.XXX.XXX-68	1	ROSANGELA DE SOUZA LEITE	AGEB II	IV	XII
QFEB	020.XXX.XXX-83	1	ROSANGELA MARIA CHAVES DOS SANTOS	AGEB I	IX	XII
QFEB	023.XXX.XXX-50	1	ROSILENE SKRIPE DE OLIVEIRA	AGEB II	X	XII
QFEB	966.XXX.XXX-00	1	SANDRO APARECIDO MACHADO MULLER	AGEB II	X	XII
QFEB	023.XXX.XXX-78	97	SANDRO LUIS CHAGAS SANTI	AGEB II	XI	XII
QFEB	024.XXX.XXX-33	1	SILVIA MARA MARGRAF DE OLIVEIRA	AGEB II	XI	XII
QFEB	040.XXX.XXX-24	1	TATIANE ANDRESSA DA SILVA	AGEB II	XI	XII
QFEB	975.XXX.XXX-91	1	VANDERLI FARIA DA PAIXAO	AGEB I	XI	XII
QFEB	052.XXX.XXX-33	1	VANESSA JULIANA FERREIRA	AGEB II	VIII	XII
QFEB	724.XXX.XXX-53	1	ZENI DE SOUZA LIMA	AGEB II	XI	XII

69699/2026

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEDEST/IAT N.° 1212, DE 22 DE MAIO DE 2026

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO** E O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** E O **DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 31 de março de 2026 (protocolo n.º 25.366.385-5), e o disposto no Protocolo n.º 25.733.975-0,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Everton Luiz da Costa Souza
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

José Volnei Bisognin
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

ANEXO ÚNICO

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	CPF	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
DALVA REGINA DE ASSIS	520.XXX.XXX-30	1	IAT	AE	IX	XIII
SIVALDO CAMARGO DA SILVA	713.XXX.XXX-04	3	IAT	AP	IX	XIII

69706/2026

RESOLUÇÃO CONJUNTA - SEAP/SEIC/JUCEPAR Nº 1.207, 21 DE MAIO DE 2026.

Concede promoção ao servidor do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

A **Secretária de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços** e o **Presidente da Junta Comercial do Paraná**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 31 de março de 2026 (protocolo n.º 25.366.385-5), e o disposto no Protocolo n.º 25.938.656-0,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder ao servidor estável e ativo do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo Único, desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos do servidor.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Marlos Wilton De Andrade
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC, em exercício

Sebastião Mota
Presidente em Exercício - Junta Comercial do Paraná

ANEXO ÚNICO

NOME	CPF	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ANTONIO PAES DE SOUZA	301.XXX.XXX-04	1	JUCEPAR	AGE	II	III

69694/2026

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEJU N° 1208/2026, DE 22 DE MAIO DE 2026

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, em exercício e o **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando os elementos constantes no protocolo n.º 25.366.385-5, e o disposto no Protocolo n.º 25.823.157-0

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder ao servidor estável e ativo do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2° Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Luis Guilherme de Castro
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	CPF	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ROBERTO DI LUCA MELANI FILHO	010.XXX.XXX-90	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III

ANEXO II

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	CPF	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ALEX AUGUSTO ADRIANCZYK	003.XXX.XXX-78	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII

MARCOS ANTONIO SCHADECK	049.XXX.XXX-83	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
DONIZETE SCHADECK	039.XXX.XXX-20	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
MARCO AURELIO FULGENCIO	048.XXX.XXX-85	53	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
MABIO OTAVIANO DE OLIVEIRA	747.XXX.XXX-15	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
PATRICIA ALVES PEREIRA PINTO	005.XXX.XXX-41	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	IX	XIII
LARISSA MARSOLIK	032.XXX.XXX-29	3	SEJU	AGP - Agente Profissional	X	XIII
AUREA RIBEIRO DE ANDRADE OTTONI	393.XXX.XXX-53	2	SEJU	AGP - Agente Profissional	X	XIII

69685/2026

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAB/IDR-PARANÁ/ADAPAR Nº 12, de 20 de maio de 2026.

Institui Grupo de Trabalho entre as instituições do Sistema Estadual da Agricultura (Seagri), responsável pela consolidação das metodologias e elaboração dos manuais unificados do Programa de Segurança Hídrica na Agricultura.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO INTERINA,** o **DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ** e o **DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ** no uso das suas atribuições conferidas pelo artigo 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e, considerando o contido no Documento sob nº **2152235**,

RESOLVEM:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho para a consolidação das metodologias e à elaboração dos manuais unificados do Programa de Segurança Hídrica na Agricultura, bem como ao alinhamento técnico-operacional de programas, projetos e ações correlatas desenvolvidas no âmbito do Sistema Estadual da Agricultura (Seagri).

§ 1º O Grupo de Trabalho terá por finalidade promover a integração técnica entre as instituições do Seagri, mediante a consolidação de metodologias, padronização de procedimentos e elaboração de instrumentos técnicos e operacionais voltados à implementação do Programa de Segurança Hídrica na Agricultura.

Art. 2° Para fins de composição do Grupo de Trabalho, ficam designados os seguintes representantes:

I – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab)

a) Jefferson Vinícius Meister, CPF nº 028.xxx.xxx-45;
b) Thiele Sides Camargo, CPF nº 034.xxx.xxx-47;
c) Juliano Jose Dobis Carneiro, CPF nº 007.xxx.xxx-81.

II – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná)

a) Edvan Jose Possamai, CPF nº 033.xxx.xxx-19;
b) Karla Regina Piekarski Zapella, CPF nº 073.xxx.xxx-07;
c) Tiago Pellini, CPF nº 557.xxx.xxx-04;
d) Arnaldo Colozzi Filho, CPF nº 238.xxx.xxx-87.

III – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar)

a) Luiz Angelo Pasqualin, CPF nº 024.xxx.xxx-00;
b) Luiz Renato Barbosa, CPF nº 613.xxx.xxx-53.

§ 1º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo servidor Edvan José Possamai, representante do IDR-Paraná.

§ 2º O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos, entidades ou instituições, públicas ou privadas para, em caráter extraordinário, participar das discussões de questões específicas ou especializadas.

§ 3º A atuação colaborativa do Grupo de Trabalho será com foco na integração técnica entre as instituições, bem como na construção de diretrizes, fluxos, procedimentos e instrumentos padronizados.

§ 4º As atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho serão consideradas prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3° O Grupo de Trabalho terá prazo até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado para conclusão de seus trabalhos e apresentação do relatório final.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão,
Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento interina.

Natalino Avance de Souza,
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater.

Otamir Cesar Martins,
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

69263/2026

Secretaria das Cidades

AMEP

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP
PORTARIA N° 62/2026/AMEP

EMENTA: Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 62/2026/AMEP, firmado entre a AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP NGN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP, nomeado pelo Decreto nº 44/2023, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 20 do Regulamento da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – ANEXO I do Decreto nº 12.094/2025, bem como em respeito ao disposto na Lei n° 21.353, de 01 de janeiro de 2023, em atendimento ao contido no protocolo n° 25.616.183-4,

RESOLVE:

Art. 1° Designar servidores para a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 23/2026, firmado entre a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEP e NGN Distribuidora de Veículos LTDA., cujo objeto é a aquisição de veículo hatch 100% elétrico:

I. Cleverson Ignácio Correa, inscrito no CPF nº 019.XXX.XXX-40, para atuar como Gestor;

II. Gabrieli Fernanda Aparecida Masba, inscrita no CPF nº 080.XXX.XXX-30, para atuar como Fiscal.

Art. 2° Para atuarem como substitutos aos servidores indicados no artigo acima, na eventualidade de impossibilidade de atuação indicam-se:

I. Kauane Firman, inscrita no CPF nº 105.XXX.XXX-67, para atuar como Gestora substituta;

II. Maria Eduarda Almeida Moreira, inscrita no CPF nº 127.XXX.XXX-05, para atuar como Fiscal substituta.

Art. 3° No desempenho destas funções, os servidores nomeados deverão atentar para o cumprimento das regras definidas no contrato, na Instrução Normativa n° 07/2025/AMEP e demais atos normativos aplicáveis à espécie.

Art. 4° Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 27 de maio de 2026.

Gilson de Jesus dos Santos
Diretor-Presidente da AMEP

69181/2026

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO SETI Nº 141, DE 27 DE MAIO DE 2026

Revoga a Instrução Normativa nº 001/2025 – GS/SETI.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná, pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e pelo art. 6º do Anexo Único do Decreto n º 10.946, de 18 de agosto de 2025, e considerando o contido no protocolo nº 24.560.417-3

RESOLVE:

Art. 1.º Fica revogada a Instrução Normativa nº 001/2025 – GS/SETI, publicada no Diário Oficial do Estado em 16 de outubro de 2025.

Art. 2.º Os procedimentos de nomeação, designação, exoneração e desligamento de pessoal no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior SETI estão disponíveis na Intranet da SETI, conforme definido na Resolução 115, publicada no Diário Oficial em 05 de maio de 2026.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Aldo Nelson Bona
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

69577/2026

UEL

PORTARIA GEFIS Nº 727/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 635/2026 Pregão Eletrônico nº168/2025

Contratada: Setcom Comércio Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Diversos (Caixas Plásticas de 61 Litros (Container), Caixas Térmicas e Estrado Em Polipropileno (Pallet), Para Atender O Hospital Unviersitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Meiry Sayuri Tsuda
Matricula 1322216
E-mail meirytsuda@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Vanete Aparecida Moreno
Matricula 5016166
E-mail vanetemoreno@yahoo.com.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119228
E-mail adylson@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula 1911311
E-mail sergin_hbo@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Jacqueline Micheli Mestre
Matricula 1020642
E-mail jacquelinemestre@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Ruth Mami Tateiwa Kanai
Matricula 1807938
E-mail ruthkanai@uel.br

PORTARIA GEFIS Nº 728/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 636/2026 Pregão Eletrônico nº168/2025

Contratada: Automedical Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Diversos (Caixas Plásticas de 61 Litros (Container), Caixas Térmicas e Estrado Em Polipropileno (Pallet), Para Atender O Hospital Unviersitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Meiry Sayuri Tsuda
Matricula 1322216
E-mail meirytsuda@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Vanete Aparecida Moreno
Matricula 5016166
E-mail vanetemoreno@yahoo.com.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula 1911311
E-mail sergin_hbo@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Jacqueline Micheli Mestre
Matricula 1020642
E-mail jacquelinemestre@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Ruth Mami Tateiwa Kanai
Matricula 1807938
E-mail ruthkanai@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,28 Maio 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

69244/2026

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA GEFIS Nº 726/2026

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1º, alínea “o”, tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei nº 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/16, na Lei nº 14.133/21, em especial no seu art. 8º, § 3º, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto nº 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual nº 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº **632/2026** **Pregão Eletrônico nº 86/2025**

Contratada: **Ferreira e Kohler Iluminação LTDA**
Objeto: **Fornecimento de lâmpadas e baterias**

GESTOR
Servidor **Claudenir Belasqui** Matrícula **0313177** Unidade **Divisão de Manutenção Predial e Equipamentos** E-mail **belasqui@uel.br**
Servidor **Soraia Martinez da Silva Carmo** Matrícula **1906450**

Unidade **Diretoria de Material**
E-mail **soraiamartinez@uel.br**

FISCAIS
Tipo Fiscal Administrativo Servidor **Fabio Dias de Deus** Matrícula **0602382** Unidade **Divisão de Manutenção Predial e Equipamentos** E-mail **fabiodias@uel.br**
Tipo Fiscal Setorial Servidor **Priscila Conde Bogo** Matrícula **1607118** Unidade **Divisão de Unidades Periféricas** E-mail **priscila.bogo@uel.br**
Tipo Fiscal de Contrato Servidor **Vanderlei Jubanski** Matrícula **2204419** Unidade **Divisão de Almoxarifado** E-mail **vander@uel.br**
Tipo Fiscal Administrativo Servidor **Sergio Henrique Barbosa de Oliveira** Matrícula **1911311** Unidade **Divisão de Material** E-mail **segin_hbo@uel.br**

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Universidade Estadual de Londrina, **27 de maio de 2026**.
AZENIL STAVISKI
Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

69570/2026

PORTARIA GEFIS Nº 729/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 643/2026 Pregão Eletrônico nº304/2024

Contratada: Ambientale Analises Ambientais e de Alimentos Ltda

Objeto: Contratação de Empresa Para Realização de Exames de Análise Microbiologica Em Pontos de Água Para Investigação de Bacterias e Coliformes Totais e Bacterias Heterotroficas Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Joseani Coelho Pascual
Matricula 1016339
E-mail joseani@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Renata Aparecida Belei
Matricula 1806437
E-mail rabelei@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Emanuella Silveira de Oliveira
Matricula 0513997
E-mail manu.tika@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,28 Maio 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

69683/2026

UEM

Autoriza a viagem do prof. Wagner Dalla Costa Félix, para participar do 9th Meeting of the North American Schelling Society: Spirit and Nature, na Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Mexico City – Mexico, no período de 1 a 7/6/2026, com o ônus restritos aos vencimentos e demais vantagens inerentes ao vínculo efetivo com a UEM.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

67804/2026

PORTARIA Nº 485/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares, e considerando,
- o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;
- o disposto no artigo 27, inciso IX, da Constituição Estadual;
- a Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005, e alterações;
- o protocolo 25.941.312-5,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar, em virtude de habilitação no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 285/2025-PRH, **Matheus Marcus Gabriel Mellado**, CPF nº 063.XXX.XXX-84, para a função de Professor Colaborador Doutor, em regime de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no(a) DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA.
Parágrafo único. O contrato é na modalidade de Regime Especial - CRES, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 108/2005, para o período de 03/06/2026 a 31/12/2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 27 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitário

69534/2026

PORTARIA Nº 486/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares, e considerando,
- o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;
- o disposto no artigo 27, inciso IX, da Constituição Estadual;
- a Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005, e alterações;
- o protocolo 25.958.945-2,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar, em virtude de habilitação no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 285/2025-PRH, **Renata Oliveira dos Santos**, CPF nº 044.XXX.XXX-35, para a função de Professor Colaborador Doutor, em regime de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no(a) DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS.

Parágrafo único. O contrato é na modalidade de Regime Especial - CRES, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 108/2005, para o período de 16/06/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 27 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitário

69516/2026

PORTARIA Nº 492/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares, e considerando,
- o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;
- o disposto no artigo 27, inciso IX, da Constituição Estadual;
- a Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005, e alterações;
- o protocolo 25.886.281-3,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar, em virtude de habilitação no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 172/2025-PRH, **Rômulo Melo de Oliveira**, CPF nº 361.XXX.XXX-08, para a função de Técnico Administrativo, em regime de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no(a) DIRETORIA DE EXTENSAO.

Parágrafo único. O contrato é na modalidade de Regime Especial - CRES, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 108/2005, para o período de 02/06/2026 a 01/12/2026.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 28 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitário

69792/2026

Diário OFICIAL Paraná

PORTARIA Nº 487/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares,

Considerando a Lei nº 10.692/93, de 27 de dezembro de 1993,
Considerando os protocolos digitais n° 25.784.346-7.

RESOLVE:

Art. 1º - ATRIBUIR o Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%), aos servidores, a saber:

Nome	Lotação	CPF	Função	Período
SERGIO PINTER GARCIA FILHO	CCA-DMV	336.XXX.XXX-57	PROFESSOR ADJUNTO	20/05/2026 a 19/05/2027

Art. 2º - REVOGA a atribuição do adicional de insalubridade GRAU MÉDIO, ao servidor, conferida pela Portaria nº 457/2026-PRH, de 14/05/2026; DIOE nº 12145, de 15/05/2026.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 27 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

69103/2026

PORTARIA Nº 488/2026–PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGA Os desligamentos publicados pela Portaria nº 477/2026-PRH, de 26/05/2026; DIOE nº 12153, de 27/05/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA.
CUMPRA-SE.

Maringá, 27 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

69133/2026

PORTARIA Nº 428/2026–PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares;
Considerando os servidores sob Contrato de Regime Especial (CRE), que solicitaram a rescisão de contrato por pedido de dispensa:

RESOLVE:

Art. 1º - DESLIGAR, a pedido, do quadro de funcionários da Universidade Estadual de Maringá, os servidores sob Contrato de Regime Especial (CRE) abaixo relacionados:

Nome	CPF	Cargo	Lotação	Data do Desligamento	E-Protocolo
ANDRESSA DOMINGOS POLLI	070.XXX.XXX-35	PROFESSOR COLABORADOR	CCB-DBC	04/05/2026	25.815.857-1
ARTHUR FELIPE ECHS LUCENA	090.XXX.XXX-02	PROFESSOR COLABORADOR	CTC-DTC	24/04/2026	25.792.729-6
BRUNO ALEXANDRE RODRIGUES	056.XXX.XXX-11	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DMA	04/05/2026	25.739.299-6
CLAUDIA JULIANA FANELLI GONCALVES	059.XXX.XXX-38	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DMA	04/05/2026	25.777.653-0
CLAUDIA REGINA MARCHIORI ANTUNES ARAUJO	034.XXX.XXX-06	PROFESSOR COLABORADOR	CCS-DEN	31/03/2026	25.636.714-9
DIOGO VALERIO FELIX	044.XXX.XXX-74	PROFESSOR COLABORADOR	CSA-DDP	03/05/2026	25.815.157-7
DOUGLAS TOLEDO BATISTA	008.XXX.XXX-42	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DES	04/05/2026	25.747.752-5

EMERSON BARILI	027.XXX.XXX-13	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DES	04/05/2026	25.832.438-2
FLAVIA CRISTINA VIEIRA FREZ	026.XXX.XXX-89	PROFESSOR COLABORADOR	CCS-DEN	31/03/2026	25.661.561-4
GUILHERME LEONEL SINGH	066.XXX.XXX-09	PROFESSOR COLABORADOR	CSA-DCO	31/03/2026	25.613.069-6
GUILHERME MATSUSHITA	045.XXX.XXX-07	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	PAD-DMP-COP	22/04/2026	25.792.582-0
JEAN EDUARDO MENEGUELLO	420.XXX.XXX-86	PROFESSOR COLABORADOR	CCS-DAB	04/05/2026	25.818.939-6
KENZA BORGES SENGIK	044.XXX.XXX-61	PROFESSOR ASSISTENTE	CSA-DPP	31/03/2026	25.686.595-5
LETICIA CABRERA	084.XXX.XXX-56	PROFESSOR COLABORADOR	CTC-DAU	04/05/2026	25.709.674-2
MATHEUS GOMES DA SILVA	009.XXX.XXX-54	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	CCS-DAB-LEPAC	30/04/2026	25.808.510-8
REGIANE CRISTINA GOMES	071.XXX.XXX-40	PROFESSOR ASSISTENTE	CSA-DCC	31/03/2026	25.684.873-2
SOLANGE PEREIRA MARQUES ROSSATO	971.XXX.XXX-68	PROFESSOR COLABORADOR	CCH-DPI	01/04/2026	25.555.344-5
PEDRO AUGUSTO BOSSONARIO	383.XXX.XXX-03	PROFESSOR COLABORADOR	CCS-DEN	04/05/2026	25.798.220-3
RENATA CERQUEIRA BARBOSA	953.XXX.XXX-15	PROFESSOR COLABORADOR	CCH-DHI	04/05/2026	25.784.726-8
ROGER EMANUEL MORAES PEZZOTT	094.XXX.XXX-51	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DMA	04/05/2026	25.825.338-8
SERGIO MARCUSSI GASPECHAK	614.XXX.XXX-87	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DMA	04/05/2026	25.761.620-7
CECILIA SEGABINAZI PESERICO	066.XXX.XXX-19	PROFESSOR COLABORADOR	CCS-DEF	06/05/2026	25.809.209-0
LIDIANE VIZIOLI DE CASTRO HOSHINO	377.XXX.XXX-02	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DFI	14/05/2026	25.820.333-0
ANDRE GEORGE ANDRADE DE OLIVEIRA	066.XXX.XXX-39	TECNICO EM INFORMATICA	CRG	30/04/2026	25.849.131-9
LARISSA CAROLINA SEGANTINI FELIPIN	045.XXX.XXX-18	PROFESSOR COLABORADOR	CCS-DEN	04/05/2026	25.842.010-1
CAMILA DANTAS BOVETO	080.XXX.XXX-66	TECNICO ADMINISTRATIVO	PPG	06/05/2026	25.860.883-6
OTAVIO AUGUSTO PROTZEK	044.XXX.XXX-36	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DCI	06/05/2026	25.851.069-0
FELIPE FRANCO TOMAZELLA	010.XXX.XXX-79	TECNICO ADMINISTRATIVO	PPG-SEC	31/05/2026	25.894.068-7
ROSIANE CRISTINA DE SOUZA	321.XXX.XXX-58	PROFESSOR COLABORADOR	CCH-DTP	05/05/2026	25.853.446-8
FERNANDA MARIA BORGHI	008.XXX.XXX-07	PROFESSOR COLABORADOR	CCS-DMD	07/05/2026	25.875.027-6
RENAN PAVINI PEREIRA DA CUNHA	349.XXX.XXX-36	PROFESSOR COLABORADOR	CCH-DFL	11/05/2026	25.851.751-2
ELWIS CARLOS SARTORELLI DUARTE	383.XXX.XXX-14	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DCI	07/05/2026	25.868.351-0
BRUNO ALEXANDRE RODRIGUES	056.XXX.XXX-11	PROFESSOR COLABORADOR	CCE-DMA	20/05/2026	25.849.231-5
OTAVIO CRISTIANO MONTANHER	068.XXX.XXX-25	PROFESSOR COLABORADOR	CCH-DGE	30/05/2026	25.856.378-6
FLAVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	044.XXX.XXX-22	PROFESSOR COLABORADOR	CCH-DTP	04/05/2026	25.870.264-6

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 28 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários.

PORTARIA Nº 489/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares,
Considerando a Resolução nº 287/2009-CAD, de 17 de dezembro de 2009, e os despachos nele exarados;
Considerando a Lei nº 10.692/93 de 27 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - ATRIBUIR o ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (30%), aos servidores, a saber:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Período	Protocolo
ADEMIR ROSA	HUM-DAI-ALC	5XXX48XX	PR	TECNICO DE MANUTENCAO	25/06/2026 a 24/06/2028	25.910.944-2
MARTIN ZAVADINACK NETTO	CCS-DMD	2XXX43XX	PR	PROFESSOR ADJUNTO	21/05/2026 a 27/04/2027	25.862.865-9
ORLANDO RODRIGUES MEIRA	HUM-DAI-ALC	6XXX27XX	PR	TECNICO DE MANUTENCAO	25/06/2026 a 24/06/2028	25.912.310-0

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 28 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

PORTARIA Nº 490/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares,

Considerando a Lei nº 10.692/93, de 27 de dezembro de 1993;
Considerando o auto n° 0007617-22.2012.8.16.0017 - 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Maringá – PR;

RESOLVE:

Art. 1º - ATRIBUIR o Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%), sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	CPF	Função	Data	Protocolo
LUZIA BATISTA DOS SANTOS PAULINO	PCU-DSM-COZ	020.XXX.XXX-33	AUXILIAR OPERACIONAL	20/05/2026 a 19/05/2028	25.944.892-1
REMI GELLER	HUM-AMB	702.XXX.XXX-00	ENFERMEIRO	08/04/2026 a 07/04/2028	25.729.332-7
WANDER MAICON DE OLIVEIRA	PCU-DSM-COZ	049.XXX.XXX-93	AUXILIAR OPERACIONAL	19/05/2026 a 18/05/2028	25.942.176-4

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 28 de maio de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

69700/2026

UENP

PORTARIA N.º 012/2026 - GD/CLM /UENP

SÚMULA: Substitui e nomeia Encarregado de Seção do *Campus* Luiz Meneghel. O Diretor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Luiz Meneghel - Bandeirantes, Prof. Dr. Ricardo Castanho Moreira, nomeado pela Portaria/GR n.º 268/2022 UENP, de 13 de setembro de 2022, considerando a aposentadoria do Prof. Hatiro Tashima e no uso de suas atribuições legais; RESOLVE Art. 1º. Nomear o Prof. Dr. GUSTAVO DÁRIO como Encarregado de Seção – Produção Vegetal da Fazenda Escola "Prof Dr. Eduardo Meneghel Rando da Universidade Estadual do Norte do Paraná - *Campus* Luiz Meneghel a partir de 28 de maio de 2026, em substituição ao Prof. Dr. Hatiro Tashima (nomeado pela Portaria/GR n.º 272/2022 UENP). Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogando-se as disposições em contrário. Publique-se.Anote-se. Gabinete do Diretor da UENP/CLM, em Bandeirantes, 27 de maio de 2026. Prof. Dr. Ricardo Castanho Moreira Diretor do *Campus* Luiz Meneghel/UENP

69387/2026

PORTARIA Nº 03/ 2026 – COORD/CCSA/CJ/UENP - ADITAMENTO
Adita a Portaria e determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades no caso em que especifica.
O Coordenador do Curso de Direito, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, no uso de suas atribuições legais, notadamente as que lhe são conferidas pelo artigo 116 da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, e artigo 4º da Resolução n ° 001/2021 – CONSUNI/UENP, no exercício regular de seu cargo, em razão de medida preventiva e investigativa legalmente prevista, RESOLVE:
Art. 1º Determinar a instauração de sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, consistente em possível descumprimento de deveres acadêmicos, conforme relatado no Protocolo nº 24.954.219-9, aditando-se o escopo da apuração para incluir os fatos relatados na reclamação de fls. 81/82.
Art. 2º Designar os servidores públicos: VALTER FOLETTO SANTIN, RG 1.xxx.444-2, SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES RG 1.xxx.423-7 e MAURÍCIO GONÇALVES SALIBA, RG 14.xxx.782-8, para comporem a comissão que, sob a presidência do primeiro, promoverá os atos necessários à presente apuração.
Art. 3º A Sindicância deverá ser iniciada no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do respectivo ato de instauração e deverá estar concluída, a partir do seu início, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.
Art. 4º Fica revogada a PORTARIA Nº 02 / 2026 – COORD/CCSA/CJ/UENP
Art. 5º Esta Portaria, com o aditamento, entra em vigor na data de sua publicação.
Jacarezinho, 25 de maio de 2026
Prof. Dr. RICARDO PINHA ALONSO
Coordenador do Curso de Direito
CCSA/CJ/UENP

68954/2026

UEPG

Portaria R. - Nº 2026.352

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando
a conclusão da Comissão de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria R. nº2025.436, alterada pela Portaria R. nº 2025.616; e,
considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo n° 24.000039687-9,

R E S O L V E:

Art. 1º Acatar a conclusão do Relatório Final emitido pela Comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria R. nº 2025.436 alterada, que decidiu pelo arquivamento do Processo nº 24.000039687-9.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 26 de maio de 2026.
Miguel Sanches Neto,
Reitor.

69372/2026

Portaria R. - Nº 2026.353

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, *considerando*

a Portaria R. nº 2026.286, de 06 de maio de 2026; e,

considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo nº 26.000028618-0,*

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o professor Vanderlei Schneider de Lima, RG nº 5.XXX.535-X, lotado no Departamento de Direito das Relações Sociais, para compor a Comissão de Sindicância Administrativa, em substituição a Rosemary Aparecida Martins Roberto.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 26 de maio de 2026.

Miguel Sanches Neto,
Reitor.

69284/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PORTARIA R. - Nº 2026.301

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 26.000015531-0, *ad referendum* do Conselho de Administração,

R E S O L V E:

Art. 1º APROVAR o preço mínimo no valor de R$ 326.794,50 (trezentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), a ser pago pelos lotes na venda de veículos inservíveis, pertencentes à Universidade Estadual de Ponta Grossa, na forma do Processo Licitatório referente à modalidade de Leilão Administrativo no 001/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 12 de maio de 2026
Miguel Sanches Neto,
Reitor.

69804/2026

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **PORTARIA:**

Portaria Reitoria/Unespar nº 759, de 28 de maio de 2026

Art. 1º Designar Daniel Fernando Matheus Gomes, CPF 468.XXX.XXX-87, e José Lucas da Silva e Almeida, CPF 085.XXX.XXX-00, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Termo de Cooperação, firmado entre a Empresa *Conectah* Soluções Estratégicas LTDA e a Universidade Estadual do Paraná

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora

69653/2026

RESOLUÇÃO Nº 003/2026 – REITORIA/UNESPAR

Homologa o Relatório Final da Comissão Processante, em relação ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, nos termos do PD 24.514.677-9, e dá outras providências.

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade;

Considerando que o Relatório Final apresentado Comissão Processante, em relação ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, movido em face da Empresa Cristiano Martins Prieto - ME, inscrita no CNPF 22.560.542/0001-51, instaurado pela Portaria N.º 1203/2025 - REITORIA/UNESPAR, para apurar eventual responsabilidade, relacionada ao Contrato Administrativo oriundo do Edital nº 91.528/2024, Contrato 122/2024, GSM 7980/2024, em razões das irregularidades cometidas, com fundamento no Artigo 155, II da Lei Federal nº 14.133/2021;

Considerando o valor apurado quanto aos danos causados, em R$ 66.969,82 (sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e oitenta e dois centavos);

RESOLVE:

Art. 1° Homologar o Relatório Final apresentado Comissão Processante, em relação ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, movido em face da Empresa Cristiano Martins Prieto - ME, inscrita no CNPF 22.560.542/0001-51, nos termos do Protocolo Digital 24.514.677-9.

Parágrafo único. Encaminhe-se à Pró-reitoria de Administração e Finanças – PRAF, para que notifique extrajudicialmente a empresa para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetue o pagamento/depósito do valor apurado, em conta corrente a ser informada em notificação.

Art. 2º Após o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 1º, ou no caso de improcedência de eventual recurso apresentado pela empresa, fica determinado, desde já à Procuradoria Geral da Unespar as providências judiciais cabíveis.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial do Estado e no *site* da Unespar.

Paranavaí, 27 de maio de 2026.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Vice-Reitor da Universidade Estadual do Paraná
Decreto nº 7733/2024

69125/2026

PORTARIA N.º 036/2026 – D

Determina a instauração de procedimentos de averiguação sumária apurada mediante sindicância, para análise do caso constante no e-Protocolo 25.510.924-3.

A Diretora do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e o Regimento Geral da Unespar, bem como Considerando o previsto no art. 15, da Lei Complementar nº 108/2005, ao dispor que "As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado por tempo determinado, serão apuradas mediante averiguação sumária apurada mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa";

Considerando a ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2024 – PROJUR/UNESPAR,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores: **Professora Raquel Lage Tuma** – RG nº 14.xxx.352-x/PR, **Agente Universitário Angelo Ricardo Marcotti** – RG nº 8.xxx.949-x/PR, e **Agente Universitária Dolores Aparecida da Silva Leal** – RG nº 3.xxx.624-x/PR, para, sob a presidência da primeira nomeada, constituírem Comissão de Sindicância, destinada à análise dos fatos constantes no e-Protocolo nº 25.510.924-3.

Parágrafo único. A averiguação deverá ocorrer mediante sindicância, com prazo de conclusão de, no máximo, 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação e não produz efeitos financeiros.

Art. 3º. Publique-se no Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da Unespar – Campus de Campo Mourão.

Campo Mourão, 28 de maio de 2026.

Prof. Me. Ceres América Magalhães Ribas
Diretora da UNESPAR - Campus de Campo Mourão
Portaria nº 1468/2025 - REITORIA/UNESPAR de 08 de dezembro de 2025

69649/2026

PORTARIA N.º 035/2026 – D

Determina a instauração de procedimentos de averiguação sumária apurada mediante sindicância, para análise do caso constante no e-Protocolo 25.843.756-0.

A Diretora do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e o Regimento Geral da Unespar, considerando o e-Protocolo 25.843.756-0,

R E S O L V E:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Designar os servidores: **Prof. Willian Bellini** – RG nº 6.xxx.334-x/PR, **Prof. Sergio Luiz Maybuk** – RG nº 4.xxx.540-x/PR, **Prof. Jair Grasso** – RG nº 1.xxx.501-x/PR, e **Agente Universitário Dhenis Rosina** – RG nº 7.xxx.423-x/PR, para, sob a presidência do primeiro nomeado, constituírem Comissão de Sindicância, destinada à análise dos fatos constantes no e-Protocolo nº 25.843.756-0.

Parágrafo único. A averiguação deverá ocorrer mediante sindicância, com prazo de conclusão de, no máximo, 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação e não produz efeitos financeiros.

Art. 3º. Publique-se no Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da Unespar – Campus de Campo Mourão.

Campo Mourão, 28 de maio de 2026.

Prof. Me. Ceres América Magalhães Ribas
Diretora da UNESPAR - Campus de Campo Mourão
Portaria nº 1468/2025 - REITORIA/UNESPAR de 08 de dezembro de 2025

69648/2026

A DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS Torna público o seguinte **Termo:**

TERMO DE COOPERAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO/REMUNERADO Nº. 25.556.823-0/2026, FIRMADO ENTRE A EMPRESA CONECTAH SOLUÇÕES ESTRATÉGIAS LTDA E A UNESPAR:

INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA INICIAL	VIGÊNCIA
Universidade Estadual do Paraná – Unespar e a Empresa Conectah Soluções Estratégias LTDA.	O presente Termo de Cooperação tem por objetivo regular e formalizar as condições básicas para a realização de estágios não-obrigatórios e estabelecer as relações entre as partes ora conveniadas no que tange à concessão de ESTÁGIO REMUNERADO NÃO - OBRIGATÓRIO para estudantes regularmente matriculados e que venham frequentando efetivamente Cursos oferecidos pela UNESPAR, nos Termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução nº 046/2018 - CEPE/UNESPAR e demais normas e legislações internas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD, vigentes na UNESPAR.	26/05/2026	O presente Termo vigorará por prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, por meio de Termo Aditivo.

SALETE MACHADO SIRINO
Reitora
Universidade Estadual do Paraná

PRISCILA TAMARA VEDANA COELHO BARRETO
Diretora
Conectah Soluções Estratégias LTDA

69663/2026

UNIOESTE

EXTRATO DE PORTARIA Nº 010/2026-GDCEL

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Foz do Iguaçu.

PORTARIA nº 010/2026-GDCEL, de 21 de maio de 2026.

SÚMULA: Autoriza o afastamento para o exterior do Professor **FERNANDO JOSÉ MARTINS**, do Campus de Foz do Iguaçu.

OCORRÊNCIA: Autorização de afastamento para o exterior do Professor FERNANDO JOSÉ MARTINS, RG n.º 6.978.537-9, lotado no Centro de Educação e Letras do Campus de Foz do Iguaçu, para participar do "XV Congreso Internacional de la Sociedad de Historia de la Educación Latinoamericana SHELA", em Tunja, Boyacá, Colômbia, no período de 03 a 07 de junho de 2026, com ônus para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). e-Protocolo nº 25.803.933-5.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fernando José Martins - Diretor do Centro de Educação e Letras - Portaria nº 1903/2026 -GRE, de 30/04/2026.

69124/2026

EXTRATO DE PORTARIA Nº 019/2026 - GDG

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Foz do Iguaçu.

PORTARIA nº 019/2026-GDG, de 25 de maio de 2026.

SÚMULA: Institui e designa membros para o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração de fluxos e procedimentos para o enfrentamento ao assédio no âmbito da Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

MEMBROS DESIGNADOS: Alcieris Henrique de Castro Fernandes; Daniela Silva Neves; Fabiana Nunes do Amarante Griggio; Jonathan Francisco da Silva; Lilian Sanches Camargo.

PRAZO: 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final, contados a partir da data de sua primeira reunião.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sergio Moacir Fabriz - Diretor Geral do Campus de Foz do Iguaçu - Port. n.º 0002/2024-GRE de 03.01.2024.

69127/2026

EXTRATO DE PORTARIA Nº 020/2026 - GDG

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Foz do Iguaçu.

PORTARIA nº 020/2026-GDG, de 27 de maio de 2026.

SÚMULA: Autorização de afastamento para o exterior do docente Ricardo Luís Schaefer.

OCORRÊNCIA: Autorizar, o afastamento para o exterior do docente Ricardo Luís Schaefer, lotado no Centro de Engenharia e Ciências Exatas (CECE), no período de 06/06/2026 a 12/06/2026, para participar do Eurodiname III – International Symposium on Dynamic Problems of Mechanics, na cidade de Hyères, França, com recursos do orçamento participativo. e-Protocolo nº 25.938.781-7.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sergio Moacir Fabriz - Diretor Geral do Campus de Foz do Iguaçu - Port. n.º 0002/2024-GRE de 03.01.2024.

69128/2026

Portaria n° 057/2026 – CCA, de 27 de maio de 2026. Autoriza o afastamento para o exterior, do docente ARLINDO FABRÍCIO CORRÊIA, CPF nº 007.XXX.XXX-17, lotado no Centro de Ciências Agrárias da Unioeste - *Campus* de Marechal Cândido Rondon, no período de 14 a 20 de junho de 2026, para visita técnica a Biosano, em Maldonado / Departamento de Maldonado / Uruguai. As despesas serão custeadas com recursos próprios.

69246/2026

PORTARIA Nº 2337/2026-GRE, DE 27 DE MAIO DE 2026.
Conceder progressão de nível ao Professor VALNIR ALBERTO BRANDT, RG nº 3.XXX.718-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Marechal Cândido Rondon, da classe de Professor Associado – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.

69138/2026

PORTARIA Nº 2338/2026-GRE, DE 27 DE MAIO DE 2026.
Conceder progressão de nível a Professora CELIA MACHADO BENVENHO, RG nº 4.XXX.757-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Toledo, da classe de Professor Adjunto – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

69139/2026

PORTARIA Nº 2339/2026-GRE, DE 27 DE MAIO DE 2026.
Conceder progressão de nível a Professora CLARICE BRAATZ SCHMIDT, RG nº 6.XXX.535-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, da classe de Professor Adjunto – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.

69141/2026

PORTARIA Nº 2340/2026-GRE, DE 27 DE MAIO DE 2026.
Conceder progressão de nível ao Professor FABIO DE OLIVEIRA NEVES, RG nº 12.XXX.641-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, da classe de Professor Associado – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

69143/2026

PORTARIA Nº 2341/2026-GRE, DE 27 DE MAIO DE 2026.
A autorização para expedição de apostilamento do processo de reconhecimento de Diploma com grau de Doctora en Ciencias de la Educación (Doutora em Ciências da Educação) por equivalência ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na condição regular, de MARÍA JOSÉ ORDÓÑEZ, CPF nº 616.XXX.XXX-72, realizado através da Plataforma Carolina Bori, solicitação de número 169340; e Processo nº 25.518.227-7.

69145/2026

PORTARIA Nº 2350/2026-GRE, DE 27 DE MAIO DE 2026.
Promover o Professor DJONI ROOS, RG nº 8.XXX.123-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.

69146/2026

PORTARIA Nº 2352/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Conceder Licença Especial – 03(três) meses, ao Professor JEAN SEBASTIAN TOILLIER, RG nº 9.XXX.347-X, lotado no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas do Campus de Cascavel, referente ao quinquênio – 07-02-2014 a 06-02-2019, a serem usufruídos no período de 27 de agosto a 26 de novembro de 2026.

69351/2026

PORTARIA Nº 2353/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Conceder Licença Especial – 03(três) meses, ao Professor UNIVALDO ETSUO SAGAE, RG nº 8.XXX.277-X, lotado no Centro de Ciências Médicas Farmacêuticas, do Campus de Cascavel, referente ao quinquênio – 28-02-2005 a 27-02-2010, a serem usufruídos no período de 03 de agosto a 02 de novembro de 2026.

69352/2026

PORTARIA Nº 2354/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Professora CÉLIA CRISTINA LEME BEU, RG nº 9.XXX.252-X, lotada no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas, do Campus de Cascavel, referente ao quinquênio – 20-04-2006 a 19-04-2011, a serem usufruídos no período de 06 de agosto a 05 de setembro de 2026. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 25.873.465-3.

69354/2026

PORTARIA Nº 2355/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Professora ANA MARIA DE SOUSA SANTANA DE OLIVEIRA, RG nº 7.XXX.746-X, lotada no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas do Campus de Cascavel, referente ao quinquênio – 03-07-2005 a 02-07-2010, a serem usufruídos no período de 18 de novembro a 17 de dezembro de 2026. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 25.752.703-4.

69358/2026

PORTARIA Nº 2356/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, ao Professor HELDER LOPES VASCONCELOS, RG nº 8.XXX.951-X, lotado no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, referente ao quinquênio – 14-04-2010 a 13-04-2015, a serem usufruídos no período de 10 de agosto a 09 de setembro de 2026. Permanece o período de 01(um) mês a ser usufruído, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pelo interessado neste mesmo Processo nº 24.245.484-7.

69359/2026

PORTARIA Nº 2357/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Conceder progressão de nível a Professora MARIDELMA LAPERUTA MARTINS, RG nº 6.XXX.534-X, RT-40, lotada no Centro de Educação e Letras do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Associado – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.

69360/2026

PORTARIA Nº 2358/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Autorizar o afastamento, para o exterior, da Professora SABRINA GRASSIOLLI, RG nº 7.XXX.776-X, lotada no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus de Cascavel, para realizar visita técnica científico-pedagógica e participar de palestra científica da linha temática 5 – Clinical Translation on Drug Targets and Innovative Biomedicines, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – ICBAS, na Universidade do Porto – UP, em Porto/Portugal, no período de 15 a 30 junho de 2026.

69362/2026

PORTARIA Nº 2360/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Autorizar o afastamento, para o exterior, do veículo BYD KING GS DM, placa: TBH6H93, Renavam: 01436393504, veículo oficial da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, que será conduzido pelo Diretor-Geral do Campus de Cascavel, Professor GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI, para Saltos del Guaiará - Canindeyú/Paraguay, no período de 02 a 03 de junho de 2026.

69594/2026

PORTARIA Nº 2304/2026-GRE, DE 26 DE MAIO DE 2026.
Incluir membro na Portaria n° 1091/2026-GRE, de 26 de fevereiro de 2026, que designou servidores como pregoeiros da Unioeste – Campus de Toledo, para atuar nos processos licitatórios – modalidade pregão, conforme segue: GUSTAVO REOLON, RG nº 5.XXX.65X – Pregoeiro. A inclusão gera efeito no período de 25 de maio de 2026 a 11 de fevereiro de 2027.

PORTARIA Nº 2359/2026-GRE, DE 28 DE MAIO DE 2026.
Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 4012/2026** – Reitoria, Pregão Eletrônico n° 513/2025 - Processo nº 23.915.519-7, Processo Contrato n° 25.867.685-8, Controle interno nº 011/2026, com o objeto Contratação de prestação de serviços continuados de empresa agenciadora de passagens aéreas, devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores, visando a aquisição de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, via sistema web customizável, com apoio operacional e tratamento de dados incluindo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação e remarcação, tarifas, taxas de embarque e cancelamento de bilhetes, cotação e emissão de seguro para viagens internacionais e serviços correlatos nos afastamentos de beneficiários e demais demandas em viagens a serviço dos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná. **Gestora de Contrato**: MARI ÂNGELA SBARAINI AGOSTINI, RG nº 3.XXX.065-X. **Fiscal de Contrato**: BARBARA ZANINI, RG n° 7.XXX.116-X. Esta Portaria, gera efeito a contar de 26 de maio de 2026, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

69593/2026

Secretaria da Comunicação

PORTARIA SECOM Nº 010, DE 25 DE MAIO DE 2026

Designa fiscais e respectivos substitutos para acompanhar a execução do Termo de Execução Descentralizada, firmado entre esta pasta e a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF para prestação de serviços de publicidade.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e na Lei Estadual 21.352 de 01 de janeiro de 2023 e no Decreto Estadual 239/2023 de 25 de janeiro de 2023, e considerando o contido na Resolução 02/2023 – SECOM e Resolução nº 027/2025 – SECOM,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Juliana Silva Magno, RG nº 7.XXX.381-X para atuar como fiscal titular e Carolina Marçal Nasseh, RG nº 7.XXX.975-X como fiscal suplente no Termo de Execução Descentralizada, celebrado entre esta pasta e a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF que tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco referentes a contratação de serviços de publicidade institucional até a vigência final do Termo.

Art. 2º Justifica-se o fato de haver fiscais ocupantes de cargo em comissão, tendo em vista que se levou em conta a experiência e conhecimento dos servidores com relação à área do objeto do contrato, em atenção aos princípios que regem a Administração Pública e a efetiva fiscalização dos contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação ficando revogadas disposições contrárias.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Willian Silva
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação, em exercício
Resolução nº 011/2026 – SECOM

69384/2026

PORTARIA SECOM Nº 012, DE 25 DE MAIO DE 2026

Designa fiscais e respectivos substitutos para acompanhar a execução do Termo de Cooperação Técnica, firmado entre esta pasta e Agência de Fomento do Paraná S/A para prestação de serviços de publicidade.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e na Lei Estadual 21.352 de 01 de janeiro de 2023 e no Decreto Estadual 239/2023 de 25 de janeiro de 2023, e considerando o contido na Resolução 02/2023 – SECOM e Resolução nº 027/2025 – SECOM,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Ariane Camila Soares França, RG: 12.XXX.843-X para atuar como Gestora e Carolina Marçal Nasseh, RG nº 7.XXX.975-X como fiscal no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre esta pasta e a Agência de Fomento do Paraná S/A que tem por finalidade viabilizar a execução de ações de interesse recíproco referentes a contratação de serviços de publicidade institucional até a vigência final do Termo.

Art. 2º Justifica-se o fato de haver fiscais ocupantes de cargo em comissão, tendo em vista que se levou em conta a experiência e conhecimento dos servidores com relação à área do objeto do contrato, em atenção aos princípios que regem a Administração Pública e a efetiva fiscalização dos contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação ficando revogadas disposições contrárias.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Willian Silva
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação, em exercício
Resolução nº 011/2026 – SECOM

69369/2026

PORTARIA SECOM Nº 013, DE 25 DE MAIO DE 2026

Designa fiscais e respectivos substitutos para acompanhar a execução do Termo de Execução Descentralizada, firmado entre esta pasta e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI para prestação de serviços de publicidade.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e na Lei Estadual 21.352 de 01 de janeiro de 2023 e no Decreto Estadual 239/2023 de 25 de janeiro de 2023, e considerando o contido na Resolução 02/2023 – SECOM e Resolução nº 027/2025 – SECOM,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Carolina Marçal Nasseh, RG nº 7.XXX.975-X para atuar como fiscal titular e Juliana Silva Magno, RG nº 7.XXX.381-X como fiscal suplente no Termo de Execução Descentralizada, celebrado entre esta pasta e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI que tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco referentes a contratação de serviços de publicidade institucional até a vigência final do Termo.

Art. 2º Justifica-se o fato de haver fiscais ocupantes de cargo em comissão, tendo em vista que se levou em conta a experiência e conhecimento dos servidores com relação à área do objeto do contrato, em atenção aos princípios que regem a Administração Pública e a efetiva fiscalização dos contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação ficando revogadas disposições contrárias.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Willian Silva
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação, em exercício
Resolução nº 011/2026 – SECOM

69373/2026

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 552/2026

Protocolo nº **25.278.823-9**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "IDOSO FELIZ", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO SAUDADENSE DOS IDOSOS - ASI. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2646 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO SAUDADENSE DOS IDOSOS - ASI além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69281/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 434/2026 – GS/SEDEF
Protocolo nº 23.592.254-1
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870,

de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 509/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 24) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 25-27), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Arapongas – unidade 01** – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69157/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 435/2026 – GS/SEDEF
Protocolo nº 24.848.569-8
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 512/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 64) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 65-67), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Verê** – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69162/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 436/2026 – GS/SEDEF
Protocolo nº 24.847.638-9
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 440/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 50) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 51-53), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Primeiro de Maio** – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69165/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 437/2026 – GS/SEDEF
Protocolo nº 24.841.637-8
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 448/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 47) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 48-50), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Jesuítas** – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69167/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 438/2026 – GS/SEDEF
Protocolo nº 22.357.823-3
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 449/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 53) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 54-56), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Mandaguari** – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69170/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 439/2026 – GS/SEDEF
Protocolo nº 22.349.167-7
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 441/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 45) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 46-48), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Faxinal** – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69171/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DESPACHO SECRETARIAL Nº 440/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.340.691-2

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 442/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 43) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 44-46), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Turvo** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69172/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 441/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.350.045-5

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 488/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 52) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 53-55), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Ribeirão do Pinhal** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69173/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 451/2026 – SEDEF

Protocolo nº 24.439.814-6

Assunto: Programa Caixa-d'Água Boa Família Paranaense

I. AUTORIZO, com base no Parecer Técnico n° 124/2026 da Coordenação de Programas e Projetos Sociais (Mov. 47), bem como, na Informação Técnica nº 116/2026 – SEDEF/AT (Mov. 39), a **concessão do auxílio financeiro** a 15 (quinze) famílias do Município de **Itaguajé**, beneficiárias do Programa Caixa D' Água Boa, regido pelos Decretos nº 7.856/2017 e suas alterações, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 49-51), a realização da despesa no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais).**

II. REVOGO o Despacho Secretarial nº 115/2026-SEDEF (mov. 40).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. Após, à SEDEF/NFS para concessão do auxílio financeiro.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercício

69590/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 442/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 23.593.700-0

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 476/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 29) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 30-32), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Sarandi – unidade 01** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69267/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 443/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.340.548-7

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 462/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 56) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 57-59), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Ortigueira** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69271/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 444/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 24.839.565-6

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 459/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 36) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 37-39), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Anahy** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69274/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 445/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.326.751-3

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 489/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 50) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 51-53), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Congonhinhas** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69275/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 446/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.334.219-1

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 490/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 64) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 65-67), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Grandes Rios** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69279/2026

RESOLUÇÃO *AD REFERENDUM* Nº 005/2026 | CEAS/PR

A MESA DIRETORA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ*, no uso de suas atribuições regimentais;*

CONSIDERANDO a reunião ordinária da Comissão de Políticas Sociais no dia 07 de maio de 2026; e

CONSIDERANDO a realização do Seminário Estadual do Programa Bolsa Família para Municípios Prioritários – MUPS 2026,

RESOLVE

Art. 1º ***Pela indicação e aprovação do custeio pelo FEAS de representante do CEAS/PR para participação no Seminário Estadual do Programa Bolsa Família para Municípios Prioritários – MUPS 2026, realizado em Curitiba/PR, nos dias 18 e 19 de junho de 2026, sendo:***

I. ***Representante Governamental: Delvana Lucia de Oliveira – Secretaria da Educação (SEED).***

Art. 2º ***Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.***

Curitiba, 26 de maio de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara
Presidente do CEAS/PR
Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

69475/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 447/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.985.556-5

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 492/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 60) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 61-63), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Itaguajé** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69283/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 448/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.354.248-4

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 500/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 48) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 49-51), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **São José da Boa Vista** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69287/2026

RESOLUÇÃO SEDEF N.º 423, DE 27 DE MAIO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III da Lei Estadual n° 21.352 de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, assim como considerando o contido no protocolo n.º 25.933.990-1,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidor **Leila Martins Bruniera,** inscrita no CPF nº ***129.509-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil **PROJETO USINA DA CIDADANIA**, inscrita no CNPJ Nº 11.146.819/0001-88, destinado à execução do projeto aprovado "**SALA MULTIMÍDIA**", no valor de **R$ 130.644,23 (cento e trinta mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos)**, com as atribuições constantes no Art. 69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ***em exercício***

Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69149/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 449/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 24.847.511-0

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 501/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 38) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 39-41), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Porto Amazonas** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69289/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 450/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 23.593.715-8

Assunto: Autorização de despesa

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 477/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 30) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 31-33), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Sarandi - unidade 02** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69293/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 547/2026

Protocolo nº **25.897.983-4**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "CONSTRUINDO SABERES DIGITAIS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JANIÓPOLIS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 782 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JANIÓPOLIS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ***em exercício***

Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69041/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 548/2026

Protocolo nº **25.938.746-9**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DA APAE ARAUCÁRIA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAUCÁRIA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 398 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAUCÁRIA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ***em exercício***

Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69045/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 549/2026

Protocolo nº **25.908.221-8**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA ATIVIDADES INSTITUCIONAIS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO PARANÁ. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 774 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO PARANÁ, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ***em exercício***

Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69032/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 550/2026

Protocolo nº **25.946.032-8**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ORIENTAR II", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – GERAR - GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO

REGIONAL. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2119 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da GERAR - GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69377/2026

Diário OFICIAL Paraná

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 551/2026

Protocolo nº **25.912.806-4**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "INVESTINDO COM AMOR: EQUIPAR PARA INCLUIR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIA HELENA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2540 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIA HELENA, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69370/2026

RESOLUÇÃO SEDEF N.º 422, DE 27 DE MAIO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício*, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III, com fundamento no art. 46 da Lei Estadual n° 21.352 de 1º de janeiro de 2023, assim como considerando o contido no protocolo n° 25.428.935-3,

RESOLVE:

Art. 1º Informar a adesão dos municípios com objetivo de formalizar as responsabilidades e os compromissos decorrentes do aceite ao cofinanciamento Estadual do Serviços de Acolhimentos Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, conforme critérios deliberados no Conselho Estadual de Assistência Social, por meio da Deliberação nº 55/2024 – CEAS/PR, a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2° Os seguintes municípios realizaram o aceite no Termo de Adesão de forma eletrônica, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF:

Município	Termo de Adesão	Valor - Parcela Mensal
Bandeirantes	Finalizado aderido	3.500,00
Mangueirinha	Finalizado aderido	3.500,00
Paiçandu	Finalizado aderido	3.500,00

Art. 3° O processo de pagamento deverá obedecer às condições previstas na legislação do cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como estar de acordo com a Deliberação nº 55/2024 – CEAS/PR.

Art. 4° A análise das condições de pagamentos dos municípios é realizada pelas áreas técnicas responsáveis pela deliberação, sendo a operacionalização pelo Núcleo Fazendário Setorial da SEDEF.

Art. 5° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

69068/2026

RESOLUÇÃO SEDEF N.º 424, DE 27 DE MAIO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício*, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III, com fundamento no art. 46 da Lei Estadual n° 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a aprovada pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, publicada, alterada pela Lei Estadual nº 22.952, de 17 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor para exercer a função de Gestor da Parceria, em substituição à designada na Resolução nº 607/2025 – SEDEF, com as atribuições constantes no art. 69, I, II, III e IV do Decreto Estadual nº 3.513/2016, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO	**25.471.156-0**
TERMO DE FOMENTO	**Nº 236/2026**
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAMBOARA** CNPJ n° 03.517.615/0001-88 – Emenda Parlamentar n°1471
GESTOR	**José Divaldo Rufino** CPF Nº ***.504.949-**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69153/2026

RESOLUÇÃO SEDEF N.º 425, DE 27 DE MAIO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício*, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III, com fundamento no art. 46 da Lei Estadual n° 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a aprovada pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, publicada, alterada pela Lei Estadual nº 22.952, de 17 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora para exercer a função de Gestora da Parceria, em substituição à designada na Resolução nº 408/2024 – SEDEF, com as atribuições constantes no art. 69, I, II, III e IV do Decreto Estadual nº 3.513/2016, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO	**25.046.214-3**
TERMO DE FOMENTO	**Nº 431/2024**
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN** CNPJ n° 11.055.458/0001-64 – Emenda Parlamentar n° 0754
GESTORA	Clarice Hammerschmidt CPF Nº ***.184.699-**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Art. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

69259/2026

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

Portaria n° 11142/2026/OP-GOUT. Prot. 24.858.718-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Paranafert Participações Ltda - CPF/CNPJ 49.523.493/0001-33. Rio Laranjinha. Cinzas. Coordenadas UTM 7.372.647,26 N 554.755,37 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial, Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 378.45 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Ibaiti. Esta portaria revoga a portaria n° 11293/2024/OP-GOUT.

69566/2026

Portaria n° 11144/2026/OP-GOUT. Prot. 25.861.225-6. Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira. Outorgado(s) CGH MERCEDES ENERGIA SPE LTDA. - CPF/CNPJ 46.953.042/0001-48. Rio Guaçu. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.295.639,12 N 798.819,08 E. Validade 16/09/2028. Finalidade Aproveitamento de potencial hidráulico. Município Marechal Cândido Rondon. Esta portaria revoga a portaria n° 12062/2025/OP-GOUT.

69177/2026

Portaria n° 11147/2026/OD-GOUT. Prot. 25.574.720-7. Barragem/soleira. Outorgado(s) CORNELIA MARGOT GAMERSCHLAG - CPF/CNPJ 015.650.688-23, GAMAGRO AGROPECUARIA LTDA - CPF/CNPJ 36.607.605/0001-92. Ribeirão Taquaruçu. Cinzas. Coordenadas UTM 7.448.265,46 N 549.435,22 E. Validade 10 anos. Finalidade Captação, Captação. Município Santa Mariana. Esta portaria revoga a portaria n° 10466/2025/OP-GOUT.

69513/2026

Portaria n° 11132/2026/OP-GOUT. Prot. 25.521.378-4. Captação superficial. Outorgado(s) ROBERTO CARLOS PRIMIANO - CPF/CNPJ 087.968.238-87. Ribeirão Aracu. Pirapó. Coordenadas UTM 7.403.663,43 N 427.902,09 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 12.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Mandaguari.

69512/2026

Portaria n° 11135/2026/OD-GOUT. Prot. 24.990.579-8. Captação superficial. Outorgado(s) Jose Vicente Melchiors Hoff - CPF/CNPJ 605.468.409-49. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.273.019,15 N 791.349,99 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 25.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Marechal Cândido Rondon. Esta portaria revoga a portaria n° 26148/2023/OP-GOUT.

69511/2026

Portaria n° 11136/2026/OD-GOUT. Prot. 24.982.283-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) PLUMA AGROAVÍCOLA LTDA - CPF/CNPJ 04.656.883/0001-43. Rio Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.144.963,00 N 297.995,00 E. Validade 3 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 2.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Dois Vizinhos.

69495/2026

Portaria n° 11158/2026/OD-GOUT. Prot. 24.674.233-2. Captação superficial. Outorgado(s) Hercilio Schmidt - CPF/CNPJ 476.143.909-20. Córrego Antas. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.294.886,06 N 206.213,98 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 30.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Santa Rosa.

69494/2026

Portaria n° 11152/2026/OD-GOUT. Prot. 23.126.874-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) EDELAR BULEGON - CPF/CNPJ 366.521.720-20. Piquiri. Coordenadas UTM 7.315.676,00 N 205.680,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 13.20 m³/h 02:39 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina.

69448/2026

Portaria n° 11161/2026/OD-GOUT. Prot. 22.745.273-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Barro Preto. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.122.858,90 N 341.910,76 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 90.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Coronel Vivida. Esta portaria revoga a portaria n° 12043/2024/OD-GOUT.

69567/2026

Portaria n° 11148/2026/OD-GOUT. Prot. 25.734.628-5. Extração de areia/cascalho em leito de rio. Outorgado(s) PORTO DE AREIA MESQUITA E ALMEIDA LTDA - CPF/CNPJ 33.981.712/0001-98. Rio Cinzas. Cinzas. Coordenadas UTM 7.342.134,00 N 604.748,00 E. Validade 5 anos. Finalidade Mineração. Município Arapoti. Esta portaria revoga a portaria n° 12462/2024/OP-GOUT.

69540/2026

Portaria n° 11160/2026/OD-GOUT. Prot. 23.974.195-9. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Cocelpa Companhia de Celulose e Papel do Paraná - CPF/CNPJ 76.487.651/0001-10. Rio Barigui. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.172.650,00 N 666.517,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 450.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Araucária. Esta portaria revoga a portaria n° 10058/2025/OD-GOUT.

69572/2026

Portaria n° 11162/2026/OD-GOUT. Prot. 24.508.205-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) RAFAEL MARTIGNAGO - CPF/CNPJ 027.197.619-58. Rio Iguaçuzinho. Piquiri. Coordenadas UTM 7.288.931,13 N 264.713,69 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 104.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Aurora.

69558/2026

Portaria n° 11133/2026/OP-GOUT. Prot. 25.861.219-1. Captação superficial. Outorgado(s) ANA MARIA TAQUES GHIGNONE - CPF/CNPJ 509.079.569-04. Córrego Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.268.106,48 N 583.172,90 E. Validade 2 anos. Finalidade Criação animal. Vazão máxima outorgada 0.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Tibagi.

69557/2026

Portaria n° 11150/2026/OD-GOUT. Prot. 25.916.192-4. Extração de areia/cascalho em leito de rio. Outorgado(s) N. CARDOSO COMERCIO DE EXTRACAO DE AREIA - CPF/CNPJ 18.668.171/0001-59. Rio Tibagi. Tibagi. Coordenadas UTM 7.425.084,99 N 503.172,00 E. Validade 5 anos. Finalidade Mineração. Município Jataizinho. Esta portaria revoga a portaria n° 10607/2021/OD-GOUT.

69556/2026

Portaria n° 11149/2026/OD-GOUT. Prot. 25.805.203-0. Extração de areia/cascalho em leito de rio. Outorgado(s) CONCRETEL LTDA ME - CPF/CNPJ 15.320.027/0001-39. Rio Tibagi. Tibagi. Coordenadas UTM 7.297.154,28 N 549.541,67 E. Validade 5 anos. Finalidade Mineração. Município Tibagi. Esta portaria revoga a portaria n° 10752/2026/OP-GOUT.

69555/2026

Portaria n° 11153/2026/OD-GOUT. Prot. 25.816.415-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) TRANSPIEDADE - TRANSPORTES COLETIVOS LTDA - CPF/CNPJ 13.114.396/0004-92. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.186.133,20 N 650.463,74 E. Validade 18/02/2031. Finalidade Lavagem de veículos, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 2.00 m³/h 14:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Campo Largo. Esta portaria revoga a portaria n° 10420/2025/OD-GOUT.

69178/2026

Portaria n° 11159/2026/OP-GOUT. Prot. 25.051.191-4. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) FRIGORÍFICO EJ LTDA. - CPF/CNPJ 82.354.317/0001-90. Rio Grande. Piquiri. Coordenadas UTM 7.248.696,13 N 373.413,73 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 3.13 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palmital. Esta portaria revoga a portaria n° 10879/2024/OP-GOUT.

69493/2026

Portaria n° 11146/2026/OD-GOUT. Prot. 25.431.768-3. Travessia. Outorgado(s) VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CPF/CNPJ 47.155.252/0001-53. Ribeirão Dois Córregos. Tibagi. Coordenadas UTM 7.183.357,12 N 608.720,20 E. Validade 10 anos. Finalidade Sistema viário. Município Palmeira. Esta portaria revoga a portaria n° 12266/2025/OP-GOUT.

69469/2026

Portaria n° 11134/2026/OD-GOUT. Prot. 24.069.982-6. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) ANTENOR ANTONIO MICHELON - CPF/CNPJ 241.067.559-04. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.280.614,01 N 219.262,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 8.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

69462/2026

Portaria n° 11155/2026/OP-GOUT. Prot. 24.586.523-6. Captação superficial. Outorgado(s) JOSÉ ONDI SZCUK - CPF/CNPJ 577.362.789-20. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.271.128,00 N 784.856,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 14.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Pato Bragado.

69179/2026

Portaria n° 11151/2026/OP-GOUT. Prot. 23.775.789-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado - CPF/CNPJ 09.589.084/0002-04. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.177.895,49 N 676.915,20 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação de jardins, Limpeza, Lavagem de veículos. Vazão máxima outorgada 5.41 m³/h 08:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Curitiba.

69180/2026

Portaria n° 11137/2026/OP-GOUT. Prot. 25.058.537-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) MUNICÍPIO DE SENGÉS - CPF/CNPJ 76.911.676/0001-07. Rio Jaguaricatu. Itararé. Coordenadas UTM 7.337.058,52 N 656.380,39 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial, Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 7.25 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Sengés.

69197/2026

Portaria n° 11145/2026/OD-GOUT. Prot. 25.285.709-5. Barragem/soleira. Outorgado(s) C.Vale - Cooperativa Agroindustrial - CPF/CNPJ 77.863.223/0184-05. Córrego Mirim. Piquiri. Coordenadas UTM 7.303.221,00 N 221.011,54 E. Validade 10 anos. Finalidade Captação. Município Palotina. Esta portaria revoga a portaria n° 10864/2024/OP-GOUT.

69198/2026

Portaria n° 11141/2026/OD-GOUT. Prot. 19.794.146-4. Captação superficial. Outorgado(s) Helvino Schmitt - CPF/CNPJ 078.503.289-49. Mina/Nascente Jaguarandi. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.295.706,00 N 196.821,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Nova Santa Rosa.

69199/2026

Portaria n° 11131/2026/OD-GOUT. Prot. 20.498.001-2. Captação superficial. Outorgado(s) INDUSTRIA MISSIATO DE BEBIDAS LTDA - CPF/CNPJ 02.295.098/0001-87. Mina/Nascente Sem denominação na base. Pirapó. Coordenadas UTM 7.392.548,00 N 434.143,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 07:00 horas/dia 24 dias/mês. Município Mandaguari. Esta portaria revoga a portaria n° 872/2020.

69438/2026

Portaria n° 11143/2026/OP-GOUT. Prot. 22.263.556-0. Barragem/soleira. Outorgado(s) EDIO PASCOAL - CPF/CNPJ 634.689.729-20. Córrego Macaco. Ivaí. Coordenadas UTM 7.360.686,37 N 469.051,86 E. Validade 2 anos. Finalidade Acumulação. Município Marilândia do Sul.

69439/2026

Portaria n° 11157/2026/OP-GOUT. Prot. 22.696.877-6. Captação superficial. Outorgado(s) DANIEL BENVENUTTI - CPF/CNPJ 508.162.179-04. Represa Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.437.401,71 N 242.521,25 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Querência do Norte.

69440/2026

Portaria n° 11138/2026/OD-GOUT. Prot. 24.022.989-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) VALDIR PIANESSA - CPF/CNPJ 620.090.959-87. Rio Central. Piquiri. Coordenadas UTM 7.278.374,45 N 262.207,71 E. Validade 03/02/2029. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 50.91 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Aurora.

69447/2026

Portaria n° 11130/2026/OD-GOUT. Prot. 23.911.797-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) MARILETE MACIEJESKI ZAMPAR - CPF/CNPJ 024.417.829-16. Córrego Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.282.785,00 N 261.486,00 E. Validade 30/01/2032. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 35.82 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Aurora.

69450/2026

PARECER NEGATIVO n° 10082/2026/PN-GOUT. Protocolo 23.982.265-7. Indefere o requerimento de outorga prévia para Lançamento de efluentes de Posto Francatto - CPF/CNPJ 57.875.814/0001-97. Ribeirão Cachoeira. Coordenadas UTM 7.394.151,00 N 634.102,00 E. Município Siqueira Campos. Motivo: Uso/interferência em domínio federal ou águas marítimas.

69451/2026

Portaria n° 11140/2026/OP-GOUT. Prot. 24.223.176-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) NEURI BACH - CPF/CNPJ 752.783.599-00. Rio Azul. Piquiri. Coordenadas UTM 7.298.368,12 N 220.189,54 E. Validade 25/07/2027. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 12.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Maripá.

69468/2026

Portaria n° 11156/2026/OD-GOUT. Prot. 24.619.076-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS INTERNACIONAL LTDA - CPF/CNPJ 07.143.575/0001-02. Rio Bandeirantes do Norte. Pirapó. Coordenadas UTM 7.422.918,96 N 456.637,67 E. Validade 31/12/2029. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 30.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Rolândia. Esta portaria revoga a portaria n° 873/2020.

69196/2026

Portaria n° 11139/2026/OD-GOUT. Prot. 25.747.408-9. Captação superficial. Outorgado(s) Tiago Brambilla - CPF/CNPJ 009.673.079-02. Ribeirão Jacupiranga. Pirapó. Coordenadas UTM 7.438.747,00 N 397.274,04 E. Validade 21/07/2029. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 368.24 m³/h 21:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Atalaia. Esta portaria revoga a portaria n° 24912/2023/OD-GOUT.

69195/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IRMAOS MUFFATO E CIA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 64568 com validade até 25/05/2028, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RUA RONALD TKOTZ 8343 ANDAR TERREO Bairro:CENTRO Cep:87701310Cambé no município de Cambé/PR.

69631/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REESTRUTURAÇÃO DA DRENAGEM., a Autorização Ambiental - AA nº 64567 com validade até 25/05/2029, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ZONA I Bairro:CENTRO Cep:87503200Umuarama no município de Umuarama/PR.

69630/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SERGIO VIANA, a Autorização Ambiental - AA nº 64577 com validade até 26/05/2027, para Edificações a ser implantada na Endereco:Fazenda Catumbi Bairro:Rio Cachoeira Cep:83350000Antonina no município de Antonina/PR.

69628/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PENS E ZAMPIERI EMPREENDIMENTOS LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 64578 com validade até 26/05/2028, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:RODOVIA BR 277, S/N, KM 8,5 Bairro: Cep:83250000Paranaguá no município de Paranaguá/PR.

69625/2026

Diário OFICIAL Paraná

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INSTITUTO ÁGUA E TERRA, a Autorização Ambiental - AA nº 64579 com validade até 26/05/2028, para Desassoreamento de rios locais a ser implantada na Endereco:RUA ESTRADA DA GRACIOSA, nº 2013 Bairro:ATUBA Cep:83413200Pinhais no município de Pinhais/PR.

69627/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARGILL AGRICOLA S/A, a Autorização Ambiental - AA nº 64583 com validade até 27/05/2028, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RODOVIA PR 153, S/N, KM 0,5 Bairro:NHAPINDAZAL Cep:84174150Castro no município de Castro/PR.

69619/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Pátio de Containers, a Autorização Ambiental - AA nº 64580 com validade até 27/05/2028, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:25º40'25.15"S 48°30'3.51"O Bairro: Cep:83255000Pontal do Paraná no município de Pontal do Paraná/PR.

69620/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INCORPORADORA RESIDENCIAL DUBAI SPE LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 64582 com validade até 27/05/2027, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:AV IRMAOS PEREIRA 963 SALA T 12 no município de Campo Mourão/PR.

69621/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IGOR VICENTE CAMARGO, a Autorização Ambiental - AA nº 64581 com validade até 27/05/2027, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:AV. PRES.TANCREDO DE ALMEIDA NEVES Nº 2043 no município de Campo Mourão/PR.

69622/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOÃO ROBERTO CHIARELLI, a Autorização Ambiental - AA nº 64576 com validade até 26/05/2028, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA TREZE, 356 Bairro:CENTRO Cep:86140000Primeiro de Maio no município de Primeiro de Maio/PR.

69626/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração e britagem de saibro e siltito, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9308 com validade até 27/05/2031, para Explotação a ser implantada na Endereco:Campestres dos Vieiras Bairro:Campestres dos Vieiras Cep:84130000Palmeira no município de Palmeira/PR.

69623/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Travessia da Avenida das Torres, a Licença de Instalação - LI nº 24362 com validade até 27/05/2032, para Pontes a ser implantada na Endereco:Ligação entre as Ruas Marfim e Antônio Marques Claro Bairro:Zona Urbana Cep:87308668Campo Mourão no município de Campo Mourão/PR.

69624/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CERAMICA TABORDA LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 24360 com validade até 25/05/2031, para Explotação a ser implantada na Endereco:Rua Athaides Taborda S/N Bairro:COLÔNIA LIMA Cep:83800000Mandirituba no município de Mandirituba/PR.

69629/2026

EDITAL TC Nº 054/2026

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
ALEXIA ZARPELON SETIM	São José dos Pinhais	149324	20.694.952-0
ALEXIA ZARPELON SETIM	São José dos Pinhais	149325	20.694.955-4
ALEXIA ZARPELON SETIM	São José dos Pinhais	149326	20.694.956-2
ANTONIO LUIZ OSSOVSKI	Quedas do Iguaçu	200705	24.707.394-9
ANTONIO LUIZ OSSOVSKI	Quedas do Iguaçu	201244	24.707.480-5
CECILIA CASAGRANDE MANFREDI	Espigão Alto do Iguaçu	200996	24.840.791-3
CECILIA CASAGRANDE MANFREDI	Espigão Alto do Iguaçu	201617	24.840.952-5
CLAUDEMIR DE MELLO	Saudade do Iguaçu	151799	22.088.464-3
CLAUDENILSON SOARES BARBALHO	Iretama	155018	23.440.149-1
DILMARA BARBOSA KLEINUBING	Coronel Domingos Soares	200499	23.912.267-1
ELIZEU GARCIA	Antonio Olinto	152502	22.330.124-0
ELIZEU GARCIA	Antonio Olinto	152493	22.330.009-0
FABIANA DENARDIN	Mangueirinha	128186	17.266.118-1
FABIANO RODRIGUES ELOY	Ramilândia	155373	23.598.605-1
FABIANO RODRIGUES ELOY	Ramilândia	155372	23.598.595-0
JOSE BENEDITO PINTO WAGNER	Lapa	124906	15.610.524-4
JOSE CARLOS RAMPAZZO	Jussara	151217	21.873.060-4
KLEBER MERETH DO AMARAL	Pinhão	173102	23.711.902-9
KLEBER MERETH DO AMARAL	Pinhão	175206	24.775.853-4
MARCIA REGINA PERRELLI	São João do Triunfo	170028	23.156.350-4
MUNICIPIO DE TOLEDO	Toledo	167617	21.960.847-0
MUNICIPIO DE TOLEDO	Toledo	161090	20.657.269-8
MUNICIPIO DE TOLEDO	Toledo	161085	20.657.204-3
MUNICIPIO DE TOLEDO	Toledo	161091	20.657.301-5
TIRSO MENDES DA SILVA	Ponta Grossa	170059	23.426.004-9

Curitiba, 28 de maio de 2.026.

69532/2026

EDITAL TC Nº 055/2026 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 173712/2025-SID 24.078.395-9/ROBERTO BARBOSA DOS SANTOS - CPF/CNPJ :014.***.***-40 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 173713/2025-SID 24.078.516-1/ROBERTO BARBOSA DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 014.***.***-40 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 200705/2025-SID 24.707.394-9/ANTONIO LUIZ OSSOVSKI - CPF/CNPJ: 058.***.***-54 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 201244/2025-SID 24.707.480-5/ANTONIO LUIZ OSSOVSKI - CPF/CNPJ: 058.***.***-54 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 149324/2023-SID 20.694.952-0/ALEXIA ZARPELON SETIM - CPF/CNPJ: 106.***.***-45 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 149325/2023-SID 20.694.955-4/ALEXIA ZARPELON SETIM - CPF/CNPJ: 106.***.***-45 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 149326/2023-SID 20.694.956-2/ALEXIA ZARPELON SETIM - CPF/CNPJ: 106.***.***-45 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 170028/2024-SID 23.156.350-4/MARCIA REGINA PERRELLI - CPF/CNPJ: 557.***.***-49 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6

AIA 126364/2019-SID 15.866.084-9/VANDIRLEI MACHADO - CPF/CNPJ: 070.***.***-37 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 200996/2025-SID 24.840.791-3/CECILIA CASAGRANDE MANFREDI - CPF/CNPJ: 643.***.***-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 201617/2025-SID 24.840.952-5/CECILIA CASAGRANDE MANFREDI - CPF/CNPJ: 643.***.***-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 124906/2019-SID 15.610.524-4/JOSE BENEDITO PINTO WAGNER - CPF/CNPJ: 000.***.***-83 - Aplicação: Programa Proteção do Solo – Projeto: SID 16.989.345-4

AIA 201128/2025-SID 24.774.391-0/JORGE MAIQUEL GUARISE - CPF/CNPJ: 075.***.***-66 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 151299/2024-SID 21.899.223-4/CRISTIAN SALU DA SILVA -

CPF/CNPJ: 097.***.***-24 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.572-2;

AIA 139098/2020-SID 16.793.135-9/BRUNO KOPP FABRI - CPF/CNPJ: 059.***.***-70 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 183606/2025-SID 24.620.552-3/ADRIANO WAGNER - CPF/CNPJ: 088.***.***-08 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 183605/2025-SID 24.620.522-1/SOELI MARIA WAGNER - CPF/CNPJ: 018.***.***-07 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5

AIA 200440/2025-SID 24.752.399-5/BOSS IMPORT EXPORT EIRELI - CPF/CNPJ: 15.***.***/0001-03 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 155373/2025-SID 23.598.605-1/FABIANO RODRIGUES ELOY - CPF/CNPJ: 049.***.***-10 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 155372/2025-SID 23.598.595-0/FABIANO RODRIGUES ELOY - CPF/CNPJ: 049.***.***-10 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9

Curitiba, 28 de maio de 2.026

69536/2026

EDITAL TC Nº 056/2026 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 128186/2021-SID 17.266.118-1/FABIANA DENARDIN - CPF/CNPJ :721.***.***-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 155338/2025-SID 23.599.179-9/ROBERTO MASSAMITI SUGIMOTO - CPF/CNPJ: 000.***.***-48 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 155339/2025-SID 23.599.209-4/ROBERTO MASSAMITI SUGIMOTO - CPF/CNPJ: 000.***.***-48 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6

AIA 155340/2025-SID 23.599.097-0/ROBERTO MASSAMITI SUGIMOTO - CPF/CNPJ: 000.***.***-48 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 173102/2025-SID 23.711.902-9/KLEBER MERETH DO AMARAL - CPF/CNPJ: 027.***.***-21 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2

AIA 175206/2025-SID 24.775.853-4/KLEBER MERETH DO AMARAL - CPF/CNPJ: 027.***.***-21 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 171253/2025-SID 23.685.825-1/AUTO POSTO PRIMOS DE COLOMBO LTDA - CPF/CNPJ: 72.***.***/0001-80 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.747.815-8

AIA 155018/2025-SID 23.440.149-1/CLAUDENILSON SOARES BARBALHO - CPF/CNPJ: 960.***.***-30 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 151760/2024-SID 22.071.927-8/ADENILSON ANTONIO SIMON BOÇOIS - CPF/CNPJ: 34.***.***/0001-01 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 151758/2024-SID 22.071.737-2/ADENILSON ANTONIO SIMON BOÇOIS - CPF/CNPJ: 34.***.***/0001-01 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 152502/2024-SID 22.330.124-0/ELIZEU GARCIA - CPF/CNPJ: 944.***.***-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 152493/2024-SID 22.330.009-0/ELIZEU GARCIA - CPF/CNPJ: 944.***.***-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 167617/2024-SID 21.960.847-0/MUNICIPIO DE TOLEDO - CPF/CNPJ: 76.***.***/0001-88 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6

AIA 161090/2023-SID 20.657.269-8/MUNICIPIO DE TOLEDO - CPF/CNPJ: 76.***.***/0001-88 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 161085/2023-SID 20.657.204-3/MUNICIPIO DE TOLEDO - CPF/CNPJ: 76.***.***/0001-88 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6

AIA 161091/2023-SID 20.657.301-5/MUNICIPIO DE TOLEDO - CPF/CNPJ: 76.***.***/0001-88 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 200757/2025-SID 24.910.537-6/5 ESTRELAS LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA - CPF/CNPJ: 82.***.***/0001-50 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6

AIA 170059/2025-SID 23.426.004-9/TIRSO MENDES DA SILVA - CPF/CNPJ: 557.***.***-15 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5

AIA 147808/2023-SID 19.916.605-0/GIL AGUIAR RIBEIRO - CPF/CNPJ: 023.***.***-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 200499/2025-SID 23.912.267-1/DILMARA BARBOSA KLEINUBING - CPF/CNPJ: 906.***.***-97 - Aplicação: Programa Proteção do Solo – Projeto: SID 16.989.345-4

Curitiba, 28 de maio de 2.026

69537/2026

EDITAL 004/2026

CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MONUMENTO NATURAL GRUTA DO CERCADO

A Diretoria do Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra – IAT torna público que realizará Consulta Pública no dia 20 de junho de 2026, das 10h30 às 13h30, na antiga sede da AMAS Cercado (em frente à Igreja São Sebastião), na localidade do Cercado - Palmeira/PR. A finalidade da Consulta Pública é a de informar à população sobre a criação da Unidade de Conservação – Monumento Natural Gruta do Cercado.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

Rafael Andreguetto
Diretor da Diretoria do Patrimônio Natural
Instituto Água e Terra

68755/2026

Secretaria da Educação

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
4ª (QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA – CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR- CES - 18 A 22 DE MAIO DE 2026
EMENTÁRIO

01. PARECER CEE/CES N.º 48/2026
APROVADO EM 19/05/2026
Proc.: n.º 25.738.382-2
Int.: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Mun.: Ponta Grossa
Ass.: Solicitação de manutenção da oferta do curso de Licenciatura em Letras, com duas linhas de formação em línguas distintas, carga horária de 3.200 horas, duração mínima de 4 anos e expedição de diploma único.
Rel.: Décio Sperandio
Dec.: Consulta. Curso de Licenciatura em Letras. Oferta de duas línguas em diploma único. Reforma curricular. Aplicação do Parecer CNE/CP n.º 05/2025, de 11/03/2025. Exigência de carga horária mínima de 4.200 horas. Revogação do Parecer CEE/CES n.º 31/2018, de 17/05/2018.

02. PARECER CEE/CES N.º 49/2026
APROVADO EM 19/05/2026
Proc.: n.º 25.717.756-4
Int.: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Mun.: Cascavel

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ass.: Consulta acerca da manutenção da oferta dos cursos de licenciatura em Letras que oferecem formação concomitante em duas línguas, considerando a carga horária mínima de 3.200 horas estipuladas pela Resolução CNE/CP n.º 4/2024.
Rel.: Meroujy Giacomassi Cavet
Dec: Consulta. Curso de Licenciatura em Letras. Oferta de duas línguas em diploma único. Reforma curricular. Aplicação do Parecer CNE/CP n.º 05/2025, de 11/03/2025. Exigência de carga horária mínima de 4.200 horas.

03. PARECER CEE/CES N.º 50/2026
APROVADO EM 19/05/2026
Proc.: n.º 25.717.555-3
Int.: Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI)
Mun.: Curitiba
Ass.: Solicitação de orientação normativa para a curricularização da extensão, em contextos de privação de liberdade, com propostas de operacionalização e protagonismo estudantil.
Rel.: Aurélio Bona Júnior
Dec.: Solicitação de orientação normativa para a curricularização da extensão em contextos de privação de liberdade, com propostas de operacionalização e protagonismo estudantil. Esta Câmara da Educação Superior considera respondidos os questionamentos da Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (Seti), nos termos do mérito deste Parecer.

04.PARECER CEE/CES N.º 51/2026
APROVADO EM 19/05/2026
Proc.: n.º 25.678.179-4
Int.: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Mun.: Cascavel
Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do curso de Graduação em Química – Licenciatura, ofertado no Campus de Toledo, pela Unioeste.
Rel.: Meroujy Giacomassi Cavet
Dec.: Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 30/09/2026 a 29/09/2030. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinações, conforme constante no voto.

05. PARECER CEE/CES N.º 52/2026
APROVADO EM 19/05/2026
Proc.: n.º 25.865.829-9
Int.: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Mun.: Guarapuava
Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Matemática – Licenciatura, ofertado no Campus de Irati, pela Unicentro.
Rel.: Aurélio Bona Júnior
Dec: Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 21/11/2026 a 20/11/2030. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinações, conforme constante no voto.

06. PARECER CEE/CES N.º 53/2026
APROVADO EM 19/05/2026
Proc.: n.º 24.087.039-8
Int.: Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Mun.: Paranavaí
Ass.: Pedido de autorização para oferta do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, em regime de extensão, fora de sede, no município de Loanda, para 02 (duas) entradas, a partir do ano de 2027.
Rel.: Décio Sperandio
Dec.:Autorização para oferta do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura. Regime de extensão, fora de sede - município de Loanda. Proposição do Campus de Paranavaí. 02 (duas) entradas, a partir do ano de 2027. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinação.

07. PARECER CEE/CES N.º 54/2026
APROVADO EM 20/05/2026
Proc.: n.º 25.727.723-2
Int.:Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Mun.: Cascavel
Ass.: Comunicação da suspensão da oferta de vagas do Curso de Graduação em Hotelaria – Bacharelado, no Campus de Foz do Iguaçu, pela Unioeste.
Rel.:Maria das Graças Figueiredo Saad
Dec.:Comunicação da suspensão da oferta de vagas do Curso de Graduação em Hotelaria – Bacharelado, a partir do ano de 2026, ofertado pela Unioeste. Atendimento à Deliberação n.º 06/2020-CEE/PR, de 09/11/2020. Comunicação acolhida pelo CEE/PR.

08. PARECER CEE/CES N.º 55/2026
APROVADO EM 20/05/2026
Proc.:n.º 25.812.795-1
Int.: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Mun.: Ponta Grossa
Ass.:Pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, ofertado no Campus Uvaranas, pela UEPG.
Rel.: Meroujy Giacomassi Cavet
Dec.: Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos de 29/10/2026 a 28/10/2030. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinação, conforme constante no voto.
09. PARECER CEE/CES N.º 56/2026
APROVADO EM 20/05/2026
Proc.: n.º 25.779.354-0
Int.:Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Mun.:Londrina
Ass.:Pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado, ofertado pela UEL.
Rel.: Aurélio Bona Júnior
Dec.:Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 16/10/2026 a 15/10/2030. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinações, conforme constante no voto.

10. PARECER CEE/CES N.º 57/2026
APROVADO EM 21/05/2026
Proc.:n.º 25.733.042-7
Int.: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Mun .: Guarapuava
Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental – Bacharelado, ofertado no Campus de Irati, pela Unicentro.
Rel.: Maria das Graças Figueiredo Saad
Dec.: Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 30/10/2026 a 29/10/2030. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinações, conforme constante no voto.

11. PARECER CEE/CES N.º 58/2026
APROVADO EM 21/05/2026
Proc.: n.º 24.887.459-7
Int.: Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Mun.: Maringá

Ass. Pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Biotecnologia – Bacharelado, ofertado no Campus Sede, pela UEM.
Rel.: Aurélio Bona Júnior
Dec.: Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 24/06/2026 a 23/06/2030. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinação, conforme constante no voto.

12.PARECER CEE/CES N.º 59/2026
APROVADO EM 21/05/2026
Proc.: n.º 25.882.054-1
Int.: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN)
Mun.: Mandaguari
Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Bacharelado, ofertado pela Fafiman.
Rel.: Edson Aires da Silva
Dec.: Renovação de reconhecimento concedido pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 19/10/2026 a 18/10/2030. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinação, conforme constante no voto.

João Carlos Gomes
Presidente do CEE/PR
Decreto nº 7124/2021

69243/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 491/2026 – DG/SEED

Designa fiscal gerencial de contrato celebrado com o Consórcio APG GOV Educa Paraná.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, pela Portaria GS/SEED n.º 40, de 15 de maio de 2026, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.481.342-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora Marcia Battisti Archer, CPF n.º 026.XXX.569-XX, para atuar como fiscal gerencial do Contrato n.º 87/2025, celebrado com o Consórcio APG GOV Educa Paraná, CNPJ n.º 58.739.971/0001-38, tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de gestão educacional e implementação de ações e estratégias que contribuam para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos das instituições de ensino da rede pública estadual, em substituição a Suzane Raquel Guerra Santos, indicada por meio da Portaria DG/SEED n.º 437, de 8 de julho de 2025.

Art. 2.º À fiscal caberão as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia da designada.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

69703/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 494/2026 – DG/SEED

Designa fiscal de contrato celebrado com a empresa SOE Operações Escolares.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, pela Portaria GS/SEED n.º 40, de 15 de maio de 2026, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.484.724.2,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar Marcia Battisti Archer, CPF n.º 026.XXX.569-XX, como fiscal gerencial do Contrato n.º 62/2025, celebrado com a empresa SOE Operações Escolares, CNPJ n.º 26.083.507/0001-40, tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de gestão educacional e implementação de ações estratégicas que contribuam para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos das instituições de ensino da rede pública estadual, decorrente do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 17/2024 GMS, em substituição à Suzane Raquel Guerra Santos, indicada por meio da Portaria DG/SEED n.º 449, de 11 de julho de 2025.

Art. 2.º À fiscal gerencial caberão as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia da designada.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

69739/2026

RESOLUÇÃO N.º 1.940/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 262/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.883.132-4,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, destinado aos alunos concluintes do Ensino Fundamental, com implantação gradativa em instituições de ensino da Rede Pública Estadual pertencentes aos municípios jurisdicionados ao Sistema Estadual de Educação, conforme Plano de Expansão da SEED/PR.

§ 1º As instituições de ensino que constam no Parecer do CEE/PR são mantidas pelo Governo do Estado do Paraná, com os credenciamentos e as renovações concedidos por resoluções secretariais e apresentadas no protocolado.

§ 2º Na conclusão do curso, conforme organização curricular aprovada, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Administração.

§ 3º A autorização é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, a partir de 01/01/2026, para as instituições abaixo relacionadas:

a) **Colégio Estadual Luiz Sebastião Baldo – Ensino Fundamental e Médio**, do município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte;

b) **Colégio Estadual Tancredo Neves – Ensino Fundamental e Médio**, do município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte;

c) **Colégio Estadual Professor Nilo Brandão – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município e NRE de Curitiba;

d) **Colégio Estadual Professora Carmen Costa Adriano – Ensino Fundamental e Médio**, do município e NRE de Paranaguá;

e) **Colégio Estadual Antonio Dorigon – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município e NRE de Pitanga;

f) **Colégio Estadual de Laranjal – Ensino Fundamental e Médio**, do município de Laranjal, NRE de Pitanga;

g) **Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal**, do município e NRE de Ponta Grossa;

h) **Colégio Estadual do Campo São Roque – Ensino Fundamental e Médio**,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

do município de Santa Helena, NRE de Toledo;

i) **Colégio Estadual Vicente Tomazini – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Francisco Alves, NRE de Umuarama.

§ 4º A direção de cada instituição deverá encaminhar a solicitação de reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.

Art. 2º Adequar a nomenclatura das instituições de ensino abaixo que, em decorrência do Art. 1º, passam a conter nova oferta:

a) De: **Colégio Estadual Luiz Sebastião Baldo – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Luiz Sebastião Baldo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte;

b) De: **Colégio Estadual Tancredo Neves – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Tancredo Neves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte;

c) De: **Colégio Estadual Professora Carmen Costa Adriano – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Professora Carmen Costa Adriano – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município e NRE de Paranaguá;

d) De: **Colégio Estadual de Laranjal – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual de Laranjal – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Laranjal, NRE de Pitanga;

e) De: **Colégio Estadual do Campo São Roque – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual do Campo São Roque – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Santa Helena, NRE de Toledo.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de abril de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar
Republicada por conter incorreção.

69114/2026

RESOLUÇÃO N.º 2.245/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 970/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 25.838.232-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Tancredo Neves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Castelo Branco, 137, do Município de Corbélia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1323/2020, de 04/05/2020, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 7879/2022, de 05/12/2022, com vigência até 31/12/2026.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.246/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.827.817-8,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, como Experimento Pedagógico, no Colégio Estadual Humberto de Campos – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Presidente Vargas, 733, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3240/2017, de 24/07/2017, com vigência até 13/11/2027.

§ 2º O ensino foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 4323/2024, de 08/07/2024, que continua em vigor para a oferta do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.247/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 174/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.686.803-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro de Educação Infantil Pequeno Semelhante, situado na Avenida Carlos Gomes, 740, no Município e NRE de Paranavaí.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Grupo Irmã Sheila e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4544/2022, de 02/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.248/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021,

12/2021, 03/2025 e 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.771.398-9,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 1269/2025, de 10/03/2025, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação a Distância e autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, no Colégio Estadual do Campo Eunice Borges da Rocha – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Antônio Quintino de Almeida, 173, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6000/2022, de 22/09/2022, com vigência até 31/03/2032.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.249/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2025 e 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.798.581-4,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 1367/2025, de 18/05/2025, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação a Distância e autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, este como Experimento Pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, no Colégio Estadual Cecília Meireles – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua XV de Novembro, 1242, do Município de Ampére, NRE de Francisco Beltrão.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4591/2025, de 18/08/2025, com vigência até 31/12/2035.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.250/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 08/2025, e o Parecer n.º 163/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 24.678.113-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, com oferta presencial, do Colégio Estadual João Theotônio Netto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida João Viotto, 804, do Município de Moreira Sales, NRE de Goioerê.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1603/2017, de 17/04/2017, com vigência até 20/12/2026.

§ 2º O reconhecimento do ensino foi concedido pela Resolução n.º 5501/2021, de 17/11/2021, com vigência até 17/05/2026.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 18/05/2026 a 17/05/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.252/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.839.700-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 6524/2023, de 15/09/2023, que autorizou o funcionamento do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, como Experimento Pedagógico, no Colégio Estadual Vicente Tomazini – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Irmãos Vilas Boas, 1108, do Município de Francisco Alves, NRE de Umuarama.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5730/2017, de 06/11/2017, com vigência até 20/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.253/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.861.924-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, como Experimento Pedagógico, no Colégio Estadual Malba Tahan – Ensino Fundamental, em Tempo Integral, Ensino Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Olavo Bilac, 560, do Município de Altônia, NRE de Umuarama.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3309/2017, de 26/07/2017, com vigência até 30/07/2027.
§ 2º O ensino foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 2812/2024, de 13/05/2024, que continua em vigor para a oferta do Ensino Fundamental – Fase II, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.254/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.841.411-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2026, as atividades escolares relativas ao Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, como Experimento Pedagógico, no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Umuarama – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Maringá, 4540, do município e NRE de Umuarama.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 180/2018, de 15/01/2018, com vigência até 03/04/2028.
Art. 2º Revogar a Resolução n.º 6423/2023, de 12/09/2023, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.255/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.844.540-6,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2026, as atividades escolares relativas ao Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, como Experimento Pedagógico, no Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Izupério Oliveira de Souza, 920, do Município de Icaraíma, NRE de Umuarama.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6112/2017, de 27/11/2017, com vigência até 09/10/2027.
Art. 2º Revogar a Resolução n.º 6705/2023, de 19/09/2023, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

69108/2026

RESOLUÇÃO N.º 2.256/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 971/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 25.538.769-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Alvarenga Peixoto – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Coronel João Cândido de Oliveira, 126, do Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4100/2024, de 01/07/2024, com vigência até 31/12/2033.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 828/2022, de 07/03/2022, com vigência até 31/12/2026.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2031.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.258/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 296/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.377.850-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Lobo Irati – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida XV de Novembro, 633, do Município e NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida Cella Cursos Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4284/2023, de 03/07/2023, com vigência até 27/10/2033.

§ 2º O reconhecimento do ensino foi concedido pela Resolução n.º 3107/2020, de 14/08/2020, com vigência até 27/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 28/12/2024 a 27/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.259/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 09/2002, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 301/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.131.445-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Estadual Indígena Kuaray Guatá Porã – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade de Cerco Grande, do Município de Guaraqueçaba, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 441/2020, de 13/02/2020, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A Resolução n.º 8042/2024, de 13/12/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2025 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.260/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 307/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.585.417-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Vereador Osny David Fraga – Ensino Médio, situado na BR 277, Km 23, do Município de Morretes, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4201/2023, de 03/07/2023, com vigência até 29/05/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 6168/2023, de 04/09/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.261/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 11/2021, 12/2021, 08/2025, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 46/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.370.964-8,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, por aditamento, para a oferta da Educação a Distância, o Colégio Estadual Chateaubriandense - Ensino Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Estados Unidos, 170, do Município e NRE de Assis Chateaubriand, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo único: O credenciamento para a oferta da Educação a Distância é a partir de 01/01/2025 até 13/06/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento e o reconhecimento, de forma excepcional, do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, com implantação simultânea, na instituição de ensino citada no Art. 1º.

§ 1º A autorização é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 01/01/2025 excepcionalmente até 31/12/2027.

§ 2º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2025, excepcionalmente, até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação do curso do Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e a Distância, a partir de 31/12/2027.

Art. 3º Autorizar o funcionamento e reconhecer, de forma excepcional, o Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, com implantação simultânea, na instituição de ensino citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida a partir de 01/01/2025, excepcionalmente, até 30/06/2026 e o reconhecimento é concedido desde 01/01/2025, excepcionalmente, até 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação do Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e a Distância, a partir de 31/12/2027.

Art. 4º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do Art. 2º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Chateaubriandense - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de março de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.262/2026 – GS/SEED

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 08/2025 e o Parecer n.º 60/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.156.816-4,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, do Colégio Estadual Rocha Pombo – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Coronel Modesto, 289, do Município de Morretes, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 2213/2024, de 22/04/2024, com vigência até 01/03/2028.

§ 2º A Resolução n.º 2213/2024, de 22/04/2024, autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2024, excepcionalmente, até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação do Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e a Distância, a partir de 31/12/2027

Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como experimento pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A Resolução n.º 2213/2024, de 22/04/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2024, excepcionalmente, até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação do Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e a Distância, a partir de 31/12/2027.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.263/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 219/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.384.500-2,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial do Colégio Estadual Cívico-Militar Djalma Marinho – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Joaquim Celestino Ferreira, 185, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2155/2023, de 10/04/2023, com vigência até 05/06/2032.

§ 2º A Resolução n.º 6234/2021, de 17/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.264/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 221/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.957.844-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professora Lindaura Ribeiro Lucas – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Octávio Cim, 2201, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6110/2022, de 26/09/2022, com vigência até 29/10/2027.

§ 2º A Resolução n.º 7709/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.265/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 223/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.154.567-9,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual do Campo Professora Kamilla Pivovar da Cruz – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na PR 281, Km 20, do Município de Tijucas do Sul, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4609/2020, de 27/11/2020, com vigência até 26/10/2030.

§ 2º A Resolução n.º 7709/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino

deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.266/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 261/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.741.666-8,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, com implantação gradativa, no Colégio Estadual Barão de Antonina – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Francisco Xavier da Silva, 606, do Município de Rio Negro, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3363/2019, de 26/08/2019, com vigência até 20/03/2029.

§ 2º O curso é destinado aos estudantes que egressos do Ensino Médio.

§ 3º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Administração.

§ 4º A autorização é pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

69109/2026

RESOLUÇÃO N.º 2.267/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 317/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.447.007-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Cooperativa da Lapa – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Aloísio Leoni, s/n, do Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Cooperativa Educacional da Lapa Ltda., e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4118/2023, de 30/06/2023, com vigência até 26/12/2033.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida/o pela Resolução n.º 5984/2022, de 22/09/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.268/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Decretos Federais n.º 5154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 244/226 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.539.089-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, do Centro de Educação Profissional Campo Largo, situado na Rua XV de Novembro, 1609, no Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por UNISE Educacional Ltda., e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 2107/2021, de 10/05/2021, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A Resolução n.º 6768/2024, de 21/10/2024, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 30/04/2026.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 31/10/2024 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/05/2026 a 30/04/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.269/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 08/2025 e o Parecer n.º 51/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.644.012-7,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, do Colégio Estadual Joaquim de Oliveira Franco – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Brasil, 447, no Município de Mandirituba, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

n.º 8872/2023, de 13/12/2023, com vigência até 05/12/2029.

§ 2º A Resolução n.º 8872/2023, de 13/12/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2024, excepcionalmente, até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como experimento pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A Resolução n.º 8872/2023, de 13/12/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2024, excepcionalmente, até 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.270/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 08/2025 e o Parecer n.º 61/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.162.656-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Desembargador Jorge Andriguetto – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Cezar Carelli, 497, no Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4811/2022, de 10/08/2022, com vigência até 06/06/2027.

§ 2º A Resolução n.º 7922/2024, de 10/12/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 18/12/2026.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 18/12/2024 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 19/12/2026 a 18/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A Resolução n.º 7922/2024, de 10/12/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 18/06/2026.

§ 2º O reconhecimento é concedido desde 18/12/2024, excepcionalmente, até 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.271/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 158/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.236.414-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Afonso Pena – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, no Município de Tijucas do Sul, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3811/2023, de 13/06/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.272/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 648/2026, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 25.800.672-0,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação das Instituições de Ensino, do Município de Reserva do Iguaçu, NRE de Guarapuava, mantidas pela Prefeitura Municipal, que possuem os credenciamentos e as renovações concedidos por Resoluções Secretariais e apresentadas no protocolado, em atendimento às normativas vigentes.

§ 1º A adequação da denominação está amparada no Decreto n.º 55/2026, de 31/03/2026.

§ 2º A adequação é concedida para as instituições abaixo relacionadas:

a) De: Escola Rural Municipal Santa Luzia – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Para: Escola Municipal Rural Santa Luzia – Educação Infantil e Ensino Fundamental;

b) De: Escola Rural Municipal José de Araújo Loures – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Para: Escola Municipal Rural José de Araújo Loures – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.273/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 08/2025 e o Parecer n.º 56/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.248.372-5,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, do Colégio Estadual Vinícius de Moraes – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Ângelo Molina, 593, do Município de Terra Boa, NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 5830/2023, de 23/08/2023, com vigência até 24/07/2027.

§ 2º A Resolução n.º 5831/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2023, excepcionalmente, até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como experimento pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A Resolução n.º 5830/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 24/10/2027.

§ 2º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2023, excepcionalmente, até 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.274/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 184/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.542.266-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual do Campo Maria Aparecida Passagnoli Batista – Ensino Fundamental, situada na Rua Caetano Munhoz da Rocha, s/n, do Município de Leópolis, NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1299/2020, de 30/04/2020, com vigência até 05/06/2025.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 06/06/2025 a 05/06/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3749/2022, de 30/06/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.275/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 197/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.993.740-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Balão Mágico, situado na Rua Guararapes, s/n, no Município de Jussara, NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 196/2022, de 24/01/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.276/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 651/2026, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 25.848.179-8,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal Professora Samaritana Carneiro Tavares – Ensino Fundamental, situada na Estrada Principal, n/s, do Município de Jaguariaíva NRE de Wenceslau Braz, para Escola Municipal Rural Professora Samaritana Carneiro Tavares – Ensino Fundamental.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3347/2020, de 21/08/2020, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A adequação da denominação está amparada Decreto Municipal n.º 182/2026, de 28/04/2026.

Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

69113/2026

RESOLUÇÃO N.º 2.515/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 38/2025 – CP, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.067.626-5,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente resolução, a denominação das instituições de ensino da Rede Pública Estadual pertencentes aos municípios jurisdicionados ao Sistema Estadual de Educação do NRE de Wenceslau Braz, que aderiram ao Programa Paraná Integral.

§ 1º A adequação da denominação está amparada na Lei Estadual n.º 21.658, de 27/09/2023.

§ 2º A adequação é concedida para as instituições abaixo relacionadas:

a) De: **Colégio Estadual do Campo de Calógeras – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual do Campo de Calógeras – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral**, do município de Arapoti;

b) De: **Colégio Estadual Carmelina Ferreira Pedroso – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Carmelina Ferreira Pedroso – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral e Profissional**, do município de Arapoti;

c) De: **Colégio Estadual Rodrigues Alves – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional** para: **Colégio Estadual Rodrigues Alves – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral, Normal e Profissional**, do município de Jaguariaíva;

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

69603/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 25.935.523-0

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento da servidora Patricia Xavier, CPF n.º 009.XXX.219-XX, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 145.ª Zona Eleitoral de Curitiba, a partir de 7 de julho de 2026, pelo período de 1 (um) ano, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 92/2026.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Resolução n.º 2.146/2026 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral interino

69504/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 490/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Terra Rica.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando a Portaria n.º 40 – GS/SEED, de 15 de maio de 2026, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como o contido no protocolado n.º 23.860.335-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 7.760/2026, formalizado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Terra Rica, CNPJ n.º 73.897.589/0001-46, referente à prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e coleta de esgoto em instituições de ensino do município de Terra Rica, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.º 47/2025:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Tiago Aparecido Paes	075.XXX.879-XX
Fiscal	Cintia Cristina de Souza Pereira	062.XXX.919-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.° 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

69085/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 492/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Miraselva.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando a Portaria n.º 40 – GS/SEED, de 15 de maio de 2026, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como o contido no protocolado n.º 24.055.335-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 9.459/2025, formalizado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Miraselva, CNPJ n.º 03.379.099/0001-72, referente à prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e coleta de esgoto em instituição de ensino do município de Miraselva, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.º 51/2025:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Tiago Aparecido Paes	075.XXX.879-XX
Fiscal	Cintia Cristina de Souza Pereira	062.XXX.919-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.° 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

69521/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 493/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando a Portaria n.º 40 – GS/SEED, de 15 de maio de 2026, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como o contido no protocolado n.º 24.928.081-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 9.097/2025, formalizado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Antonina, CNPJ n.º 75.247.098/0001-85, referente à prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e coleta de esgoto em instituições de ensino do município de Antonina, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.º 87/2025:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Tiago Aparecido Paes	075.XXX.879-XX
Fiscal	Cintia Cristina de Souza Pereira	062.XXX.919-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.° 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

69524/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

EXTRATO – 3º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 202300136
Protocolo n.º 25.755.102-4
Partícipes: O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, e a Associação Curitibana de Apoio Integral do Excepcional
Objeto – Aumento do valore e alterar a forma de custeio do Termo de Colaboração, bem como a adequação do quadro de profissionais/docentes da organização da sociedade civil.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

69691/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 166/2026 – GS/SEED

Protocolo n.º 25.424.360-4

Dispensa de licitação para a celebração dos Termos de Doação/Desincorporação de Kit Tecnológico n.º 3124656, 3124662 e 3124666.
Nos termos do inciso VIII do art. 2.º, combinado com o art. 149 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, e do art. 1.º do Decreto Estadual n.º 4.336/2009, e considerando a finalidade de interesse social devidamente justificada, bem como a avaliação técnica realizada pela Comissão de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis Resolução n.º 6.676/2025, estando o objeto apto à destinação por meio de doação, como forma de reconhecimento, às redes municipais de ensino cujas escolas obtiveram melhores resultados na aprendizagem dos seus estudantes, com fundamento no art. 3.º da Lei n.º 21.323, de 2022, que cria o Programa Educa Juntos, bem como nos arts. 7.º e 9.º do Decreto n.º 2.435, de 2023, observadas as normas patrimoniais e os procedimentos administrativos aplicáveis, **AUTORIZO** a dispensa de licitação para a celebração dos Termos de Doação/Desincorporação de Kit Tecnológico n.º 3124656, 3124662 e 3124666, compostos por 30 (trinta) unidades de notebooks Samsung 14", processador i7, 8GB de memória RAM, 128GB SSD, sistema operacional Windows 10, e 30 (trinta) unidades de headsets, a serem destinados às Escolas Municipais Santa Isabel, Frei Demétrio e Pref. Laércio B. dos Santos, de Piên.
Publique-se.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 167/2026 – GS/SEED

Protocolo n.º 25.576.779-8

Dispensa de licitação para a celebração de Termo de Doação/Desincorporação de Kit Tecnológico n.º 3124558.
Nos termos do inciso VIII do art. 2.º, combinado com o art. 149 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, e do art. 1.º do Decreto Estadual n.º 4.336/2009, e considerando a finalidade de interesse social devidamente justificada, bem como a avaliação técnica realizada pela Comissão de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis Resolução n.º 6.676/2025, estando o objeto apto à destinação por meio de doação, como forma de reconhecimento, às redes municipais de ensino cujas escolas obtiveram melhores resultados na aprendizagem dos seus estudantes, com fundamento no art. 3.º da Lei n.º 21.323, de 2022, que cria o Programa Educa Juntos, bem como nos arts. 7.º e 9.º do Decreto n.º 2.435, de 2023, observadas as normas patrimoniais e os procedimentos administrativos aplicáveis, **AUTORIZO** a dispensa de licitação para a celebração do Termo de Doação/Desincorporação de Kit Tecnológico n.º 3124558, composto por 30 (trinta) unidades de notebooks Samsung 14", processador i7, 8GB de memória RAM, 128GB SSD, sistema operacional Windows 10, e 30 (trinta) unidades de headsets, a ser destinado à Escola Municipal Dilson Teixeira Coelho, de Jardim Alegre.
Publique-se.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

69306/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Extrato – Termo de Doação n.º 3125703
Protocolo n.º 25.426.465-2
Fundamento legal: art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021, no artigo 610, inciso II, alínea "a" do Decreto n.º 10.086/2022, na Lei n.º 21.323/2022, no Decreto n.º 2.435/2023, Resolução n.º 1.499/2025 – GS/SEED.
Doador: Secretaria de Estado da Educação – SEED
Donatário: Município de Tunas do Paraná – EM Marquês de Abrantes
Objeto: kit tecnológico (30 notebooks e 30 headsets)
Valor: R$ 59.187,90 (cinquenta e nove mil, cento e oitenta e sete reais e noventa centavos)
Signatários: Roni Miranda Vieira – Doador
Marco Antonio Baldão – Donatário

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Extrato – Termo de Doação n.º 3125733
Protocolo n.º 25.426.465-2
Fundamento legal: art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021, no artigo 610, inciso II, alínea "a" do Decreto n.º 10.086/2022, na Lei n.º 21.323/2022, no Decreto n.º 2.435/2023, Resolução n.º 1.499/2025 – GS/SEED.
Doador: Secretaria de Estado da Educação – SEED
Donatário: Município de Tunas do Paraná – EM Prof.ª Abgail Candido Krasota
Objeto: kit tecnológico (30 notebooks e 30 headsets)
Valor: R$ 59.187,90 (cinquenta e nove mil, cento e oitenta e sete reais e noventa centavos)
Signatários: Roni Miranda Vieira – Doador
Marco Antonio Baldão – Donatário

Curitiba, 27 de maio de 2026.

69043/2026

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 2061374
Protocolo n.º 24.707.400-7
Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei n.º 20.790/2021; Decreto n.º 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ
Objeto:
1- ÔNIBUS, MODELO IVECO/CITYCLASS 70C16
Placa: ART2935
Valor: R$ R$ 68.786,91
2- ÔNIBUS VW/MASCA GRANMINI O
Placa: ASA3357
Valor: R$ 70.203,36
3- ÔNIBUS VW/MASCA GRANMINI O
Placa: ASB6821
Valor: R$ 68.786,91
Signatários: Roni Miranda Vieira – Doador
Paulo Roberto Weissheimer – Donatário

Curitiba, 28 de maio de 2026.

69828/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 495/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Abatiá.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando a Portaria n.º 40 – GS/SEED, de 15 de maio de 2026, e tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como o contido no protocolado n.º 23.697.692-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.° 5.979/2025 formalizado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Abatiá, CNPJ n.° 80.505.431/0001-49, referente à prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e coleta de esgoto em instituições de ensino do município de Abatiá, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.° 32/2025:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Tiago Aparecido Paes	075.XXX.879-XX
Fiscal	Cintia Cristina de Souza Pereira	062.XXX.919-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.° 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

69785/2026

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 496/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Lobato.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando a Portaria n.º 40 – GS/SEED, de 15 de maio de 2026, e tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como o contido no protocolado n.º 23.859.964-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.° 8.401/2025 formalizado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Lobato, CNPJ n.° 80.910.201/0001-65, referente à prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e coleta de esgoto em instituições de ensino do município de Lobato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.° 68/2025:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Tiago Aparecido Paes	075.XXX.879-XX
Fiscal	Cintia Cristina de Souza Pereira	062.XXX.919-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.° 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

69634/2026

RESOLUÇÃO N.º 2435/2026 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 25.390.772-0,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 25.390.772-0, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "a", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69484/2026

RESOLUÇÃO N.º 2460/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância PSS
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 25.799.620-4,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Luciana Paula da Silva de Oliveira, RG n.º 5.885.XXX-5 PR, Leonildo José Figueira, RG n.º 8.430.XXX-9 PR e Maria Tereza Ramos de Mello Brunetti, RG n.º 1.778.XXX-4 PR, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Manoel de Jesus Craveiro Lopes, RG n.º 15.743.XXX-6 PR, LF 03, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir o art. 279, inciso XIV e o art. 285, inciso IV, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º O servidor Manoel de Jesus Craveiro Lopes, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, inciso I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69486/2026

RESOLUÇÃO N.º 2461/2026 - GS/SEED
Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.770.946-0,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Débora Regina de Almeida, RG n.º 6.728.XXX-5 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, Raul Alfredo Schier, RG n.º 2.256.XXX-2 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação e Fábio dos Santos Celestino de Oliveira, RG n.º 12.484.XXX-4 em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta dos servidores Edward Soares Silva Sobrinho, RG n.º 5.939.XXX-8 PR, vínculo QPM, LF 1, e Ana Paula Claudino, RG n.º 5.618.XXX-1 PR, vínculo - QFEB, LF 3, ambos por supostamente infringir o art. 279, inciso VI da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970; e Joseane Marochi, RG n.º 4.115.XXX-4 PR, vínculo - QPM, LF 2, por, supostamente, infringir o art. 279, inciso III da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º Os servidores, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estarão sujeitos a sanção prevista no art. no art. 291, incisos II, c/c o art. 293, inciso II da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69489/2026

RESOLUÇÃO N.º 2481/2026 - GS/SEED
Súmula: Sobresta Processo Administrativo Disciplinar
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 24.126.556-0,
R E S O L V E:

Art. 1.º Sobrestar o Processo Administrativo Disciplinar em razão da Licença Médica n.º 35369, pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, de 05/05/2026 a 31/10/2026.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69517/2026

RESOLUÇÃO N.º 2462/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.482.652-9,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Elisangela Alves Laranjeira da Silva, RG n.º 8.114.XXX-9 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Maringá e Fernanda do Rocio Nardin RG n.º 8.012.XXX-0 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Belo Horizonte, município de Medianeira, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69492/2026

RESOLUÇÃO N.º 2463/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.486.529-0,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Elisangela Alves Laranjeira da Silva, RG n.º 8.114.XXX-9 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Maringá e Fernanda do Rocio Nardin RG n.º 8.012.XXX-0 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Professor Ildo José Fritzen, município de Entre Rios do Oeste, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Toledo.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69498/2026

RESOLUÇÃO N.º 2467/2026 - GS/SEED
Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.743.211-6.
R E S O L V E
Art. 1.º Designar, Rosane Fortunato, RG n.º 6.013.XXX-0 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Pitanga, Lídia Maria dos Anjos, RG n.º 8.058.XXX-3 PR, em exercício na Secretaria Estadual de Educação e Thaís Egler de Paula, RG n.º 8.199.XXX-9 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Pitanga, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Junior Carlos Porcelani, RG n.º 8.387.XXX-5 PR, vínculo - QFEB, LF 93, por supostamente, infringir o art. 279, inciso VI e VII, art. 285, inciso IV, e o art. 293, inciso V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I, II, III e VI, c/c o art. 293, inciso I, II, III e V, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69501/2026

RESOLUÇÃO N.º 2471/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.644.545-1,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar, Débora Regina de Almeida, RG n.º 6.728.XXX-5 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa e Raul Alfredo Schier, RG n.º 2.256.XXX-2 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69502/2026

RESOLUÇÃO N.º 2472/2026 – GS/SEED
Súmula: Designa servidores para compor a Comissão de Apuração do Núcleo Regional de Educação.
O Diretor-Geral Da Secretaria De Estado Da Educação, no exercício de suas atribuições legais, considerando o contido na Lei n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução SEED 8835, de 15 de dezembro de 2023, na Resolução SEED 599, de 07 de fevereiro de 2024, e considerando o contido do Protocolado n.º 25.815.480-0,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Paulo Severino Penteado, RG n.º 9.199.XXX-0; Liliane Celestino Andrioli, RG n.º 5.934.XXX-8 e Forlan Colman Assumpção, RG n.º 12.722.XXX-0, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação Paranaguá, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão do Núcleo Regional de Educação para apurar possível descumprimento das competências previstas na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED pelos servidores: Mari Jane Mariano, RG 4.294.XXX-3, vínculo – QPM, LF 01 e LF 99, no exercício da função de Diretora Geral e Jaqueline Kachinski Brey, RG 3.522.XXX-5, vínculo - QPM, LF 89, no exercício da função de Diretora Auxiliar, ambas lotadas no Colégio Estadual Renee Carvalho de Amorim, município de Pontal do Paraná, jurisdicionado do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69535/2026

RESOLUÇÃO N.º 2474/2026 - GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância PSS
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 25.962.342-1,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Renata Villas Boas, RG n.º 9.500.XXX-0 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação e Diego Denner Paiva dos Santos, RG n.º 8.911.XXX-2 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Yuji Yoshida Lopes da Silva, RG n.º 12.828.XXX-8 PR, LF 02, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir o art. 279, inciso VI, e o art. 293, inciso V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, incisos II e III da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69548/2026

RESOLUÇÃO N.º 2485/2026 – GS/SEED
Súmula: Revoga a Resolução n.º 2321/2026 – GS/SEED.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.813.020-6,
R E S O L V E:
Art. 1.º Revogar a Resolução GS/SEED n.º 2321/2026, publicada em 21 de maio de 2026 no Diário Oficial n.º 12149, em razão de manter o contido na resolução de instauração: 2121/2026 (fls. 243), publicada em 13 de maio de 2026, edição DIOE 12143.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69525/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 2476/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.486.628-8,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Elisangela Alves Laranjeira da Silva, RG n.º 8.114.XXX-9 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Maringá e Fernanda do Rocio Nardin, RG n.º 8.012.XXX-0 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Cívico Militar Professor Jaime Rodrigues, município de Guaíra, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Toledo.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69553/2026

RESOLUÇÃO N.º 2477/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerado o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.486.812-4,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Sheila Patricia Filipak Kurzydlowski, RG n.º 6.930.XXX-8 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Irati, e Fernanda do Rocio Nardin, RG n.º 8.012.XXX-0 PR, em exercício na Secretaria de Estado de Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Palotina, município de Palotina, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Toledo.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69508/2026

RESOLUÇÃO N.º 2478/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.486.883-3,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Sheila Patricia Filipak Kurzydlowski, RG n.º 6.930.XXX-8 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Irati, e Fernanda do Rocio Nardin, RG n.º 8.012.XXX-0 PR, em exercício na Secretaria de Estado de Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Valdir Fernandes, município de Guaíra, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Toledo.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69510/2026

RESOLUÇÃO N.º 2479/2026 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.493.739-8,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Amelia Carvalho de Andrade, RG n.º 3. 3.577.XXX-3 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Cianorte, e Tania Mara dos Santos Dionísio, RG n.º 4.413.XXX-8 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente à Escola Estadual Santa Terezinha, município de Palotina, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Toledo.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69515/2026

RESOLUÇÃO N.º 2480/2026 - GS/SEED
Súmula: Substitui membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 24.126.556-0,
R E S O L V E:
Art. 1.º Designar Sonia Maria Domingos de Oliveira, RG n.º 4.428.XXX-3 PR, em exercício no Núcleo Regional da Educação de Assis Chateaubriand, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação e Neiva Martin Simião, RG n.º 7.968.XXX-5 PR, em exercício no Núcleo Regional da Educação de Assis Chateaubriand, em substituição a Andrea Regina Zampier, RG n.º 4.819.XXX-9 PR, Emerson Berardi Owadiuk, RG n.º 3.490.XXX-0 PR e Ivan Francisco de Araujo RG n.º 6.398.XXX-5/PR, todos em exercício no Núcleo Regional da Educação de Curitiba nas funções de Presidente, Membro secretário e Membro vogal, respectivamente, alterando o instaurado na Resolução n.º 5291/2025 - GS/SEED, publicada em 26 de setembro de 2025, edição DIOE 11995.
Art. 2.º Permanecem inalteradas as demais disposições.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69520/2026

RESOLUÇÃO N.º 2482/2026 - GS/SEED
Súmula: Retifica a Resolução n.º 2125/2026 – GS/SEED.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 24.930.159-0,
R E S O L V E:
Art. 1.º Retificar a Resolução n.º 2125/2026 - GS/SEED, publicada em 13 de maio de 2026, no Diário Oficial do Estado n.º 12143, que designa servidores para promoverem Sindicância PSS, conforme segue:
I - no Preâmbulo, onde se lê:
"e art. 13, incisos III, IV, VI e art. 24, inciso V, alínea "a", todos da Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB n.º 9394/96".
Torne-se sem efeito.
Art. 2.º As demais disposições permanecem inalteradas.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69523/2026

RESOLUÇÃO N.º 2486/2026 – GS/SEED
Súmula: Aplica penalidade.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.522.426-7,
R E S O L V E:
Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, ambos da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Inês Mariza da Silva, RG n.º 3.827.XXX-5, vínculo QFEB, LF 01, por infração do art. 279, inciso III, e art. 279, inciso IV, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69529/2026

RESOLUÇÃO N.º 2487/2026 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 25.385.290-9,
R E S O L V E:
Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 25.385.290-9, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "a", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026
Alisson Michel Messias
Delegação de competências ao Diretor-Geral Interino
RESOLUÇÃO N.º 2.146/2026 – GS/SEED
PORTARIA N.º 40/2026 – GS/SEED

69530/2026

Secretaria do Esporte

PARANÁ ESPORTE

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Protocolo nº 25.437.670-1

Portaria 34/2026

O Diretora-Presidente Paraná Esporte, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 19.848/2019, na Lei Estadual n.º 21.095/2022, na Lei Estadual n.º 15.608/2007 e ainda na Resolução n.º 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que dispõe acerca da fiscalização de transferências voluntárias por meio do Sistema Integrado de Transferências e finalmente o contido no protocolo administrativo 25.437.670-1.

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores adiante elencados para exercício das atividades de gestor e fiscal da transferência voluntária firmada com o Município de Campo Mourão Convênio nº 01/2026, lhes competindo o exercício das atividades descritas na Resolução n.º 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conjunto com o sistema de controle interno desta autarquia.

I – Ilton Lemberg Bittencourt, CPF nº CPF nº 552.XXX.XXX-20 – fiscal da transferência;

II – Maíra de Campos, CPF nº 057.XXX.XXX-24 – gestora da transferência.

Art. 3º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data da formalização da transferência.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

(Assinatura Digital)
Bethânia Inara Roos de Oliveira
Diretora-Presidente
Paraná Esporte
Decreto Estadual Nº 13.385/2026

69675/2026

Secretaria da Fazenda

RESOLUÇÃO SEFA Nº 368/2026

Aprova o Regimento Interno do Centro de Assuntos Econômico-Tributários – CAET.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em conformidade com o Decreto 12.279, de 16 de dezembro de 2025, e considerando o contido no Protocolo nº 25.761.572-3;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Centro de Assuntos Econômico-Tributários – CAET.

Art. 2º. Ao Centro de Assuntos Econômico-Tributários – CAET, compete:

I. analisar, acompanhar e estimar o impacto financeiro de propostas de alteração no Sistema Tributário Nacional e na legislação das receitas;

II. acompanhar projetos de leis em matéria tributária de iniciativa dos Poderes Executivo ou Legislativo e a conjuntura econômica, com vistas ao entendimento do comportamento da arrecadação;

III. prestar assessoramento econômico-tributário, no que couber, ao Secretário da Fazenda, em conjunto com a Receita Estadual e SEFA em matérias e proposições concernentes à política fiscal;

IV. participar, diretamento ou em apoio à representação do Estado do Paraná, em comissões técnicas, grupos de trabalhos que tratem de assunto relacionado à políticas econômico-tributárias;

V. manter cooperação técnica com organismos e entidades da Administração Federal, Estadual, Municipal e de outros Poderes;

VI. subsidiar a Procuradoria Geral do Estado - PGE-PR em ações judiciais no âmbito do Supremo tribunal federal – STF, em temas que envolvem a partilha intergovernamental de recursos e relações federativas;

VII. analisar e conferir, bem como calcular quando for necessário, os coeficientes de participação dos estados em transferências federais de natureza compensatória (Fundo IPI-Exportação, Comensações “kandir” LC 176/2020, Compensações Financeiras resultantes da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais), Fundo de Participação dos Estados – FPE, parcela estadual e municipal no produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis;

VIII. analisar, calcular e prever receitas do Governo do Paraná oriundas de transferências federais, em articulação com a Diretoria do Orçamento Estadual, para fins do PPA, LDO e LOA;

IX. coordenar e executar a elaboração de estudos, pesquisas e análises de natureza econômico-fiscal, inclusive o impacto sobre a arrecadação e a economia, para avaliar a política tributária do Estado e subsidiar a elaboração de anteprojetos de legislação tributária;

X. contribuir para com a proposição de medidas que visem ao incremento da receita estadual, seja pela via de alterações na legislação tributária, da adoção ou reformulação de benefícios e incentivos financeiros/fiscais, seja por outras formas de incremento;

XI. promover a articulação com instituições que desenvolvam estudos e pesquisas em matéria fiscal, bem como representar a CAET, no que couber, em reuniões e eventos, inclusive como palestrante em temas sobre Reforma da Tributação do Consumo;

XII. efetuar tratamento de informações econômico-fiscais, através do desenvolvimento de programas para controle e emissão de relatórios gerenciais, em articulação com a Coordenação de Gestão Estratégica da Informação e Comunicação;

XIII. analisar os pedidos de incentivos fiscais, levando em consideração os aspectos da política fiscal e de desenvolvimento econômico e sustentável do Estado;

XIV. prestar esclarecimentos sobre o Programa de Incentivos Fiscais a empresários, investidores e órgãos do governo;

XV. assessorar o Secretário da Fazenda e a Receita Estadual em assuntos relativos aos incentivos fiscais e financeiros vinculados à atração de empreendimentos e ao desenvolvimento do Estado, inclusive na elaboração dos respectivos atos normativos;

XVI. controlar a elaboração de informações gerenciais sobre os incentivos financeiro-fiscais concedidos;

XVII. monitorar as obrigações em contrapartidas sociais de reinvestimentos das empresas enquadradas em Programas de Incentivos Fiscais;

XVIII. viabilizar os processos destinados a oficializar a aplicação das contrapartidas sociais de reinvestimentos das empresas enquadradas nos Programas de Incentivos Fiscais;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

XIX. publicitar as concessões das empresas enquadradas em Programas de Incentivos Fiscais;

XX. quantificar renúncias fiscais decorrentes da concessão de benefícios fiscais, no que couber, em conjunto com a Receita Estadual do Paraná;

XXI. planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades relativas à apuração, consolidação, publicação e comunicação dos Índices de Participação dos Municípios – IPM, na cota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como, no que couber, do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS;

XXII. obter, implantar, validar e integrar as informações necessárias ao cálculo dos índices de participação dos municípios, provenientes dos órgãos e entidades responsáveis pelos critérios legais, inclusive produção agropecuária, indicadores ambientais, área territorial, população, número de propriedades rurais, qualidade da educação e fatores igualitários;

XXIII. analisar as informações prestadas na Escrituração Fiscal Digital – EFD e nos Documentos Fiscais Eletrônicos – DF-e, para fins de apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF;

XXIV. analisar as informações relativas aos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, constantes do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório – PGDAS-D e da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS, para fins de apuração do VAF;

XXV. verificar e assegurar a consistência das informações que integram o Relatório de Operações de Produtores Rurais – ROPR, elaborado a partir dos documentos fiscais lançados no Sistema de Produtor Rural – SPR e notas fiscais eletrônicas emitidas pelos produtores rurais, para fins do cálculo do VAF do setor primário;

XXVI. calcular os índices individuais de participação dos municípios na cota-parte do ICMS e, no que couber, do IBS, observados os critérios legais e regulamentares vigentes;

XXVII. providenciar a publicação dos índices provisórios de participação dos municípios, por meio de Resolução, conforme a normativa aplicável;

XXVIII. analisar e emitir parecer conclusivo sobre os recursos administrativos interpostos pelas prefeituras municipais relativos aos índices provisórios, promovendo, quando cabível, a publicação das decisões correspondentes;

XXIX. providenciar a publicação dos índices definitivos de participação dos municípios, por meio de Decreto, conforme a legislação vigente;

XXX. prestar assessoria e informações técnicas à Procuradoria-Geral do Estado – PGE, no âmbito das ações judiciais que envolvam os índices de participação dos municípios;

XXXI. proceder ao recálculo e à republicação dos índices definitivos, quando necessário, em cumprimento a decisões administrativas ou judiciais;

XXXII. encaminhar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP a documentação pertinente à elaboração dos índices definitivos, para fins de homologação;

XXXIII. enviar os índices de participação dos municípios aos órgãos e entidades competentes, inclusive à Secretaria do Tesouro Nacional e, quando aplicável, ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS;

XXXIV. encaminhar os índices ao agente financeiro responsável pela operacionalização da distribuição das receitas aos municípios;

XXXV. elaborar e acompanhar a Norma de Procedimento Fiscal Conjunta da Receita Estadual e do Centro de Assuntos Econômico-Tributários, destinada a regulamentar os procedimentos de apuração do VAF e do IPM;

XXXVI. prestar assessoramento técnico e apoio aos Coordenadores Regionais do IPM e às unidades descentralizadas da Receita Estadual;

XXXVII. prestar informações técnicas às prefeituras municipais e às entidades representativas dos municípios sobre matérias relacionadas aos índices de participação;

XXXVIII. promover a notificação de contribuintes quanto a omissões ou inconsistências relevantes nas informações declaradas, quando estas impactarem o cálculo do VAF;

XXXIX. propor aprimoramentos normativos, procedimentais e sistêmicos relacionados à gestão dos índices de participação dos municípios;

XL. participar de grupo de trabalho (GT), eventos técnicos, seminários e ações de divulgação e capacitação relacionados à sua área de atuação;

XLI. desempenhar de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. Subordinam-se ao Centro de Assuntos Econômico-Tributários – CAET as seguintes unidades:

I - Área Técnica de Controle Administrativo (ACA);
II - Área Técnica de Análises Econômicas (AAE);
III - Área Técnica de Incentivos Fiscais e Financeiros (AIF);
IV - Área Técnica de Índice de Participação dos Municípios (AIPM).

Art. 3º. À Área Técnica de Controle Administrativo (CAET/ACA) compete:

I. prestar assistência à Chefia da CAET no desempenho de suas atribuições e em compromissos oficiais;

II. prestar atos administrativos pertinentes às atribuições da CAET;

III. apoiar a CAET e suas assessorias na criação e tramitação de protocolos;

IV. elaborar minutas de atos do expediente e da correspondência oficial da Chefia da CAET;

V. encaminhar correspondência oficial recebida, recomendando prioridades para assuntos urgentes;

VI. providenciar a publicação na imprensa oficial do Estado de documentos expedidos pelas unidades organizacionais da CAET;

VII. controlar as informações do módulo de Pessoas Impedidas de Contratar com o Poder Público no (SGPC) Sistema de Gestão do Paraná Competitivo;

VIII. coordenar os agendamentos presenciais ou remotos e a preparação da recepção de representantes de empresas investidoras e de consultores no âmbito da Área Técnica de Incentivos Fiscais (AIF);

VIII. a coordenação da agenda da Chefia da CAET.

Art. 4º. À Área Técnica de Análises Econômicas (CAET/AAE) compete:

I. analisar, acompanhar e estimar o impacto financeiro de propostas de alteração no Sistema Tributário Nacional e na legislação das receitas;

II. acompanhar projetos de leis em matéria tributária de iniciativa dos Poderes Executivo ou Legislativo e a conjuntura econômica, com vistas ao entendimento do comportamento da arrecadação;

III. prestar assessoramento econômico-tributário, no que couber, ao Secretário da Fazenda, em conjunto com a Receita Estadual e SEFA em matérias e proposições concernentes à política fiscal;

IV. participar de grupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS – Cotepe, do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal - Comsefaz, e do Comitê Gestor do Imposto Dobre Bens e Serviços – CG-IBS, no que couber e em articulação com a representação do Estado do Paraná nestes órgãos;

V. analisar e conferir, bem como calcular quando for necessário, os coeficientes de participação dos estados em transferências federais de natureza compensatória (Fundo IPI-Exportação, Comensações "kandir" LC 176/2020, Compensações Financeiras resultantes da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais), Fundo de Participação dos Estados – FPE, parcela estadual e municipal no produto da arrecadação da ClDE-Combustíveis;

VI. analisar, calcular e prever receitas do Governo do Paraná oriundas de transferências federais, em articulação com a Diretoria do Orçamento Estadual, para fins do PPA, LDO e LOA;

VII. Coordenar e executar a elaboração de estudos, pesquisas e análises de natureza econômico-fiscal, inclusive o impacto sobre a arrecadação e a economia, para avaliar a política tributária do Estado e subsidiar a elaboração de anteprojetos de legislação tributária;

VIII. contribuir para com a proposição de medidas que visem ao incremento da receita estadual, seja pela via de alterações na legislação tributária, da adoção ou reformulação de benefícios e incentivos financeiros/fiscais, seja por outras formas de incremento;

IX. promover a articulação com instituições que desenvolvam estudos e pesquisas em matéria fiscal, bem como representar a CAET, no que couber, em reuniões e eventos, inclusive como palestrante em temas sobre Reforma da Tributação do Consumo;

X. efetuar tratamento de informações econômico-fiscais, através do desenvolvimento de programas para controle e emissão de relatórios gerenciais, em articulação com a Coordenação de Gestão Estratégica da Informação e Comunicação;

XI. desempenhar outras atividades correlatas aos estudos econômicos-tributários, inclusive por meio de elaboração de parecer, informação, despacho, memorando, portaria e ofícios.

Art. 5º. À Área Técnica de Incentivos Fiscais e Financeiros (AIF) compete:

I. a análise dos pedidos de incentivos fiscais, levando em consideração os aspectos da política fiscal e de desenvolvimento econômico e sustentável do Estado;

II. a prestação de esclarecimentos sobre o Programa de Incentivos Fiscais a empresários, investidores e órgãos do governo;

III. o assessoramento ao Secretário da Fazenda e à Receita Estadual em assuntos relativos aos incentivos fiscais e financeiros vinculados à atração de empreendimentos e ao desenvolvimento do Estado, inclusive na elaboração dos respectivos atos normativos;

IV. dialogar com a Receita Estadual na implementação dos incentivos fiscais concedidos no âmbito dos programas gerenciados pelo Centro de Assuntos Econômico Tributários;

V. controlar a elaboração de informações gerenciais sobre os incentivos financeiro-fiscais concedidos;

VI. a gestão de todos os atos da Secretaria Executiva do Comitê de Reinvestimento de Recursos do Programa Paraná Competitivo, nos termos do Decreto nº 7.503,d e 07 de outubro de 2024;

VII. secretariar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê de Reinvestimento de Recursos do Programa Paraná Competitivo;

VIII. acompanhar e monitorar as obrigações em contrapartidas sociais de reinvestimentos das empresas enquadradas em Programas de Incentivos Fiscais;

IX. viabilizar e acompanhar o trâmite dos processos destinados a oficializar a aplicação das contrapartidas sociais de reinvestimentos das empresas enquadradas nos Programas de Incentivos Fiscais;

X. monitorar os depósitos na conta corrente do Programa Paraná Competitivo relativas às contrapartidas das empresas enquadradas no Programa;

XI. publicar as concessões às empresas enquadradas em Programas de Incentivos Fiscais;

XII. quantificar renúncias fiscais decorrentes da concessão de benefícios fiscais, em conjunto com a Receita Estadual do Paraná;

XIII. desempenhar de outras atividades correlatas.

Art. 6º. À Área Técnica do Índice de Participação dos Municípios

– AIPM compete:

I. planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades relativas à apuração, consolidação, publicação e comunicação dos Índices de Participação dos Municípios – IPM, na cota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como, no que couber, do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS;

II. obter, implantar, validar e integrar as informações necessárias ao cálculo dos índices de participação dos municípios, provenientes dos órgãos e entidades responsáveis pelos critérios legais, inclusive produção agropecuária, indicadores ambientais, área territorial, população, número de propriedades rurais, qualidade da educação e fatores igualitários;

III. analisar as informações prestadas na Escrituração Fiscal Digital – EFD e nos Documentos Fiscais Eletrônicos – DF-e, para fins de apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF;

IV. analisar as informações relativas aos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, constantes do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório – PGDAS-D e da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS, para fins de apuração do VAF;

V. verificar e assegurar a consistência das informações que integram o Relatório de Operações de Produtores Rurais – ROPR, elaborado a partir dos documentos fiscais lançados no Sistema de Produtor Rural – SPR e notas fiscais eletrônicas emitidas pelos produtores rurais, para fins do cálculo do VAF do setor primário;

VI. calcular os índices individuais de participação dos municípios na cota-parte do ICMS e, no que couber, do IBS, observados os critérios legais e regulamentares vigentes;

VII. providenciar a publicação dos índices provisórios de participação dos municípios, por meio de Resolução, conforme a normativa aplicável;

VIII. analisar e emitir parecer conclusivo sobre os recursos administrativos interpostos pelas prefeituras municipais relativos aos índices provisórios, promovendo, quando cabível, a publicação das decisões correspondentes;

IX. providenciar a publicação dos índices definitivos de participação dos municípios, por meio de Decreto, conforme a legislação vigente;

X. prestar assessoria e informações técnicas à Procuradoria-Geral do Estado – PGE, no âmbito das ações judiciais que envolvam os índices de participação dos municípios;

XI. proceder ao recálculo e à republicação dos índices definitivos, quando necessário, em cumprimento a decisões administrativas ou judiciais;

XII. encaminhar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP a documentação pertinente à elaboração dos índices definitivos, para fins de homologação;

XIII. enviar os índices de participação dos municípios aos órgãos e entidades competentes, inclusive à Secretaria do Tesouro Nacional e, quando aplicável, ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS;

XIV. encaminhar os índices ao agente financeiro responsável pela operacionalização da distribuição das receitas aos municípios;

XV. elaborar e acompanhar a Norma de Procedimento Fiscal Conjunta da Receita Estadual e do Centro de Assuntos Econômico-Tributários, destinada a regulamentar os procedimentos de apuração do VAF e do IPM;

XVI. prestar assessoramento técnico e apoio aos Coordenadores Regionais do IPM e às unidades descentralizadas da Receita Estadual;

XVII. prestar informações técnicas às prefeituras municipais e às entidades representativas dos municípios sobre matérias relacionadas aos índices de participação;

XVIII. promover a notificação de contribuintes quanto a omissões ou inconsistências relevantes nas informações declaradas, quando estas impactarem o cálculo do VAF;

XIX. propor aprimoramentos normativos, procedimentais e sistêmicos relacionados à gestão dos índices de participação dos municípios;

XX. participar de grupo de trabalho (GT), eventos técnicos, seminários e ações de divulgação e capacitação relacionados à sua área de atuação;

XXI. desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de maio de 2026

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

69750/2026

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 162/2026

O Presidente em Exercício da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 24 da Lei Federal nº 8.934/94, pelos arts. 25, inciso XVII, e 26 do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

o Sr. JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701.XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete ad hoc do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a DARIO NOZINIC apresentada no protocolo PRE2600355972.

Publique-se.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

SEBASTIÃO MOTA
Presidente em Exercício

69123/2026

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 328/2026 – DER/PR

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° **24.861.114-6**, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo relacionados como **responsáveis administrativos das Superintendências Regionais e Escritórios Regionais do DER/PR**, especialmente para acompanhamento, controle e apoio na tramitação dos protocolos administrativos vinculados à Câmara Administrativa de Prevenção e Solução de Controvérsias – CAPRESC, no âmbito de suas respectivas unidades:

I – Superintendência Regional Campos Gerais: Jean Marcell Lara Tybuszeusky;
II – Escritório Regional CERNE: Carlos Henrique Machado;
III – Escritório Regional Centro Oeste: Giuliano César dos Santos Oliveira;
IV – Escritório Regional Centro Sul: Edelson Rosa;
V – Superintendência Regional Norte: Nilza Aparecida Galhardo;
VI – Escritório Regional Norte Pioneiro: Felipe Scala Francica;
VII – Escritório Regional Vale do Tibagi: Darlan José Henrique Costa;
VIII – Escritório Regional Norte Velho: Jose Jorge Heidgger;
IX – Escritório Regional Vale do Ivaí: Franciele Cardoso Ramos;
X – Superintendência Regional Noroeste: Nagma Lucy Barros;
XI – Escritório Regional Centro: Luiz Fernando Reis de Macedo;
XII – Escritório Regional Caiuá: Afonso Loreto;
XIII – Escritório Regional Entre Rios: Lenira Rodrigues do Prado;
XIV – Superintendência Regional Oeste: Elizete Cardoso Boaretto;
XV – Escritório Regional Centro Sudoeste: Otavio Ricardo Muniz;
XVI – Escritório Regional Vale do Chopim: Clarise Andreia Ruffato Simionatto;
XVII – Superintendência Regional Leste: Carlos Alberto Dittert de Camargo;
XVIII – Escritório Regional Xisto: Augusto Lopes Tonel;
XIX – Escritório Regional Médio Iguaçu: Karynge Carnegie Dias Bacelar Rodrigues.

Art. 2º Compete aos responsáveis administrativos designados:
I – acompanhar a tramitação dos protocolos administrativos vinculados à CAPRESC no âmbito das respectivas regionais;
II – prestar apoio administrativo à instrução processual e à coleta de documentos e informações necessárias;
III – auxiliar no cumprimento de prazos, diligências e encaminhamentos relacionados aos procedimentos administrativos da CAPRESC.
IV- Elaborar parecer administrativo, nos termos do regulamento do CAPRESC.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

69278/2026

PORTARIA Nº 329/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso XXI do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da Lei nº 20.656 de 03/08/2021, as servidoras Karyme Fadel do Amaral Ortolan, CPF nº 018.xxx.xxx-02 e Adriana Falco, CPF nº 025.xxx.xxx-78, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância visando apurar o acidente de trânsito com o veículo oficial Chevrolet Montana placas UAS-6H51.

Curitiba, 25 de maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

69280/2026

DESPACHO: 785/2026-DG
PROTOCOLO: 24.318.904-7

1. HOMOLOGO, cumpridas as formalidades legais, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos do Parecer nº 892/2026-PJ, o procedimento licitatório realizado na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 25/2025-DER/DOP e ADJUDICO à empresa AS BUILT ENGENHARIA LTDA, a execução dos serviços de recuperação estrutural e manutenção da passarela metálica sobre o Rio Piedade, localizada na rodovia PR-092, na divisa entre os municípios de Rio Branco do Sul-PR e Cerro Azul-PR, no importe de R$ 615.000,00.
2. Publique-se;
3. À Diretoria de Operações para as demais providências

Em 28 de maio de 2026.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

DESPACHO: 786/2026
PROTOCOLO: 25.779.011-8

1. RECONHEÇO a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 148 e art. 610, II, "a" do Decreto Estadual n° 10.086/2022, bem como AUTORIZO, com fundamento no art. 3º, parágrafo único, do Decreto n° 8.561/2017, no art. 1°da Lei Estadual n°20.790/2021, a doação, ao Município de Campo Largo, de:

ITEM	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO
1	100004645168	GERADOR STEMAC/GTA 25MI33
2	100004645169	GERADOR STEMAC/GTA25MI33

2. Publique-se.
3. Restitua-se à DAF/CA para os demais procedimentos.

Em 28 de maio de 2026.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

DESPACHO: 792/2026-DG
PROTOCOLO: 25.581.622-5

1. Com base no relatório conclusivo da Comissão de Sindicância, instaurada por intermédio da Portaria 146/2026-DG, publicada no Diário Oficial do Estado em 10/03/2026, bem como no Parecer nº 905/2026 da Procuradoria Jurídica deste Departamento, CONCLUO pelo encerramento dos trabalhos da Comissão e DETERMINO a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor J.A.G. para apuração, em tese, do descumprimento do artigo 279, III da Lei 6174/70 - Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná ao descumprir o Artigo 12 da Ordem de Serviço 007/2023-DG,
2. Publique-se

Em 28 de maio de 2026.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

69749/2026

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

RESOLUÇÃO SEIA N.º 048, DE 27 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a alteração de dispositivo da Resolução nº 033/2026, que Instaura a Tomada de Contas Especial para apuração de fatos, identificação de responsáveis e quantificação de danos ao erário no âmbito do Termo de Outorga de Subvenção Econômica sob o protocolado21.404.752-7, fundamentada no Art. 197 da Lei Estadual nº 20.656/2021.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – SEIA, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II, do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pelo art. 4º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.332/2026, de 14 de abril de 2026, e protocolo nº 25.888.665-8,
RESOLVE:
Art. 1º Alterar o inciso III do artigo 2º da Resolução nº 033/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Onde se lê: III. CILENE ROSANGELA PEREIRA DA SILVA, CPF: 836.XXX.XXX-20;
Leia-se: III. JESSICA CRISTINA BARBOSA SANTANA, CPF: 076.XXX.XXX-60.
Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação permanecendo os demais dispositivos inalterados.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Marcos Vitorio Stamm
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo: 25.888.665-8

69232/2026

Secretaria da Justiça e Cidadania

PORTARIA N.º 129/2026

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, e inciso IV, do art. 7º, da Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, bem como, pelo art. 19, do Decreto Estadual n.º 8.807, de 30 de janeiro de 2025, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.454, de 23 de abril de 2026.
RESOLVE:
Art. 1.º Substituir as servidoras Eliane Marcheski, CPF nº 072.XXX.XXX-28, e Ana Maria Machado, CPF nº 027.XXX.XXX-40, designadas para comporem a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório (A) – AEDEP, da Casa de Semiliberdade de Toledo, pela Resolução nº 019/2024 - SEJU, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11641, de 17 de abril de 2024, pelos servidores Alexon Marcelo Schuh, CPF nº 018.XXX.XXX-51, na qualidade de Presidente, Elisangela Gonçalves Salvalagio CPF nº 028.XXX.XXX-80 e Benhur Wagner Taborda, CPF nº 026.XXX.XXX-04, na qualidade de Membros.
Art. 4º. Publique-se.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

69419/2026

Despacho nº 1926/2026 – DG/SEJU
(Protocolo nº 25.884.697-4)

AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, art. 1º, inciso VI, da Resolução nº 94/2025 – SEJU, com fundamento no Memorando n° 418/2026 – NAS/SEJU **(mov.02)**, na Justificativa – NAS/SEJU **(mov.21)**, bem como na Informação Técnica nº 222/2026 – AT/SEJU **(mov.25)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento, **o dever de pagar em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR,** inscrita no **CNPJ nº 76.484.013/0001-45**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 386/2026 – NFS/SEJU **(mov.15)**,a realização da despesa no valor de **R$ 1.360,87 (mil trezentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos)**, referente a prestação de serviços de água e esgoto em

atendimento ao Procon, correspondente ao período de **abril de 2026**.
CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

69242/2026

Despacho nº 1931/2026 – DG/SEJU
(Protocolo nº 25.361.680-6)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 10.086/2022, no art. 1º, inciso V, da Resolução nº 94/2025 – SEJU e considerando o Memorando nº 108/2026 **(mov.02),** na Informação Técnica n° 118/2026 – NFS **(mov.16)**, na Declaração de Adequação da Despesa nº 118/2025 – NFS/SEJU **(mov.18)**, bem como na Informação Técnica nº 045/2026 – AT/SEJU **(mov.75)**, cujo objeto é a aquisição de amaciante de roupas em atendimento às unidades socioeducativas, correspondente ao **Lote 20**, por meio da **Ata de Registro de Preços** decorrente do **Pregão Eletrônio nº 112/2024**, em favor da empresa **KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA –** inscrita no **CNPJ sob o nº 21.782.356/0001-02**, no valor total de **R$ 8.120,00 (oito mil cento e vinte reais).**

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

69320/2026

Despacho nº 1491/2026 – DG/SEJU – RETIFICADA
(Protocolo nº 25.729.198-7)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, art. 1º, inciso VI, da Resolução nº 94/2025 – SEJU, com fundamento no Memorando n° 376/2026 – NAS/SEJU **(mov.02)**, na Justificativa – NAS/SEJU **(mov.03)**, bem como na Informação Técnica nº 182/2026 – AT/SEJU **(mov.33)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento, **o dever de pagar em favor da COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., CNPJ: 04.368.898/0001-06**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 311/2026 – NFS/SEJU **(mov.43)**, a realização da despesa no valor de **R$ 3.658,88 (três mil seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**,referente a prestação de serviços de energia elétrica em atendimento a esta Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU, ao PROCON e ao CEIM, correspondente ao período de **março de 2026**.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
III. DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

69367/2026

PORTARIA N.º 130/2026

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, e inciso IV, do art. 7º, da Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, bem como, pelo art. 19, do Decreto Estadual n.º 8.807, de 30 de janeiro de 2025, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.454, de 23 de abril de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º *Realocar* a servidora JULIANA MARUSZCZAK SCHNEIDER, CPF. 028.XXX.XXX-24, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Nutricionista, da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo, para o Centro de Socioeducação Joana iguel Richa.

Art. 2º A realocação prevista nesta Portaria decorre do Processo Seletivo de Realocação instituído pelo Edital nº 014/2026 – SEJU, sendo efetivada, em caráter excepcional, como antecipação das movimentações previstas, para atendimento de necessidade administrativa.

Art. 4º. Publique-se.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

(Assinado digitalmente)
Nivaldo Ramos
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

69687/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 131 DE 27/05/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
HELTON LUIS CARNEIRO				90	17/12/2012	16/12/2017	01/07/2026	28/09/2026
81135606	1	NAXIII	259337054					

69013/2026

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

RESOLUÇÃO SEMIPI Nº 114/2026

Aprova a Nota Técnica Nº 001/2026 **–** SEMIPI/DPPI , que estabelece orientações técnicas para o monitoramento e desenvolvimento do ativo social no âmbito da Bolsa Agente do Saber.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, nomeada pelo Decreto Estadual nº 13279, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 12122, de 09

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de abril de 2026,
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa/PAPI;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 12.097, de 20 de março de 2025, que regulamenta a Bolsa Agente do Saber;
CONSIDERANDO que a Bolsa Agente do Saber consiste em transferência de renda à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade, vinculada à valorização de seus saberes, habilidades, competências e trajetórias de vida, mediante participação no Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa/UNAPI;
CONSIDERANDO que compete à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa — SEMIPI coordenar, monitorar e avaliar, no âmbito do Governo do Estado do Paraná, a Bolsa Agente do Saber;
CONSIDERANDO que a Nota Técnica tem por finalidade subsidiar gestores municipais e as Comissões Municipais do Agente do Saber — COMAS quanto à operacionalização do acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento das atividades executadas pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a **Nota Técnica Nº 001/2026 - SEMIPI/DPPI que estabelece orientações técnicas para o monitoramento e desenvolvimento do ativo social no âmbito da Bolsa Agente do Saber**, na forma do Anexo I desta Resolução.
Parágrafo único. A Nota Técnica de que trata o caput tem por finalidade orientar gestores municipais, equipes técnicas, Comissões Municipais do Agente do Saber/COMAS e demais atores envolvidos na execução da Bolsa Agente do Saber, estabelecendo diretrizes conceituais, técnicas e operacionais para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelos beneficiários.
Art. 2º. O acompanhamento dos beneficiários da Bolsa Agente do Saber deverá ocorrer de forma articulada entre a gestão municipal e a gestão estadual, cabendo aos municípios, por meio da COMAS, o acompanhamento mensal das atividades e a validação da execução do PIDAS, e à SEMIPI a coordenação, o monitoramento e a avaliação da política pública.
Art. 3º. A Nota Técnica poderá ser revisada e atualizada sempre que necessário, cabendo à SEMIPI promover a adequação dos fluxos, instrumentos, critérios e procedimentos relacionados à execução, monitoramento e avaliação da Bolsa Agente do Saber.
Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Mariana de Sousa Machado Neris
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SEMIPI Nº 114/2026
NOTA TÉCNICA Nº 001/2026 – SEMIPI/DPPI

NOTA TÉCNICA PARA O MONITORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ATIVO SOCIAL NO ÂMBITO DA BOLSA AGENTE DO SABER
FICHA TÉCNICA
2026 - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS
SECRETÁRIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA - SEMIPI
LARISSA MARSOLIK
DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA - SEMIPI
JANAINA FATIMA DE SOUZA RODRIGUES
COORDENADORA DE CUIDADOS E ENVELHECIMENTO ATIVO NA DIRETORIA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA - SEMIPI
ELABORAÇÃO TÉCNICA
ALZENIR DE FÁTIMA BRUDECK SIZANOOSKI
AMANDA CORREIA DOS SANTOS
CAROLINE COLLITA FERNANDA
BRUNA SORGATO PITT
GABRIELLE FERNANDA ROCHA PINTO
SYMONE BONFIM
REVISÃO
DIEGO BULIGON
LARISSA MARSOLIK

APRESENTAÇÃO
À Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) compete coordenar, monitorar e avaliar, no âmbito do Governo do Estado do Paraná, a Bolsa Agente do Saber. Trata-se do benefício instituído pela Lei Estadual nº 22.189/2024 - Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 12.097/2025.
A Lei Estadual nº 22.189/2024 institui uma política de estado que transforma o cuidado com as pessoas idosas em um direito oficial garantido por lei, criando mecanismos como a transferência de renda para pessoas idosas e cuidadores, bem como planos de investimentos nos municípios. Neste sentido, o PAPI é uma política pública inovadora que prepara o estado e seus municípios para os desafios do envelhecimento populacional. Alinhado ao movimento global da Organização Mundial da Saúde (OMS), o PAPI estabelece um modelo de cuidado triplo que atua simultaneamente no indivíduo, na família e no território. Seus três pilares são: Cuidar das Pessoas, Fortalecer as Famílias e Preparar as Cidades.
Nesta perspectiva, a Bolsa Agente do Saber consiste em transferência de renda à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade econômica, vinculada à valorização dos seus saberes, que deve ser participante do Programa Universidade Aberta da Pessoa Idosa - UNAPI/UNATI e atender aos demais critérios de elegibilidade.
O benefício tem por objetivo fortalecer a autonomia, a participação social e as trocas intergeracionais, bem como promover o reconhecimento e a valorização dos saberes, das habilidades e das trajetórias da pessoa idosa. Ao valorizar esses elementos, reconhece-se a experiência de vida como um recurso para o desenvolvimento comunitário e o fortalecimento dos vínculos sociais.
Nesse sentido, incentiva-se a participação ativa da pessoa idosa na comunidade, prevenindo o isolamento social e promovendo a convivência intergeracional, com a troca de saberes e experiências entre gerações. Contribui-se, ainda, para a construção de uma visão positiva do envelhecimento e para o enfrentamento ao idadismo, conferindo visibilidade à pessoa idosa como um ativo social em sua comunidade.
A concepção da Bolsa Agente do Saber está alinhada às diretrizes internacionais da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) e aos domínios propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para cidades e comunidades amigáveis à pessoa idosa, os quais enfatizam a participação social e a inclusão.
Para o fortalecimento e orientação aos municípios, o Guia Metodológico de Adesão Municipal à Bolsa Agente do Saber estabelece que a atuação dos beneficiários deve ser estruturada a partir do conceito de ativo social, operacionalizado por meio do Plano Individual de Desenvolvimento de Ativo Social - PIDAS, instrumento que orienta a identificação, organização e mobilização das capacidades, saberes e experiências da pessoa idosa em atividades de caráter sociocultural, educativo e comunitário.
Tendo em vista a necessidade de estabelecer diretrizes conceituais, técnicas e operacionais que orientem a execução da Bolsa Agente do Saber no âmbito municipal, especialmente no que se refere à compreensão do conceito de “ativo social” e à atuação dos beneficiários, apresenta-se a presente Nota Técnica. Considerando o caráter inovador da política pública torna-se fundamental subsidiar gestores municipais e Comissões Municipais do Agente do Saber (COMAS) quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos relacionados ao acompanhamento e monitoramento dos beneficiários.

Além disso, a elaboração desta Nota Técnica visa padronizar e fortalecer os processos de acompanhamento mensal e avaliação contínua da execução da Bolsa Agente do Saber, por meio da orientação quanto à elaboração e execução do PIDAS e do relatório trimestral de acompanhamento dos beneficiários. Dessa forma, busca-se qualificar a sistematização das informações, contribuindo para a efetividade da política pública, para a valorização dos saberes da pessoa idosa e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no território municipal.
SUMÁRIO
1. INTRODUÇÃO 7
CAPÍTULO I 9
3. CONCEITUAÇÃO DE ATIVO SOCIAL 9
3.1 O espaço de atuação do Agente do Saber 12
3.2 Quem são os bolsistas 13
CAPÍTULO II 14
4. COMISSÃO MUNICIPAL DO AGENTE DO SABER 14
4.1 Competências da COMAS 15

CAPÍTULO III 16

5. O ACOMPANHAMENTO DO AGENTE DO SABER 16
5.1 Plano Individual De Desenvolvimento De Ativo Social (PIDAS) 17
5.2 Relatório De Acompanhamento Do Primeiro Semestre 18
5.3 Relatório Trimestral De Acompanhamento Dos Beneficiários 19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 20
REFERÊNCIAS 22
ANEXO I - IDENTIFICAÇÃO 23
ANEXO II - MODELO DO PLANO INDIVIDUAL DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVO SOCIAL - PIDAS 26
ANEXO III - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES 28

1. INTRODUÇÃO

A presente nota técnica tem por finalidade subsidiar gestores municipais e as Comissões Municipais do Agente do Saber (COMAS) quanto à compreensão do conceito de ativo social e à operacionalização do acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento das atividades executadas pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber. Nesse sentido, busca-se promover o entendimento acerca da atuação dos beneficiários no âmbito do programa, bem como fortalecer os processos de gestão e acompanhamento por meio da utilização de instrumentos técnicos que contribuam para a qualificação das ações desenvolvidas nos municípios.

Além disso, o documento visa conceituar e delimitar as atribuições da COMAS no acompanhamento e monitoramento dos beneficiários, orientar os gestores municipais quanto à materialização do acompanhamento mensal durante os seis primeiros meses de execução da bolsa e fornecer subsídios para a elaboração e execução do Plano Individual de Desenvolvimento de Ativo Social (PIDAS), fundamentado na perspectiva do ativo social. Por fim, pretende-se orientar os municípios quanto à elaboração do relatório trimestral de acompanhamento, fortalecendo os mecanismos de monitoramento, registro e avaliação das atividades realizadas no âmbito da Bolsa Agente do Saber.

CAPÍTULO I

ATIVO SOCIAL

2. CONCEITUAÇÃO DE ATIVO SOCIAL

No campo das políticas sociais contemporâneas, o conceito de ativo social refere-se ao conjunto de capacidades, saberes, experiências, vínculos, competências e recursos simbólicos que sujeitos e/ou grupos mobilizam para participar da vida social e contribuir para o desenvolvimento coletivo.

Deste modo, busca-se, por meio deste documento, delimitar o conceito de ativo social a partir da literatura sobre capital social (BOURDIEU, 1980; PUTNAM, 2000) e das diretrizes internacionais sobre envelhecimento ativo (OMS, 2005; 2020), bem como explicitar sua aplicação no desenho da Bolsa Agente do Saber, assim como oferecer subsídios técnicos para a elaboração, acompanhamento e avaliação do PIDAS, a ser executado pelos beneficiários.

O capital social, segundo Bourdieu (1980), possui uma capacidade multiplicadora, sendo um conjunto de recursos baseados no conhecimento e reconhecimento que indivíduos ou grupos constroem, gerando ganhos individuais e coletivos. Desse modo, está diretamente relacionado ao volume acumulado ao longo do tempo no que tange à aquisição de conhecimento, experiências, redes de apoio e relações sociais.

Esse volume acumulado está correlacionado ao espaço social que este indivíduo ocupa, ou seja, a convivência social e comunitária amplia o capital social dos entes envolvidos, transformando-se em uma via de mão dupla. Quando o Agente do Saber compartilha suas experiências, socializando assim seu próprio capital social, amplia e constrói coletivamente o capital social dos demais integrantes das ações executadas.

Nesse sentido, o fortalecimento do convívio intergeracional, comunitário e social da pessoa idosa é fundamental para ressignificar o processo do envelhecimento, para que seja ativo e saudável.

Diferente de uma visão com foco na vulnerabilidade, o ativo social enfatiza potencialidades existentes, ainda que situadas em contextos de vulnerabilidades socioeconômicas. No caso da pessoa idosa, incluem conhecimentos tradicionais, memórias coletivas, práticas culturais, habilidades profissionais acumuladas ao longo da vida, capacidades relacionais e experiências de cuidado intergeracional.

No âmbito da Bolsa Agente do Saber, a pessoa idosa é reconhecida como mobilizadora de ativos sociais,na medida em que seus saberes e experiências são compreendidos como recursos socialmente relevantes, capazes de gerar benefícios individuais e coletivos.

O ativo social, portanto, não é um atributo abstrato, mas um processo dinâmico de reconhecimento, valorização e mobilização de capacidades, orientado por objetivos públicos e socialmente compartilhados. Sob essa perspectiva, a Bolsa Agente do Saber desloca o lugar da pessoa idosa de beneficiária passiva para agente de transformação.

Ao reconhecer a pessoa idosa como Agente do Saber, reafirma-se sua dignidade, autonomia e protagonismo, ao mesmo tempo em que amplia o alcance das ações de autocuidado e inclusão social. Essa conceituação orienta a atuação dos municípios, das equipes técnicas e das instâncias de controle social, oferecendo base teórica e normativa para a operacionalização da Bolsa Agente do Saber.

Dessa forma, a atuação do Agente do Saber deve se concretizar em diferentes espaços sócio-ocupacionais, de acordo com seu capital social, isto é, o conjunto de saberes acumulados, articulando-o às atribuições do campo em que está inserido. Como exemplo, podemos citar a atuação de um bolsista que, por residir há anos no município e estar inserido em um espaço educacional, realiza a contação de histórias locais. Essa prática possibilita aos ouvintes uma maior apropriação do contexto histórico da cidade, ao mesmo tempo em que evidencia suas vivências e sua trajetória de construção pessoal.

3.1 O espaço de atuação do Agente do Saber

A atuação do Agente do Saber deve estar articulada a um equipamento público, entidades públicas ou privadas que ofereçam estrutura, suporte técnico e o acompanhamento necessário para o desenvolvimento das atividades pactuadas entre o beneficiário da Bolsa Agente do Saber e a gestão municipal. A identificação e avaliação do espaço devem ser realizadas antes da alocação do Agente do Saber em algum espaço/atividade. Com relação a esses equipamentos, devem ser espaços adequados e acessíveis para o desenvolvimento das atividades, como os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), centros de convivência, escolas/universidades, bibliotecas, museus, associações comunitárias, entre outros.

Cabe à gestão municipal utilizar da escuta sensível na identificação do perfil e do conjunto de saberes, experiências, habilidades do beneficiário e identificar os espaços elegíveis, atentando-se à disponibilidade e às condições adequadas dos equipamentos indicados, bem como à existência de infraestrutura acessível, segura e compatível com as atividades do Agente do Saber.

Ainda, deve-se sensibilizar o equipamento que receberá o Agente do Saber quanto às necessidades estruturais supramencionadas, mas também quanto ao conceito de ativo social, objetivando o melhor aproveitamento de suas potencialidades, conforme exemplificado na concepção de capital social apresentada neste documento.

Salienta-se que, conforme orientação e documentos necessários para adesão municipal à Bolsa Agente do Saber, é responsabilidade municipal a identificação dos espaços institucionais nos quais os beneficiários devem desenvolver suas atividades, assegurando que os equipamentos possuem acessibilidade física, sensorial, atitudinal e comunicacional, infraestrutura adequada e atendem as normas básicas de segurança, bem como a manutenção dessas condições.

3.2 Quem são os bolsistas

Para dar continuidade à construção da compreensão do termo “ativo social”, faz-se necessário conhecer quem são os beneficiários da referida política pública. Conforme disposto no Decreto Estadual nº 12.097/2025, considera-se elegível à Bolsa Agente do Saber: a pessoa idosa (60 anos ou mais), em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que participe de processo de formação da UNAPI, incluindo os Campi da UNESPAR, conforme Resolução 216 - 2025/SEMIPI.

O candidato bolsista deve declarar que possui autonomia e reafirmá-la a cada 12 meses, conforme art. 15º - inciso II da referida norma, estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possuir inscrição no Cadastro Único atualizado nos últimos 24 meses e ter concluído os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano, ou antiga 1ª a 4ª série). Exige-se, ainda, que se comprometa quanto à execução de atividades que valorizem seus saberes, habilidades e competências.

Além dos critérios supracitados, é dever dos bolsistas o cumprimento de obrigações formais, tais como: frequência regular, conforme cronograma da UNAPI/UNATI; dedicação obrigatória de 16 (dezesseis) horas semanais às atividades relativas ao Agente do Saber; participação em reuniões e atividades ofertadas pela UNAPI, COMAS e SEMIPI; atuação pautada pelo zelo, ética e respeito aos Direitos Humanos e comunicação de qualquer alteração que modifique as condições de concessão ou manutenção da bolsa.

Contudo, a convergência desses critérios e obrigações não é acidental, ela delineia um sujeito que, ao mesmo tempo em que é reconhecido em sua situação de vulnerabilidade, é convocado à ação. Ao cumprir as exigências formais da política, a pessoa bolsista não permanece na condição passiva de beneficiário, mobilizando saberes construídos ao longo de décadas e os coloca em circulação em seu território, seja por meio da transmissão de práticas culturais, da mediação de relações intergeracionais ou da participação em espaços coletivos de decisão.

É nesse movimento que se opera a efetivação do Agente do Saber enquanto ativo social, ou seja, o conhecimento acumulado, antes invisível às métricas produtivistas, passa a produzir vínculos, identidade e coesão social. O Agente do Saber, portanto, não é apenas destinatário de uma política pública, é o vetor por meio do qual ela se realiza.

CAPÍTULO II

COMAS

4. COMISSÃO MUNICIPAL DO AGENTE DO SABER

Para participação na Bolsa Agente do Saber, o município deverá instituir a Comissão Municipal do Agente do Saber (COMAS) por meio de ato normativo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

municipal e designar seus membros titulares e suplentes por meio de Portaria. A COMAS constitui instância essencial para a operacionalização, acompanhamento e monitoramento da Bolsa Agente do Saber no âmbito municipal.
Nos termos do Decreto Estadual nº 12.097/2025, a COMAS deverá ser composta por dois servidores públicos municipais, vinculados, respectivamente, a UNAPI e ao órgão gestor da Política Municipal da Pessoa Idosa, além de um agente público conselheiro dos direitos da pessoa idosa. A designação dos membros titulares e suplentes deverá ocorrer formalmente por meio de Portaria, garantindo publicidade, legitimidade e regularidade administrativa da Comissão.
4.1 Competências da COMAS
No âmbito de suas competências, cabe à COMAS conduzir o processo de habilitação e seleção dos beneficiários, observando os critérios de elegibilidade e priorização previstos nos arts. 4º e 5º do Decreto Estadual nº 12.097/2025. Para tanto, compete à Comissão realizar a conferência documental, validar as informações prestadas pelos candidatos, verificar os requisitos exigidos e aplicar, quando necessário, os critérios de priorização estabelecidos normativamente, assegurando observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência e isonomia administrativa.
Também compete à COMAS promover a sensibilização e avaliação dos espaços institucionais indicados para atuação dos Agentes do Saber, considerando aspectos relacionados à acessibilidade arquitetônica, à segurança dos usuários e à compatibilidade entre o perfil, os saberes e as habilidades do beneficiário e as atividades propostas no espaço institucional. A avaliação desses espaços também considera que a Bolsa Agente do Saber está fundamentada na valorização da pessoa idosa enquanto ativo social e sujeito participante da vida comunitária.
Outra atribuição central da COMAS refere-se à validação e ao acompanhamento da execução do Plano Individual de Desenvolvimento do Ativo Social (PIDAS), detalhado no Capítulo III. Nesse contexto, compete à Comissão analisar a viabilidade técnica do Plano, avaliar a adequação das atividades propostas, das metas, do cronograma e do público-alvo, bem como realizar o acompanhamento sistemático de sua execução, verificando o cumprimento da carga horária, o desenvolvimento das ações pactuadas e a necessidade de eventuais adequações ao longo do processo. Além disso, cabe à COMAS a elaboração e o encaminhamento do Relatório Trimestral de Acompanhamento à SEMIPI, com vistas ao monitoramento e à avaliação contínua da execução da iniciativa.
O acompanhamento realizado pela COMAS deverá ocorrer de forma contínua e sistemática, mediante registros formais que assegurem rastreabilidade, monitoramento e transparência das ações desenvolvidas pelos beneficiários. Tal acompanhamento constitui elemento fundamental para subsidiar a elaboração dos relatórios técnicos e administrativos, bem como para qualificar os processos de gestão, avaliação e monitoramento da política pública no âmbito municipal.
Além das atribuições técnicas relacionadas ao acompanhamento dos beneficiários, compete ainda à COMAS executar as atividades administrativas inerentes à operacionalização da Bolsa Agente do Saber no município, incluindo organização e manutenção de arquivos e registros, encaminhamento de documentos via sistema e-Protocolo à SEMIPI, acompanhamento de prazos e exigências normativas e comunicação de alterações que impactem a concessão, manutenção ou desligamento dos beneficiários da Bolsa Agente do Saber.
CAPÍTULO III
DA EXECUÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS
5. O ACOMPANHAMENTO DO AGENTE DO SABER
O acompanhamento do Agente do Saber deve ocorrer de forma articulada entre os níveis municipal e estadual. Esse acompanhamento é importante para garantir que sua atuação seja contínua, organizada e alinhada aos objetivos da intervenção social. Nesse sentido, é dever da pessoa idosa, do bolsista Agente do Saber, a construção do PIDAS, com o apoio e orientação técnica da UNAPI/UNATI e o acompanhamento da COMAS.
Cabe à gestão municipal o acompanhamento mensal das atividades, por meio da COMAS, assim como a validação e acompanhamento da execução do PIDAS de cada Agente do Saber. Esse instrumento possibilita ao beneficiário identificar, organizar e desenvolver suas potencialidades em atividades socioculturais, educativas e comunitárias, conforme modelo disponível no Anexo II. Ainda, é competência da gestão municipal por meio da COMAS, o preenchimento e envio do Relatório De Acompanhamento do Primeiro Semestre (Anexo I) e o Relatório Trimestral De Acompanhamento Dos Beneficiários (Anexo III).
Por sua vez, compete à gestão estadual coordenar, monitorar e avaliar a política pública, em articulação com a COMAS, bem como homologar o PIDAS, além de exercer as demais atribuições previstas no art. 17 do Decreto Estadual nº 12.097/2025. Desse modo, a partir da escolha do equipamento público, entidades e/ou espaços comunitários do município no qual serão executadas as ações, e da data de início das atividades, deve-se construir o presente instrumento, a ser encaminhado à gestão estadual.
A formalização do envio dos instrumentos de acompanhamento dar-se-á via sistema e-Protocolo, endereçado à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, no mesmo protocolo utilizado para adesão municipal e indicação dos beneficiários.
5.1 Plano Individual De Desenvolvimento De Ativo Social (PIDAS)
Considerando que parte dos beneficiários já iniciou a execução das atividades no âmbito da Bolsa Agente do Saber, apresenta-se, no Anexo II desta Nota Técnica, modelo de PIDAS, destinado aos municípios que ainda não realizaram sua formalização, bem como à revisão, adequação e padronização dos planos já elaborados e em execução.
O PIDAS constitui instrumento técnico de planejamento, acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber, previsto no Decreto Estadual nº 12.097/2025. Fundamenta-se na compreensão da pessoa idosa enquanto sujeito ativo, detentor de saberes, experiências, habilidades e competências construídas ao longo de sua trajetória de vida, os quais podem ser mobilizados em ações comunitárias, educativas, culturais, intergeracionais e de interesse público. Nesse sentido, o PIDAS materializa o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo Agente do Saber, considerando suas potencialidades, interesses, trajetória e o contexto territorial em que estará inserido.
O PIDAS deverá conter, entre outros elementos, a descrição das atividades a serem executadas, os objetivos pretendidos, o público-alvo, a carga horária, o cronograma de execução e os resultados esperados, possibilitando o acompanhamento sistemático das ações pela COMAS. Além de instrumento de organização das atividades, o Plano constitui mecanismo de monitoramento e avaliação da atuação do beneficiário, permitindo identificar avanços, dificuldades e eventuais necessidades de adequação durante a execução da Bolsa Agente do Saber, contribuindo para a efetividade da política pública e para a valorização do envelhecimento ativo e participativo.
5.2 Relatório De Acompanhamento Do Primeiro Semestre

A partir do marco normativo apresentado na Seção 2 e das atribuições estabelecidas à COMAS no Capítulo II, esta seção orienta a materialização do acompanhamento dos beneficiários no primeiro semestre de execução da Bolsa Agente do Saber.
Considerando o disposto no inciso VII do art. 4º do referido Decreto, o desenvolvimento das atividades do Agente do Saber deverá ocorrer com o apoio e orientação das equipes técnicas da UNAPI, bem como sob o acompanhamento e monitoramento da COMAS, conforme estabelecido no art. 15 do mesmo instrumento normativo. Dessa forma, o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pelos beneficiários constitui elemento essencial para assegurar a adequada execução da Bolsa Agente do Saber, bem como a efetividade dos objetivos propostos pela política pública.
A partir das discussões apresentadas nos capítulos anteriores desta Nota Técnica, especialmente no que se refere à compreensão teórica e prática do conceito de ativo social, às atribuições da COMAS e ao fluxo de pagamento iniciado em dezembro de 2025, faz-se necessária a materialização do acompanhamento dos beneficiários por meio de instrumento técnico específico. Tal acompanhamento visa subsidiar a gestão municipal e estadual quanto à execução das atividades desenvolvidas pelos Agentes do Saber, constituindo respaldo técnico e administrativo em relação às ações realizadas e aos pagamentos efetuados no âmbito da Bolsa até o presente período.
Nesse sentido, orienta-se o preenchimento do RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE (ANEXO I), instrumento destinado ao registro e sistematização das informações relacionadas à execução das atividades pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber.
O relatório deverá conter a identificação do beneficiário, o período de referência, a carga horária executada, o espaço institucional de atuação, o acompanhamento das principais atividades desenvolvidas, bem como a avaliação da COMAS acerca do desempenho e da execução das atividades realizadas. O documento deverá ser encaminhado à SEMIPI por meio do sistema e-Protocolo, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do primeiro semestre de 2026, utilizando-se o mesmo protocolo adotado para a adesão ao programa e indicação dos beneficiários.
5.3 Relatório Trimestral De Acompanhamento Dos Beneficiários
O Relatório Trimestral de Acompanhamento constitui instrumento técnico de monitoramento, avaliação e sistematização das ações desenvolvidas no âmbito da Bolsa Agente do Saber, devendo ser elaborado pela COMAS com base no acompanhamento contínuo das atividades executadas pelos beneficiários. Seu preenchimento deverá considerar as informações registradas ao longo do período de referência, especialmente aquelas relacionadas à execução do PIDAS, à participação do beneficiário nas atividades propostas e aos impactos observados no território e no espaço institucional de atuação.
O preenchimento do Relatório Trimestral possui caráter fundamental para o acompanhamento da execução da política pública pela gestão estadual, possibilitando o monitoramento das atividades desenvolvidas, a identificação de potencialidades, dificuldades e necessidades de adequação na execução. Além disso, o instrumento contribui para a produção de informações qualificadas sobre a atuação dos Agentes do Saber, permitindo evidenciar o fortalecimento do envelhecimento ativo, da participação social da pessoa idosa e da valorização dos saberes e experiências acumulados ao longo da vida.
Recomenda-se que o preenchimento do Relatório seja realizado de forma objetiva, clara e fundamentada em evidências observadas durante o acompanhamento das atividades, priorizando informações que demonstrem a efetiva participação do beneficiário, a execução das ações previstas no PIDAS e os resultados alcançados no período de referência. O documento deverá ser validado pela COMAS e encaminhado à SEMIPI, por meio do sistema e-Protocolo, utilizando-se o mesmo protocolo referente à adesão municipal e à indicação dos beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre.
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS
Ao reconhecer a pessoa idosa como sujeito ativo, detentor de saberes, experiências e capacidades socialmente relevantes, a política pública reafirma o

envelhecimento enquanto etapa marcada pelo protagonismo, pela participação social e pela contribuição coletiva.
Nesta perspectiva, a presente nota técnica buscou estabelecer diretrizes conceituais, técnicas e operacionais voltadas à execução da Bolsa Agente do Saber, especialmente no que se refere à compreensão do conceito de ativo social e sua operacionalização junto aos Agentes do Saber. Ainda, à organização dos processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos beneficiários.
A iniciativa amplia a compreensão acerca do papel da pessoa idosa ao articular transferência de renda, inclusão social, valorização das trajetórias de vida e promoção das relações intergeracionais, reconhecendo seu potencial de atuação comunitária, educativa, cultural e social nos territórios.
Ressalta-se que o acompanhamento contínuo e sistemático das atividades desenvolvidas pelos Agentes do Saber, articulação entre a gestão estadual e gestão municipal, possibilita não apenas o controle administrativo da política pública, mas também a identificação de potencialidades, dificuldades e impactos produzidos nos territórios.
A produção de registros qualificados e fundamentados contribui para o aprimoramento da gestão, para a consolidação de fluxos e para o fortalecimento de estratégias voltadas à promoção do envelhecimento ativo, saudável e participativo. Nesse sentido, os instrumentos apresentados nesta Nota Técnica constituem mecanismos essenciais para a organização, monitoramento, avaliação e transparência da execução da Bolsa Agente do Saber.
Deste modo, espera-se que as orientações apresentadas nesta Nota Técnica subsidiem os municípios na consolidação de práticas de acompanhamento e monitoramento alinhadas aos objetivos da política pública, promovendo a valorização dos saberes da pessoa idosa, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a ampliação das oportunidades de participação social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social: notes provisoires**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v. 31, p. 2-3, 1980.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Decade of Healthy Ageing: Baseline Report.** Geneva: WHO, 2020.
PARANÁ. Decreto Estadual nº 12.097, de 20 de março de 2025. **Regulamenta a Bolsa Agente do Saber**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2025.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. **Guia Metodológico de Adesão Municipal à Bolsa Agente do Saber.** Curitiba: SEMIPI, 2025.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. **Guia orientativo: dez passos para se tornar um município amigo da pessoa idosa.** 1. ed. Curitiba: SEMIPI, mar. 2026. Disponível em: https://www.paranaamigodapessoaidosa.pr.gov.br/sites/amigo-pessoa-idosa/arquivos_restritos/files/documento/2026-04/guia_municipios_25mar.pdf. Acesso em: maio 2026.
PARANÁ. Lei Estadual nº 22.189, de 14 de novembro de 2024. **Institui a Bolsa Agente do Saber.** Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2024.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Resolução nº 218/2025 — Instituição do Programa UNAPI**.** Curitiba: SEMIPI, 2025.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Resolução nº 217/2025 — Adesão dos municípios à UNAPI**.** Curitiba: SEMIPI, 2025.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Resolução nº 216/2025 — Reconhecimento de Campi da UNESPAR/UNAPI**.** Curitiba: SEMIPI, 2025.
PUTNAM, Robert D. Bowling Alone: **The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster, 2000.

ANEXO I - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE

1. IDENTIFICAÇÃO

- Município: _____
- Nome do Agente do Saber: _____
- Área de atuação:
- ☐ Educação
- ☐ Cultura
- ☐ Artesanato
- ☐ Esporte
- ☐ Inclusão digital
- ☐ Memória e tradição
- ☐ Outros _____
- Mês/Meses de Referência:

( ) Janeiro - 16 horas;
( ) Fevereiro - 16 horas;
( ) Março - 16 horas;
( ) Abril - 16 horas;
( ) Maio - 16 horas;
( ) Junho - 16 horas;

1. ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

1. Houve participação regular nas atividades propostas?

( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não
Se não, justifique:

2. As atividades desenvolvidas estiveram compatíveis com o PIDAS?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não
3. Houve necessidade de adequação nas atividades previstas?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, qual?

4. O Agente do Saber demonstrou envolvimento e compromisso com as atividades?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não
5. Foram identificadas habilidades, competências ou saberes compartilhados durante o período?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, quais?

6. As atividades promoveram interação comunitária ou intergeracional?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

1. ACOMPANHAMENTO DA COMAS

7. Foram identificadas dificuldades na execução das atividades?

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

( ) Sim
( ) Não
Se sim, quais?

8. A COMAS considera satisfatória a execução das atividades no período?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não
8. Parecer da COMAS:

_____
Local e data

_____
Assinatura do Agente do Saber

_____
Assinatura da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS
ANEXO II - MODELO DO PLANO INDIVIDUAL DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVO SOCIAL - PIDAS
I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) BOLSISTA:
Nome **completo:**_____
Idade:_____
Gênero: [ ]Mulher [ ]Homem [ ]Não binário [ ]Outros [ ]Prefiro não responder
Estado Civil: [ ] Solteiro(a); [ ] Casado(a); [ ] União Estável; [ ] Divorciado(a); [ ] Viúvo(a)
Ocupação: [ ] Empregado(a); [ ] Autônomo(a); [ ] Empresário(a); [ ] Servidor Público; [ ]Aposentado(a)/Pensionista; [ ] Desempregado(a);[ ] Outro _____
Endereço **Completo:** _____
Contato telefônico:
Contato de emergência:
II - DADOS DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PIDAS:
Data de conclusão da elaboração do PIDAS
Data do início das atividades como bolsista:
Equipamento no qual o bolsista desenvolverá suas atividades:
Descrição de atividades a serem desenvolvidas pelo bolsista:
Dias e horários nos quais desenvolverá às atividades:

III - PROJETO DE ATUAÇÃO DO AGENTE DO SABER
1. - Título;
1.1 Introdução: (a introdução do projeto deve utilizar uma linguagem simples, descrevendo, de forma sucinta, o processo de elaboração, execução, de implementação/desenvolvimento das atividades/de compartilhamento dos saberes/de formação/de intervenção - um breve resumo);
1.2 - Justificativa (breve descrição da escolha do equipamento, tendo como base os conhecimentos tradicionais, memórias coletivas, práticas culturais, habilidades profissionais acumuladas ao longo da vida, capacidades relacionais e experiências de cuidado intergeracional da pessoa idosa beneficiária);
1.3 - Objetivo (descrever de forma clara e concisa o que se espera alcançar com as ações que serão executadas pelo Agente do Saber);
1.4 - Público-alvo (descrever o público que será alcançado pelo presente plano);
1.5 - Metas (descrever, em forma de tópicos, de 3 a 5 metas que se objetiva atingir com o projeto);
1.6 - Atividades previstas (descrever as ações a serem desenvolvidas, os meios que serão utilizados e as responsabilidades na execução do projeto);
1.7 - Recursos (descrever o espaço físico, os materiais e pessoal necessário para desenvolver as ações);
1.8 - Cronograma (descrever o cronograma de execução, as fases do projeto, incluindo o planejamento, divulgação, execução das atividades com dias, horários e previsão de tempo e avaliação do projeto) - Considerar o período de 12 (doze) meses, conforme o Art. 13º do Decreto Estadual 12.097/2025;
1.9 - Avaliação do projeto - deve se dar de forma semestral - (Descrever como se dará o acompanhamento da COMAS com relação às ações propostas)

_____
Local e data

_____
Assinatura do Agente do Saber

Aprovação da equipe técnica da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS sobre a viabilidade da proposta, tendo como ponto de partida a contribuição do Agente do Saber no equipamento escolhido e nas atividades propostas.

( ) Aprovado ( ) Não aprovado

_____
Assinatura da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS

ANEXO III - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

1. IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO:

Nome do Agente do Saber: _____
Município: _____
Espaço institucional de atuação: _____
Nome do supervisor/referência local: _____
Período de referência do relatório: de _____/_____/_____ a _____/_____/_____
Área de atuação:

- ☐ Educação
- ☐ Cultura
- ☐ Artesanato
- ☐ Esporte
- ☐ Inclusão digital
- ☐ Memória e tradição
- ☐ Outros _____

2. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO PIDAS

Atividade Prevista (PIDAS)	Atividade Executada	Carga Horária Cumprida	Status

Houve alteração no PIDAS?
( ) Não
( ) Sim → justificar
_____
_____

3. CAMPO DE EVIDÊNCIAS
• Anexar ao relatório, se houver, registros fotográficos das ações/atividades desenvolvidas ao longo do trimestre;

4. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS:

• Descreva as habilidades, competências e saberes identificados ou fortalecidos na atuação do Agente do Saber, apresentando evidências observadas durante o acompanhamento das atividades.

Habilidade/Competência	Desenvolvida: (Não/Sim/Parcialmente)	Evidência: (exemplos concretos que demonstrem como a habilidade, competência ou saber foi desenvolvido, fortalecido ou compartilhado pelo Agente do saber durante a execução das atividades)
Comunicação		
Liderança		
Compartilhamento de experiências		
Valorização da trajetória de vida e preservação cultural		
Fortalecimento do protagonismo da pessoa idosa.		
Relações intergeracionais		
Organização e responsabilidade		
Inclusão digital e aprendizagem contínua		

5. PARECER DA COMAS
A COMAS considera que:
( ) O PIDAS está sendo executado adequadamente
( ) Há necessidade de ajustes
( ) Há inconsistências que exigem acompanhamento intensificado
( ) Recomenda-se suspensão/desligamento
Escala de acompanhamento
A COMAS pode classificar o acompanhamento:
( ) Satisfatório
( ) Satisfatório com ressalvas
( ) Necessita acompanhamento intensificado
( ) Não satisfatório
Campo descritivo:
_____
_____
_____
_____

_____
Local e data
_____
Assinatura do Agente do Saber
_____
Assinatura da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS

69723/2026

DELIBERAÇÃO Nº 020/2026 – CEDIPI/PR

CONSIDERANDO as competências do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, estabelecidas na Lei Estadual nº 11.863, de 23 de outubro de 1997, especialmente no que se refere à deliberação, acompanhamento, fiscalização e controle social da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, assegura à pessoa idosa a proteção integral e a garantia de seus direitos fundamentais, impondo ao Poder Público e à sociedade o dever de efetivar políticas públicas voltadas à promoção da dignidade, cidadania, autonomia e participação social;

CONSIDERANDO o processo de atualização da legislação estadual que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, com vistas ao aprimoramento normativo, institucional e operacional da política pública voltada à população idosa no Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o processo de atualização do Regimento Interno do CEDIPI/PR, voltado ao aperfeiçoamento das normas de funcionamento, representação institucional, organização das comissões, deliberação plenária e demais procedimentos internos do Conselho;

CONSIDERANDO a atuação técnica da Sra. Symone Maria Machado Bonfim junto às pautas relacionadas à Política dos Direitos da Pessoa Idosa, especialmente no apoio, assessoramento e qualificação das discussões de interesse do CEDIPI/PR;

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, reunido ordinariamente em 27 de maio de 2026, no uso de suas atribuições regimentais;

DELIBERA

Art. 1º Aprovar a participação da Sra. Symone Maria Machado Bonfim em agenda institucional do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, destinada ao assessoramento técnico nas pautas relacionadas à Política dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no período de 22 a 26 de junho de 2026.

Art. 2º Fica aprovado o custeio das despesas necessárias à sua participação, abrangendo deslocamento, hospedagem, alimentação e translado.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Publique-se

Larissa Marsolik
Presidente do CEDIPI/PR
Gestão 2025-2027

Célia de Jesus Souza Messias de Paula
Vice-Presidente do CEDIPI/PR
Gestão 2025-2027

69664/2026

DELIBERAÇÃO Nº 019/2026 - CEDIPI-PR
"Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI"

Adesão e Incentivo UNAPI – Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 230: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida";

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso, estabelece em seu artigo 10: "Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: (…) III – e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições da pessoa idosa; f) apoiar a criação de universidade aberta para a pessoa idosa, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber";

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) estabelece em seu Art. 3º: "É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária."; e em seu Art. 20. "A pessoa idosa tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade."; e em seu Art. 25. ''As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.''

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010, que instituiu o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 5.612, de 29 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 19.252, de 6 de dezembro de 2017, que institui a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, e estabelece a descentralização e o cofinanciamento fundo a fundo como instrumentos de gestão da política pública;

CONSIDERANDO que os dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que mais de 1,9 milhão de pessoas idosas vivem no Paraná, o equivalente a 16% da população, e que o mesmo Instituto projeta que até 2027 o número de pessoas idosas deve superar o de crianças e adolescentes, demandando o incremento das políticas para este público;

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 15.069/2024 - que institui a Política Nacional de Cuidados, um marco normativo voltado ao reconhecimento do cuidado como um direito fundamental e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil.

CONSIDERANDO o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189/2024, representa um marco nas políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo e saudável no Estado. Criado pela Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), sendo gerido pela mesma, o programa visa promover a qualidade de vida da população idosa, com foco na intersetorialidade, interseccionalidade e no apoio aos cuidadores, especialmente de mulheres que desempenham essa função

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2025 de Adesão ao Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa (UNAPI), que resultou na adesão de municípios interessados em ações voltadas à formação, convivência e protagonismo das pessoas idosas;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 216/2025 – SEMIPI/DPPI que resolve reconhecer como integrantes do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI os campi da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) que desenvolvem, de forma continuada e institucionalizada, projetos vinculados ao Programa Unespar 60+;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 217/2025 - SEMIPI/DPPI que torna pública a relação dos municípios considerados aptos para adesão à primeira fase

do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, conforme critérios e condições estabelecidos no Edital no 001/2025 – SEMIPI;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 218/2025 - SEMIPI/DPPI que resolve instituir o Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa - UNAPI, destinado a educação acadêmica acessível e inclusiva às pessoas idosas, por meio de cursos de extensão, desenvolvendo a interação multidisciplinar, o ensino e a pesquisa nas instituições de ensino para as pessoas com a idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a estrutura física e pedagógica das UNAPI's municipais, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de educação permanente, cultura e integração social;

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR, reunido ordinariamente em 27/05/2026 no uso das suas atribuições regimentais,

DELIBEROU

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º. Aprovar o aprimoramento do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, em articulação com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, com vistas ao fortalecimento da Rede UNAPI.

Parágrafo único A Rede UNAPI deve manter a atuação de maneira colegiada com os seguintes participantes - SETI, SEMIPI, CEDIPI e Universidades Estaduais do Paraná sendo elas a Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Estadual de Maringá – UEM; Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO; Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP;e Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, bem como cada órgão gestor municipal aderente ao Programa UNAPI.

Art. 2º. Aprovar o repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, destinados exclusivamente a **despesas de custeio**, com a finalidade de apoiar a execução e o fortalecimento das ações pedagógicas do Programa UNAPI, observados os critérios estabelecidos nesta Deliberação.

Art. 3º. A presente Deliberação tem por finalidade apoiar a execução, a continuidade, o fortalecimento e o aprimoramento do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, no âmbito municipal, por meio de atividades formativas, culturais, interdisciplinares, pedagógicas e de convivência, voltadas à valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos, saberes e participação cidadã.

§ 1º. A oportunidade de adesão ao incentivo financeiro de que trata esta Deliberação será disponibilizada aos municípios do Estado do Paraná, observados os critérios de habilitação, classificação, priorização, distribuição territorial, disponibilidade orçamentária e financeira e demais parâmetros previstos nesta Deliberação.

§ 2º. Terão prioridade, para fins de acesso ao incentivo de que trata esta Deliberação, os 10 (dez) municípios considerados aptos à primeira fase do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, conforme relação publicada pela Resolução nº 217/2025 – SEMIPI/DPPI, tendo em vista a adesão prévia e a vinculação à etapa inicial de implantação do Programa.

§ 3º. A priorização prevista no § 2º não afasta a possibilidade de participação dos demais municípios do Estado do Paraná, os quais poderão manifestar interesse e ser classificados conforme os critérios objetivos estabelecidos nesta Deliberação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CAPÍTULO II

DOS MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS

Art. 4º. Para fins da presente Deliberação, poderão apresentar manifestação de interesse ao incentivo financeiro todos os municípios do Estado do Paraná que:

I – apresentarem Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo – ARCPF, válido, emitido pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI;

II – formalizarem adesão ou manifestação de interesse ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, até a data de encerramento do prazo de adesão previsto nesta Deliberação;

III – preencherem o Termo de Adesão e o Plano de Ação no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, no prazo estabelecido.

§ 1º. Para fins desta Deliberação, considera-se a manifestação de interesse ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI a abertura de protocolo pelo Município, acompanhada de carta de interesse que demonstra formalmente a intenção de adesão ao Programa.

§ 2º. A apresentação de manifestação de interesse não assegura, por si só, o recebimento do incentivo financeiro, o qual ficará condicionado à classificação do Município, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao atendimento integral dos critérios previstos nesta Deliberação.

Art. 5º. Os 10 (dez) municípios considerados aptos à primeira fase do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, conforme relação publicada pela Resolução nº 217/2025 – SEMIPI/DPPI, terão prioridade de atendimento nesta Deliberação, desde que atendam aos critérios de habilitação e formalizem a adesão ao incentivo no prazo estabelecido.

Parágrafo único. A prioridade prevista no caput decorre da adesão prévia dos municípios à primeira fase do Programa UNAPI e tem por finalidade assegurar a continuidade, o fortalecimento e o aprimoramento das ações já vinculadas à etapa inicial de implantação do Programa.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS E CRITÉRIOS DE PARTILHA

Art. 6º. O valor global disponibilizado para o repasse de que trata esta Deliberação será de até **R$ 2.375.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais)**, aprovado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, com base na disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR).

Art 7º. Os municípios elegíveis poderão acessar recursos nas seguintes proporções e critérios:

I – R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para Municípios de Pequeno Porte I, Pequeno Porte II e Médio Porte, conforme classificação populacional baseada no Censo IBGE 2022;

II – R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Municípios de Grande Porte e Metrópole, conforme classificação populacional baseada no Censo IBGE 2022.

Art. 8º. Os municípios elegíveis serão classificados conforme critérios objetivos, impessoais e previamente definidos nesta Deliberação, observada a adesão ou manifestação de interesse ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI e, dentre estes, a ordem decrescente do percentual de pessoas idosas em relação à população total do Município, de acordo com os dados oficiais do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, até o limite do teto orçamentário indicado nesta Deliberação.

§ 1º. Terão prioridade de atendimento no âmbito desta Deliberação os 10 (dez) municípios considerados aptos à primeira fase do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, conforme Resolução nº 217/2025 – SEMIPI/DPPI, desde que atendidos os critérios de habilitação e adesão previstos nesta Deliberação.

§ 2º. Visando garantir a abrangência territorial e o equilíbrio regional, os municípios classificados, ressalvada a prioridade de atendimento dos 10 (dez) municípios previstos no § 1º, serão distribuídos entre as 7 (sete) Universidades Estaduais, observado o limite de até 9 (nove) municípios vinculados a cada instituição, conforme segue:

I – Universidade Estadual de Londrina – UEL;

II – Universidade Estadual de Maringá – UEM;

III – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG;

IV – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE;

V – Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO;

VI – Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP; e

VII – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

§ 3º. Entre os municípios elegíveis vinculados à área de abrangência de cada Universidade Estadual, a ordem de classificação observará o maior percentual de pessoas idosas em relação à população total do Município, conforme dados oficiais do Censo Demográfico de 2022.

§ 4º. Na hipótese de determinada Universidade Estadual não atingir o quantitativo máximo de municípios previsto no § 2º deste artigo, o saldo remanescente poderá ser redistribuído entre as demais instituições participantes da Rede UNAPI, observados os critérios técnicos, a disponibilidade orçamentária e financeira, a demanda regional e a ordem de classificação dos municípios elegíveis.

CAPÍTULO IV
DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS

Art. 9º. Cada turma da UNAPI deverá contar com, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 40 (quarenta) pessoas idosas inscritas, devendo o número mínimo de 20 (vinte) participantes ser mantido durante todo o período de execução do Programa, como condição para a manutenção da utilização de recursos oriundos de Deliberações de Incentivo.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da presente deliberação, deverão ser direcionados às turmas referentes ao pleito do ano de 2026/2027.

Art. 10. O Município deverá observar o número de turmas vigentes em seu território, garantindo que o recurso contemple, de forma compatível com o Plano de Ação, as turmas que compõem o Programa em âmbito municipal.

Art. 11. Recomenda-se que o(s) ponto(s) focal(is) designado(s) pelo município possua(m) ou desenvolva(m) referencial técnico teórico e prático na área da educação, com atenção às especificidades da população idosa, de modo a assegurar o adequado acompanhamento presencial das atividades e contribuir para a boa execução do Programa.

Art. 12. O(s) ponto(s) focal(is) deverão participar de capacitações e eventos promovidos pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Idosa (SEMIPI), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI) em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Art. 13. Recomenda-se que os municípios promovam parcerias com profissionais e/ou órgãos públicos, secretarias, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, universidades e demais entidades afins, com vistas a subsidiar a mediação de aulas, o desenvolvimento de temas e a realização de atividades, favorecendo a articulação intersetorial e a integração entre o poder público e a sociedade civil;

Art. 14. Recomenda-se municípios que possuam campus próprio de Universidade Estadual com Programa UNAPI já institucionalizado e em funcionamento, a formalização de parcerias para manutenção, fortalecimento e aprimoramento das ações existentes, priorizando a integração das iniciativas já consolidadas, vedada a criação de estruturas paralelas ou projetos duplicados com a mesma finalidade.

Art. 15. Orienta-se que seja solicitada às pessoas idosas participantes a assinatura de Declaração de Autorização para Uso de Imagem, assegurando que o consentimento seja livre, informado e específico, com a devida explicitação das finalidades de utilização, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral da pessoa idosa.

Art. 16. Fica recomendado que os Municípios apliquem pesquisa de perfil, satisfação junto ao público-alvo atendido, conforme instrumento a ser disponibilizado nos sítios eletrônicos da Secretaria da Mulher, da Igualdade Racial e da Pessoa Idosa – SEMIPI e do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI, bem como, o preenchimento de lista de presença observando o número mínimo de alunos estipulados no Art 9º desta Deliberação.

Art. 17. Fica recomendado que os Municípios enviem semestralmente à gestão estadual, um relatório técnico sobre a execução do Programa, conforme instrumento a ser disponibilizado nos sítios eletrônicos da Secretaria da Mulher, da Igualdade Racial e da Pessoa Idosa – SEMIPI e do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI, com a finalidade de subsidiar o acompanhamento da execução do Programa, bem como manter atualizadas as informações de contato dos pontos focais municipais.

Art. 18. Orienta-se o cumprimento do calendário vigente do Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa – UNAPI, por parte dos municípios, durante a sua execução, o qual será disponibilizado conjuntamente com a metodologia do Programa.

CAPÍTULO V
DA ADESÃO E REPASSE DO RECURSO

Art. 19. Os municípios deverão formalizar o Termo de Adesão e preencher o Plano de Ação, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF: https:/ /www.sistemas.social.pr.gov.br), a **partir do dia 27/05/2026 até dia 22 de junho de 2026** impreterivelmente.

§ 1º. A formalização do Termo de Adesão e do Plano de Ação constitui etapa obrigatória para participação no processo de classificação.

§ 2º. O repasse dos recursos ficará condicionado à classificação do Município, à observância dos critérios previstos nesta Deliberação, à aprovação do Plano de Ação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI e à disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR.

Art. 20. O Termo de Adesão e o Plano de Ação deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), sendo necessário anexar a cópia da resolução/deliberação, devidamente publicada, na aba Parecer do Conselho, no SIFF.

Parágrafo único. Poderá ser admitida uma mesma resolução/deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) aprovando tanto o **Termo de Adesão** ao repasse quanto o respectivo **Plano de Ação**.

Art. 21. Observada a não adesão do município a esta Deliberação, o mesmo deverá apresentar justificativa ao CMDPI e ao CEDIPI. O município deverá

emitir publicação de resolução com a própria justificativa com os motivos para a não adesão, devendo ser inserido no SIFF no mesmo prazo estabelecido.

Art. 22. O recurso será repassado em parcela única aos respectivos Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, por meio de depósito em conta específica para este repasse, vinculada ao CNPJ próprio do Fundo Municipal.

Parágrafo único. A conta corrente será aberta pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI).

Art. 23. O recurso será repassado mediante disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR).

CAPÍTULO VI
DA APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DO RECURSO

Art. 24. O recurso previsto na presente Deliberação é destinado exclusivamente à execução do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, conforme os parâmetros técnicos, metodológicos, pedagógicos e operacionais constantes do **Anexo III** desta Deliberação.

Art. 25. O incentivo financeiro recebido pelo município deverá ser 100% utilizado em despesas de **CUSTEIO** tais como:

I – serviços de terceiros – pessoa física;

II – serviços de terceiros – pessoa jurídica;

III – gêneros alimentícios na oferta do serviço;

IV – materiais de consumo de expediente pedagógico, tais como:

1. lápis, borracha, caneta, caderno, folhas sulfite A4, cola branca, etc.

V – Materiais gráficos, tais como:

1. panfletos, flyers, folders, catálogos, etc.

VI – Outros itens de custeio, desde que diretamente relacionados ao objeto desta Deliberação e observadas as vedações.

Art. 26. É VEDADA a execução do recurso em:

I – itens de investimento;

II – itens de custeio sem relação direta e específica com o objeto desta Deliberação;

III – pagamento de pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei Estadual nº 19.252, art. 14, §5º; e

IV – pagamento de serviços que envolvam conservação e manutenção patrimonial, como copa, limpeza, internet, telefone, sistema de monitoramento eletrônico e/ou de segurança, etc.

Art. 27. A aplicação dos recursos deverá observar as despesas de custeio, respeitado o Plano de Ação aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§1º. O recurso deverá ser mantido em aplicação financeira logo após o seu recebimento, conforme legislações vigentes.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§2º. Os rendimentos da aplicação financeira poderão ser utilizados para execução do objeto desta deliberação, desde que apresentados na reprogramação anual devidamente aprovada pelo Conselho Municipal.

Art. 28. O município deverá iniciar a execução do recurso até, no máximo, 12 (doze) meses e executá-lo na sua integralidade no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do recebimento.

Art. 29. Os recursos que eventualmente não forem executados ao final de 24 (vinte e quatro) meses após o repasse deverão ser devolvidos devidamente corrigidos ao FIPAR Estadual, após cumpridas as etapas de análise da prestação de contas.

Parágrafo único. A devolução será requisitada após análise financeira, por procedimento de iniciativa da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI).

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 30. A prestação de contas dos recursos repassados será realizada mediante Relatório de Gestão Físico-Financeira, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), e deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual da Política da Pessoa Idosa, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF), ou outro instrumento que o órgão gestor estadual definir, seguindo os prazos previstos nas normativas vigentes.

§1º. Os prazos para preenchimento do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) deverão ser cumpridos para que se considerem efetivadas todas as etapas, inclusive a prestação de contas final (Relatório de Gestão Físico-Financeira) pelo município.

§2º. Os prazos serão estabelecidos por Resolução da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) e/ou orientação técnica.

§3º. Os períodos para preenchimento da prestação de contas no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) serão abertos uma vez ao ano, para contemplar o período de execução anual, conforme normativas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI).

Art. 31. Nos casos em que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeira, o município deverá apresentar justificativa sobre o caso e indicar como as ressalvas serão resolvidas.

Parágrafo único. Caso as ressalvas não sejam sanadas até a prestação de contas final do repasse, poderá ser instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial e o município ficará impedido de receber recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR), podendo ainda, ser solicitada a devolução do recurso recebido, devidamente corrigido.

Art. 32. A omissão na apresentação da prestação de contas parcial e/ou final suspenderá futuros repasses de recursos vinculados ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR), que somente será restabelecido após a apresentação de Relatório de Gestão Físico-Financeira no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF), devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI).

Art. 33. Caso o município não utilize o recurso no prazo estipulado nesta deliberação, deverá devolvê-lo devidamente corrigido ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR).

Parágrafo único. A devolução será requisitada após análise financeira, por procedimento de iniciativa da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI).

Art. 34. Todo processo de concessão do repasse e sua prestação de contas está sujeito à regulamentação por resolução do órgão gestor estadual responsável pela gestão do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR).

Parágrafo único. Fica o órgão gestor estadual da Política da Pessoa Idosa autorizado a substituir, a qualquer tempo, os procedimentos do cofinanciamento estadual, por aperfeiçoamentos de Sistema de Informações específico para monitoramento, avaliação, acompanhamento e controle dos recursos repassados aos municípios.

CAPÍTULO VIII

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 35. Os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI's) são responsáveis pelo controle, fiscalização, monitoramento e avaliação da execução do Incentivo UNAPI – Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa.

Art. 36. Caberá à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI/PR) monitorar e avaliar a execução e aplicação dos recursos, por meio de:

I – acompanhamento técnico; e

II – instrumentos a serem disponibilizados aos municípios, que poderão conter relatórios quantitativos e qualitativos, apresentação de evidências visuais, pesquisas de satisfação com o público-alvo, entre outras formas de monitoramento e avaliação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. O município que formalizar o aceite deverá:

I – prestar informações sobre as ações executadas sistematicamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), e, sempre que solicitado, à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI/PR);
II – manter as condições de habilitação do Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF);

III – utilizar elementos de identidade visual que venham a ser disponibilizados pelo Governo do Estado;

IV – observar as normativas do Estatuto da Pessoa Idosa e da Política Estadual da Pessoa Idosa do Paraná.

V – aderir às campanhas de promoção e garantia de direitos da Pessoa Idosa desenvolvidas pela SEMIPI/CEDIPI;

Parágrafo único. As publicações, materiais gráficos, banners, itens personalizados, divulgação de eventos e similares financiados com recursos desta Deliberação deverão ser identificados com as logomarcas da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI), do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI/PR), bem como a nomenclatura ou logomarca da respectiva Universidade Estadual de referência integrante da Rede UNAPI, podendo ser acrescidos o brasão do município e as marcas de parceiros locais, quando houver.

Art. 38. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) e aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI/PR).

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Larissa Marsolik
Presidente do CEDIPI/PR
Gestão 2025-2027

Célia de Jesus Souza M. de Paula
Vice - Presidente do CEDIPI/PR
Gestão 2025-2027

Anexo I - Relação dos Municípios constantes da Resolução nº 217/2025 – SEMIPI/DPPI e da Deliberação nº 048/2025 – CEDIPI/PR

Nº	Município	Meta de atendimento
1	Adrianópolis (PR)	20 a 40 alunos
2	Amaporã (PR)	20 a 40 alunos
3	Antonina (PR)	20 a 40 alunos
4	Ariranha do Ivaí (PR)	20 a 40 alunos
5	Borrazópolis (PR)	20 a 40 alunos
6	Campina Grande do Sul (PR)	20 a 40 alunos
7	Campo Magro (PR)	20 a 40 alunos
8	Colombo (PR)	20 a 40 alunos
9	Curitiba (PR)	20 a 40 alunos
10	Planaltina do Paraná (PR)	20 a 40 alunos

Anexo II - Associação de Municípios Seguindo a Região de Abrangência das Universidades Estaduais do Paraná

ASSOCIAÇÃO	IEES	MUNICÍPIOS
AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema	UEL	Alvorada do Sul, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis, Tamarana
AMENORTE - Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná	UEM	Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Terra Boa, Tuneiras do Oeste
AMERIOS - Associação dos Municípios da Região do Entre Rios	UEM	Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraima, Iporã, Ivaté, Jussara, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama, Xambrê
AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense	UEM	Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora Das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Uniflor
AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná	UENP	Abatiá, Andirá, Assaí, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Barbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Uraí
AMUNORPI - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro	UENP	Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz
AMCG - Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais	UEPG	Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania
AMSULEP - Associação dos Municípios da Região Suleste do Paraná	UEPG	Agudos do Sul, Campo do Tenente, Contenda, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Pien, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul
AMLIPA – Associação dos Municípios do Litoral do Paraná	UNESPAR	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná
AMSULPAR - Associação dos Municípios do Sul Paranaense	UNESPAR	Antonio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul, União da Vitória

AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná	UNESPAR	Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica
AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí	UNESPAR	Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí
ASSOMEC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba	UNESPAR	Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pien, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São Jose dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná
COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão	UNESPAR	Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre d' Oeste, Roncador, Terra Boa, Ubiratã
AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná	UNICENTRO	Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares
AMOCENTRO - Associação dos Municípios do Centro do Paraná	UNICENTRO	Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste, Turvo
AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná	UNIOESTE	Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Brasilandia do Sul, Cafelândia, Campo Bonito, Cantagalo, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilandia, Santa Helena, Santa Lucia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José Das Palmeiras, São Miguel do Iguacu, Sao Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Ubiratã, Vera Cruz do Oeste
AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná	UNIOESTE	Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Perola do Oeste, Pinhal do São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê, Vitorino
CANTUQUIRIGUAÇU - Associação do Cantuquiriguaçu	UNIOESTE	Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond

ANEXO III

PARÂMETROS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA À PESSOA IDOSA – UNAPI

1. Da finalidade

O Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI tem por finalidade promover educação acadêmica acessível e inclusiva às pessoas idosas, por meio de atividades formativas, culturais, interdisciplinares, pedagógicas e de convivência, voltadas ao envelhecimento ativo, à valorização da pessoa idosa, ao fortalecimento da autonomia, da cidadania, da participação social e da integração comunitária.

O Programa será desenvolvido como espaço de aprendizado, interação, participação e valorização da pessoa idosa, contribuindo para a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

promoção da qualidade de vida, o resgate da cidadania, o convívio social e acadêmico inclusivo e o reconhecimento da pessoa idosa como sujeito de direitos, saberes e experiências.

2. Da metodologia

A metodologia do Programa UNAPI deverá observar proposta multidisciplinar, integrando atividades de ensino, extensão, convivência, cultura, participação social, desenvolvimento humano, valorização da pessoa idosa, direitos da população idosa, empreendedorismo, inclusão social, atividades físicas, recreativas e demais conteúdos compatíveis com os objetivos do Programa.

As atividades poderão contemplar conferências, exposições didáticas, rodas de conversa, discussões em grupo, aulas práticas, dinâmicas, atividades culturais, recreativas, esportivas, oficinas, debates, painéis educativos, campanhas, pesquisas, relatórios, atividades intergeracionais, encontros e outras estratégias pedagógicas compatíveis com o público idoso.

3. Dos pontos focais

O Município deverá indicar um ou mais pontos focais para acompanhamento e execução local do Programa UNAPI, preferencialmente vinculados à gestão municipal, que atuarão como referência para a organização das atividades, articulação com a rede local, acompanhamento dos participantes, registros de frequência e interlocução com a gestão estadual e instituições parceiras.

O ponto focal deverá participar das capacitações, reuniões, orientações técnicas e demais atividades promovidas pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR e pelas instituições integrantes da Rede UNAPI.

4. Das turmas e da participação das pessoas idosas

Cada turma da UNAPI deverá contar com, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 40 (quarenta) pessoas idosas inscritas, observadas as condições previstas nesta Deliberação.

Poderão participar do Programa pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, preferencialmente residentes no Município executor.

Não será exigida escolaridade mínima para participação da pessoa idosa no Programa, devendo ser asseguradas condições de acessibilidade, inclusão, permanência qualificada, respeito à autonomia, valorização dos saberes e convivência comunitária.

Na hipótese de o número de pessoas idosas interessadas superar a capacidade de atendimento da turma ou do Município, recomenda-se a adoção de critérios objetivos, transparentes e previamente definidos para seleção dos participantes, priorizando-se, sempre que possível, pessoas idosas de maior idade, menor renda, maior vulnerabilidade social ou com menor acesso a atividades educacionais, culturais e de convivência.

5. Das atividades pedagógicas

As atividades pedagógicas poderão abranger, entre outras temáticas:

I – envelhecimento ativo, direitos da pessoa idosa, cidadania e participação social;
II – saúde, autocuidado, qualidade de vida, atividades físicas, recreativas e culturais;
III – valorização da memória, história de vida, saberes e experiências da pessoa idosa;

IV – inclusão digital, novas tecnologias e comunicação;
V – empreendedorismo, mundo do trabalho, educação financeira e economia criativa;
VI – arte, música, artesanato, cultura, lazer e convivência comunitária;
VII – atividades interdisciplinares, intergeracionais e de integração com a comunidade.

6. Da matriz pedagógica

A execução do Programa poderá contemplar atividades presenciais, atividades com suporte remoto, oficinas, palestras, rodas de conversa, atividades complementares, ações comunitárias e trabalhos de conclusão ou intervenção local, conforme organização metodológica da Rede UNAPI e capacidade de execução municipal.

7. Da avaliação e certificação

A avaliação dos participantes deverá ocorrer de forma contínua, qualitativa e participativa, considerando a frequência, o envolvimento nas atividades, a integração grupal e comunitária, bem como o aproveitamento nas ações propostas.

A avaliação poderá utilizar registros de presença, relatórios, depoimentos orais e escritos, atividades práticas, avaliações de satisfação, registros fotográficos, trabalhos individuais ou coletivos, projetos de intervenção e demais instrumentos definidos pela gestão estadual ou pela Rede UNAPI.

Para fins de certificação, deverão ser observados os critérios de frequência mínima, aproveitamento satisfatório, participação nas atividades propostas e conclusão do trabalho de conclusão, projeto de intervenção ou atividade final equivalente, conforme metodologia do Programa UNAPI e orientações da Rede UNAPI.

8. Das responsabilidades do Município

Compete ao Município:

I – indicar um ou mais pontos focais para acompanhamento local do Programa;

II – garantir local adequado, acessível, seguro e compatível com as atividades propostas;

III – mobilizar a população idosa e divulgar as inscrições e atividades do Programa;

IV – organizar as turmas, controlar a frequência e manter os registros de participação;

V – assegurar condições mínimas de infraestrutura para a execução das atividades;

VI – articular parcerias com profissionais, órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais entidades afins;

VII – promover o acompanhamento presencial das atividades por meio do ponto focal municipal;

VIII – observar as orientações técnicas da SEMIPI, do CEDIPI/PR, da SETI e da Rede UNAPI;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IX – encaminhar informações, relatórios e documentos sempre que solicitado pela gestão estadual ou pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;

X – zelar pela adequada execução do Programa em seu território, notificando a gestão estadual ou a instituição parceira competente em caso de problemas que afetem o desenvolvimento das atividades;

XI – realizar, quando couber, evento de encerramento, certificação ou formatura dos participantes;

XII – assegurar que os recursos sejam utilizados exclusivamente em despesas de custeio diretamente relacionadas ao objeto desta Deliberação.

9. DO MONITORAMENTO

A execução do Programa poderá ser acompanhada por meio de listas de presença, relatórios técnicos, registros de atividades, registros fotográficos, pesquisas de perfil e satisfação, documentos de divulgação, materiais produzidos, avaliações da equipe técnica e demais instrumentos de monitoramento definidos pela gestão estadual ou pela Rede UNAPI.

O Município deverá manter a documentação comprobatória da execução das atividades, do público atendido e da utilização dos recursos, para fins de acompanhamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.

69813/2026

DELIBERAÇÃO Nº 021/2026 – CEDIPI/PR

CONSIDERANDO as competências do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, estabelecidas na Lei Estadual nº 11.863, de 23 de outubro de 1997, especialmente no que se refere à deliberação, acompanhamento, fiscalização e controle social da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, assegura à pessoa idosa a proteção integral e a garantia de seus direitos fundamentais, impondo ao Poder Público e à sociedade o dever de efetivar políticas públicas voltadas à promoção da dignidade, cidadania, autonomia e participação social;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, no âmbito do qual se insere a Bolsa Agente do Saber;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 12.097, de 20 de março de 2025, que regulamenta a Bolsa Agente do Saber;
CONSIDERANDO que compete à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI coordenar, monitorar e avaliar, no âmbito do Governo do Estado do Paraná, a Bolsa Agente do Saber;
CONSIDERANDO que a Bolsa Agente do Saber consiste em transferência de renda à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade, vinculada à valorização de seus saberes, devendo o beneficiário participar do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa/UNAPI;
CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 001/2026 – SEMIPI/DPPI tem por finalidade subsidiar gestores municipais e Comissões Municipais do Agente do Saber – COMAS quanto à compreensão do conceito de ativo social e à operacionalização do acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento das atividades executadas pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber;
O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei nº 11.863 de 1997, reunido ordinariamente no mês de maio de 2026 no uso das suas atribuições regimentais;

DELIBERA

Art. 1º Aprovar a Nota Técnica nº 001/2026 – SEMIPI/DPPI que estabelece orientações técnicas para o monitoramento e desenvolvimento do ativo social no âmbito da Bolsa Agente do Saber, na forma do Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º A execução da Nota Técnica deverá observar as normas legais e regulamentares aplicáveis à Bolsa Agente do Saber, especialmente quanto aos critérios de elegibilidade, às atribuições dos municípios, ao acompanhamento dos beneficiários, à atuação da Comissão Municipal do Agente do Saber – COMAS, à elaboração do Plano Individual de Desenvolvimento de Ativo Social – PIDAS e ao envio dos relatórios de acompanhamento à SEMIPI.
Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

Publique-se

Larissa Marsolik
Presidente do CEDIPI/PR
Gestão 2025-2027

Célia de Jesus Souza Messias de Paula
Vice-Presidente do CEDIPI/PR
Gestão 2025-2027

ANEXO I DA DELIBERAÇÃO Nº XX/2026 – CEDIPI/PR

NOTA TÉCNICA Nº 001/2026 – SEMIPI/DPPI

NOTA TÉCNICA PARA O MONITORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ATIVO SOCIAL NO ÂMBITO DA BOLSA AGENTE DO SABER

FICHA TÉCNICA

2026 - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS
SECRETÁRIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA - SEMIPI
LARISSA MARSOLIK
DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA - SEMIPI
JANAINA FATIMA DE SOUZA RODRIGUES
COORDENADORA DE CUIDADOS E ENVELHECIMENTO ATIVO NA DIRETORIA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA - SEMIPI
ELABORAÇÃO TÉCNICA
ALZENIR DE FÁTIMA BRUDECK SIZANOOSKI
AMANDA CORREIA DOS SANTOS
CAROLINE COLLITA FERNANDA
BRUNA SORGATO PITT
GABRIELLE FERNANDA ROCHA PINTO
SYMONE BONFIM
REVISÃO
DIEGO BULIGON
LARISSA MARSOLIK

APRESENTAÇÃO

À Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) compete coordenar, monitorar e avaliar, no âmbito do Governo do Estado do Paraná, a Bolsa Agente do Saber. Trata-se do benefício instituído pela Lei Estadual nº 22.189/2024 - Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 12.097/2025.

A Lei Estadual nº 22.189/2024 institui uma política de estado que transforma o cuidado com as pessoas idosas em um direito oficial garantido por lei, criando mecanismos como a transferência de renda para pessoas idosas e cuidadores, bem como planos de investimentos nos municípios. Neste sentido, o PAPI é uma política pública inovadora que prepara o estado e seus municípios para os desafios do envelhecimento populacional. Alinhado ao movimento global da Organização Mundial da Saúde (OMS), o PAPI estabelece um modelo de cuidado triplo que atua simultaneamente no indivíduo, na família e no território. Seus três pilares são: Cuidar das Pessoas, Fortalecer as Famílias e Preparar as Cidades.

Nesta perspectiva, a Bolsa Agente do Saber consiste em transferência de renda à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade econômica, vinculada à valorização dos seus saberes, que deve ser participante do Programa Universidade Aberta da Pessoa Idosa - UNAPI/UNATI e atender aos demais critérios de elegibilidade.

O benefício tem por objetivo fortalecer a autonomia, a participação social e as trocas intergeracionais, bem como promover o reconhecimento e a valorização dos saberes, das habilidades e das trajetórias da pessoa idosa. Ao valorizar esses elementos, reconhece-se a experiência de vida como um recurso para o desenvolvimento comunitário e o fortalecimento dos vínculos sociais.

Nesse sentido, incentiva-se a participação ativa da pessoa idosa na comunidade, prevenindo o isolamento social e promovendo a convivência intergeracional, com a troca de saberes e experiências entre gerações. Contribui-se, ainda, para a construção de uma visão positiva do envelhecimento e para o enfrentamento ao idadismo, conferindo visibilidade à pessoa idosa como um ativo social em sua comunidade.

A concepção da Bolsa Agente do Saber está alinhada às diretrizes internacionais da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) e aos domínios propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para cidades e comunidades amigáveis à pessoa idosa, os quais enfatizam a participação social e a inclusão.

Para o fortalecimento e orientação aos municípios, o Guia Metodológico de Adesão Municipal à Bolsa Agente do Saber estabelece que a atuação dos beneficiários deve ser estruturada a partir do conceito de ativo social, operacionalizado por meio do Plano Individual de Desenvolvimento de Ativo Social - PIDAS, instrumento que orienta a identificação, organização e mobilização das capacidades, saberes e experiências da pessoa idosa em atividades de caráter sociocultural, educativo e comunitário.

Tendo em vista a necessidade de estabelecer diretrizes conceituais, técnicas e operacionais que orientem a execução da Bolsa Agente do Saber no âmbito municipal, especialmente no que se refere à compreensão do conceito de “ativo social” e à atuação dos beneficiários, apresenta-se a presente Nota Técnica. Considerando o caráter inovador da política pública torna-se fundamental subsidiar gestores municipais e Comissões Municipais do Agente do Saber (COMAS) quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos relacionados ao acompanhamento e monitoramento dos beneficiários.

Além disso, a elaboração desta Nota Técnica visa padronizar e fortalecer os processos de acompanhamento mensal e avaliação contínua da execução da Bolsa Agente do Saber, por meio da orientação quanto à elaboração e execução do PIDAS e do relatório trimestral de acompanhamento dos beneficiários. Dessa forma, busca-se qualificar a sistematização das informações, contribuindo para a efetividade da política pública, para a valorização dos saberes da pessoa idosa e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no território municipal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7
CAPÍTULO I 9
3. CONCEITUAÇÃO DE ATIVO SOCIAL 9

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3.1 O espaço de atuação do Agente do Saber 12
3.2 Quem são os bolsistas 13
CAPÍTULO II 14
4. COMISSÃO MUNICIPAL DO AGENTE DO SABER 14
4.1 Competências da COMAS 15
CAPÍTULO III 16
5. O ACOMPANHAMENTO DO AGENTE DO SABER 16
5.1 Plano Individual De Desenvolvimento De Ativo Social (PIDAS) 17
5.2 Relatório De Acompanhamento Do Primeiro Semestre 18
5.3 Relatório Trimestral De Acompanhamento Dos Beneficiários 19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 20
REFERÊNCIAS 22
ANEXO I - IDENTIFICAÇÃO 23
ANEXO II - MODELO DO PLANO INDIVIDUAL DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVO SOCIAL - PIDAS 26
ANEXO III - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES 28

1. INTRODUÇÃO

A presente nota técnica tem por finalidade subsidiar gestores municipais e as Comissões Municipais do Agente do Saber (COMAS) quanto à compreensão do conceito de ativo social e à operacionalização do acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento das atividades executadas pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber. Nesse sentido, busca-se promover o entendimento acerca da atuação dos beneficiários no âmbito do programa, bem como fortalecer os processos de gestão e acompanhamento por meio da utilização de instrumentos técnicos que contribuam para a qualificação das ações desenvolvidas nos municípios.

Além disso, o documento visa conceituar e delimitar as atribuições da COMAS no acompanhamento e monitoramento dos beneficiários, orientar os gestores municipais quanto à materialização do acompanhamento mensal durante os seis primeiros meses de execução da bolsa e fornecer subsídios para a elaboração e execução do Plano Individual de Desenvolvimento de Ativo Social (PIDAS), fundamentado na perspectiva do ativo social. Por fim, pretende-se orientar os municípios quanto à elaboração do relatório trimestral de acompanhamento, fortalecendo os mecanismos de monitoramento, registro e avaliação das atividades realizadas no âmbito da Bolsa Agente do Saber.

CAPÍTULO I

ATIVO SOCIAL

2. CONCEITUAÇÃO DE ATIVO SOCIAL

No campo das políticas sociais contemporâneas, o conceito de ativo social refere-se ao conjunto de capacidades, saberes, experiências, vínculos, competências e recursos simbólicos que sujeitos e/ou grupos mobilizam para participar da vida social e contribuir para o desenvolvimento coletivo.

Deste modo, busca-se, por meio deste documento, delimitar o conceito de ativo social a partir da literatura sobre capital social (BOURDIEU, 1980; PUTNAM, 2000) e das diretrizes internacionais sobre envelhecimento ativo (OMS, 2005; 2020), bem como explicitar sua aplicação no desenho da Bolsa Agente do Saber, assim como oferecer subsídios técnicos para a elaboração, acompanhamento e avaliação do PIDAS, a ser executado pelos beneficiários.

O capital social, segundo Bourdieu (1980), possui uma capacidade multiplicadora, sendo um conjunto de recursos baseados no conhecimento e reconhecimento que indivíduos ou grupos constroem, gerando ganhos individuais e coletivos. Desse modo, está diretamente relacionado ao volume acumulado ao longo do tempo no que tange à aquisição de conhecimento, experiências, redes de apoio e relações sociais.

Esse volume acumulado está correlacionado ao espaço social que este indivíduo ocupa, ou seja, a convivência social e comunitária amplia o capital social dos entes envolvidos, transformando-se em uma via de mão dupla. Quando o Agente do Saber compartilha suas experiências, socializando assim seu próprio capital social, amplia e constrói coletivamente o capital social dos demais integrantes das ações executadas.

Nesse sentido, o fortalecimento do convívio intergeracional, comunitário e social da pessoa idosa é fundamental para ressignificar o processo do envelhecimento, para que seja ativo e saudável.

Diferente de uma visão com foco na vulnerabilidade, o ativo social enfatiza potencialidades existentes, ainda que situadas em contextos de vulnerabilidades socioeconômicas. No caso da pessoa idosa, incluem conhecimentos tradicionais, memórias coletivas, práticas culturais, habilidades profissionais acumuladas ao longo da vida, capacidades relacionais e experiências de cuidado intergeracional.

No âmbito da Bolsa Agente do Saber, a pessoa idosa é reconhecida como mobilizadora de ativos sociais,na medida em que seus saberes e experiências são compreendidos como recursos socialmente relevantes, capazes de gerar benefícios individuais e coletivos.

O ativo social, portanto, não é um atributo abstrato, mas um processo dinâmico de reconhecimento, valorização e mobilização de capacidades, orientado por objetivos públicos e socialmente compartilhados. Sob essa perspectiva, a Bolsa Agente do Saber desloca o lugar da pessoa idosa de beneficiária passiva para agente de transformação.

Ao reconhecer a pessoa idosa como Agente do Saber, reafirma-se sua dignidade, autonomia e protagonismo, ao mesmo tempo em que amplia o alcance das ações de autocuidado e inclusão social. Essa conceituação orienta a atuação dos municípios, das equipes técnicas e das instâncias de controle social, oferecendo base teórica e normativa para a operacionalização da Bolsa Agente do Saber.

Dessa forma, a atuação do Agente do Saber deve se concretizar em diferentes espaços sócio-ocupacionais, de acordo com seu capital social, isto é, o conjunto de saberes acumulados, articulando-o às atribuições do campo em que está inserido. Como exemplo, podemos citar a atuação de um bolsista que, por residir há anos no município e estar inserido em um espaço educacional, realiza a contação de histórias locais. Essa prática possibilita aos ouvintes uma maior apropriação do contexto histórico da cidade, ao mesmo tempo em que evidencia suas vivências e sua trajetória de construção pessoal.

3.1 O espaço de atuação do Agente do Saber

A atuação do Agente do Saber deve estar articulada a um equipamento público, entidades públicas ou privadas que ofereçam estrutura, suporte técnico e o acompanhamento necessário para o desenvolvimento das atividades pactuadas entre o beneficiário da Bolsa Agente do Saber e a gestão

municipal. A identificação e avaliação do espaço devem ser realizadas antes da alocação do Agente do Saber em algum espaço/atividade. Com relação a esses equipamentos, devem ser espaços adequados e acessíveis para o desenvolvimento das atividades, como os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), centros de convivência, escolas/universidades, bibliotecas, museus, associações comunitárias, entre outros.

Ainda, deve-se sensibilizar o equipamento que receberá o AgCabe à gestão municipal utilizar da escuta sensível na identificação do perfil e do conjunto de saberes, experiências, habilidades do beneficiário e identificar os espaços elegíveis, atentando-se à disponibilidade e às condições adequadas dos equipamentos indicados, bem como à existência de infraestrutura acessível, segura e compatível com as atividades do Agente do Saber.

ente do Saber quanto às necessidades estruturais supramencionadas, mas também quanto ao conceito de ativo social, objetivando o melhor aproveitamento de suas potencialidades, conforme exemplificado na concepção de capital social apresentada neste documento.

Salienta-se que, conforme orientação e documentos necessários para adesão municipal à Bolsa Agente do Saber, é responsabilidade municipal a identificação dos espaços institucionais nos quais os beneficiários devem desenvolver suas atividades, assegurando que os equipamentos possuem acessibilidade física, sensorial, atitudinal e comunicacional, infraestrutura adequada e atendem as normas básicas de segurança, bem como a manutenção dessas condições.

3.2 Quem são os bolsistas

Para dar continuidade à construção da compreensão do termo “ativo social”, faz-se necessário conhecer quem são os beneficiários da referida política pública. Conforme disposto no Decreto Estadual nº 12.097/2025, considera-se elegível à Bolsa Agente do Saber: a pessoa idosa (60 anos ou mais), em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que participe de processo de formação da UNAPI, incluindo os Campi da UNESPAR, conforme Resolução 216 – 2025/SEMIPI.

O candidato bolsista deve declarar que possui autonomia e reafirmá-la a cada 12 meses, conforme art. 15º - inciso II da referida norma, estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possuir inscrição no Cadastro Único atualizado nos últimos 24 meses e ter concluído os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano, ou antiga 1ª a 4ª série). Exige-se, ainda, que se comprometa quanto à execução de atividades que valorizem seus saberes, habilidades e competências.

Além dos critérios supracitados, é dever dos bolsistas o cumprimento de obrigações formais, tais como: frequência regular, conforme cronograma da UNAPI/UNATI; dedicação obrigatória de 16 (dezesseis) horas semanais às atividades relativas ao Agente do Saber; participação em reuniões e atividades ofertadas pela UNAPI, COMAS e SEMIPI; atuação pautada pelo zelo, ética e respeito aos Direitos Humanos e comunicação de qualquer alteração que modifique as condições de concessão ou manutenção da bolsa.

Contudo, a convergência desses critérios e obrigações não é acidental, ela delineia um sujeito que, ao mesmo tempo em que é reconhecido em sua situação de vulnerabilidade, é convocado à ação. Ao cumprir as exigências formais da política, a pessoa bolsista não permanece na condição passiva de beneficiário, mobilizando saberes construídos ao longo de décadas e os coloca em circulação em seu território, seja por meio da transmissão de práticas culturais, da mediação de relações intergeracionais ou da participação em espaços coletivos de decisão.

É nesse movimento que se opera a efetivação do Agente do Saber enquanto ativo social, ou seja, o conhecimento acumulado, antes invisível às métricas produtivistas, passa a produzir vínculos, identidade e coesão social. O Agente do Saber, portanto, não é apenas destinatário de uma política pública, é o vetor por meio do qual ela se realiza.

CAPÍTULO II
COMAS

4. COMISSÃO MUNICIPAL DO AGENTE DO SABER

Para participação na Bolsa Agente do Saber, o município deverá instituir a Comissão Municipal do Agente do Saber (COMAS) por meio de ato normativo municipal e designar seus membros titulares e suplentes por meio de Portaria. A COMAS constitui instância essencial para a operacionalização, acompanhamento e monitoramento da Bolsa Agente do Saber no âmbito municipal.

Nos termos do Decreto Estadual nº 12.097/2025, a COMAS deverá ser composta por dois servidores públicos municipais, vinculados, respectivamente, a UNAPI e ao órgão gestor da Política Municipal da Pessoa Idosa, além de um agente público conselheiro dos direitos da pessoa idosa. A designação dos membros titulares e suplentes deverá ocorrer formalmente por meio de Portaria, garantindo publicidade, legitimidade e regularidade administrativa da Comissão.

4.1 Competências da COMAS

No âmbito de suas competências, cabe à COMAS conduzir o processo de habilitação e seleção dos beneficiários, observando os critérios de elegibilidade e priorização previstos nos arts. 4º e 5º do Decreto Estadual nº 12.097/2025. Para tanto, compete à Comissão realizar a conferência documental, validar as informações prestadas pelos candidatos, verificar os requisitos exigidos e aplicar, quando necessário, os critérios de priorização estabelecidos normativamente, assegurando observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência e isonomia administrativa.

Também compete à COMAS promover a sensibilização e avaliação dos espaços institucionais indicados para atuação dos Agentes do Saber, considerando aspectos relacionados à acessibilidade arquitetônica, à segurança dos usuários e à compatibilidade entre o perfil, os saberes e as habilidades do beneficiário e as atividades propostas no espaço institucional. A avaliação desses espaços também considera que a Bolsa Agente do Saber está fundamentada na valorização da pessoa idosa enquanto ativo social e sujeito participante da vida comunitária.

Outra atribuição central da COMAS refere-se à validação e ao acompanhamento da execução do Plano Individual de Desenvolvimento do Ativo Social (PIDAS), detalhado no Capítulo III. Nesse contexto, compete à Comissão analisar a viabilidade técnica do Plano, avaliar a adequação das atividades propostas, das metas, do cronograma e do público-alvo, bem como realizar o acompanhamento sistemático de sua execução, verificando o cumprimento da carga horária, o desenvolvimento das ações pactuadas e a necessidade de eventuais adequações ao longo do processo. Além disso, cabe à COMAS a elaboração e o encaminhamento do Relatório Trimestral de Acompanhamento à SEMIPI, com vistas ao monitoramento e à avaliação contínua da execução da iniciativa.

O acompanhamento realizado pela COMAS deverá ocorrer de forma contínua e sistemática, mediante registros formais que assegurem rastreabilidade, monitoramento e transparência das ações desenvolvidas pelos beneficiários. Tal acompanhamento constitui elemento fundamental para subsidiar a elaboração dos relatórios técnicos e administrativos, bem como para qualificar os processos de gestão, avaliação e monitoramento da política pública no âmbito municipal.

Além das atribuições técnicas relacionadas ao acompanhamento dos beneficiários, compete ainda à COMAS executar as atividades adminis-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

trativas inerentes à operacionalização da Bolsa Agente do Saber no município, incluindo organização e manutenção de arquivos e registros, encaminhamento de documentos via sistema e-Protocolo à SEMIPI, acompanhamento de prazos e exigências normativas e comunicação de alterações que impactem a concessão, manutenção ou desligamento dos beneficiários da Bolsa Agente do Saber.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS

5. O ACOMPANHAMENTO DO AGENTE DO SABER

O acompanhamento do Agente do Saber deve ocorrer de forma articulada entre os níveis municipal e estadual. Esse acompanhamento é importante para garantir que sua atuação seja contínua, organizada e alinhada aos objetivos da intervenção social. Nesse sentido, é dever da pessoa idosa, do bolsista Agente do Saber, a construção do PIDAS, com o apoio e orientação técnica da UNAPI/UNATI e o acompanhamento da COMAS.

Cabe à gestão municipal o acompanhamento mensal das atividades, por meio da COMAS, assim como a validação e acompanhamento da execução do PIDAS de cada Agente do Saber. Esse instrumento possibilita ao beneficiário identificar, organizar e desenvolver suas potencialidades em atividades socioculturais, educativas e comunitárias, conforme modelo disponível no Anexo II. Ainda, é competência da gestão municipal por meio da COMAS, o preenchimento e envio do Relatório De Acompanhamento do Primeiro Semestre (Anexo I) e o Relatório Trimestral De Acompanhamento Dos Beneficiários (Anexo III).

Por sua vez, compete à gestão estadual coordenar, monitorar e avaliar a política pública, em articulação com a COMAS, bem como homologar o PIDAS, além de exercer as demais atribuições previstas no art. 17 do Decreto Estadual nº 12.097/2025. Desse modo, a partir da escolha do equipamento público, entidades e/ou espaços comunitários do município no qual serão executadas as ações, e da data de início das atividades, deve-se construir o presente instrumento, a ser encaminhado à gestão estadual.

A formalização do envio dos instrumentos de acompanhamento dar-se-á via sistema e-Protocolo, endereçado à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, no mesmo protocolo utilizado para adesão municipal e indicação dos beneficiários.

5.1 Plano Individual De Desenvolvimento De Ativo Social (PIDAS)

Considerando que parte dos beneficiários já iniciou a execução das atividades no âmbito da Bolsa Agente do Saber, apresenta-se, no Anexo II desta Nota Técnica, modelo de PIDAS, destinado aos municípios que ainda não realizaram sua formalização, bem como à revisão, adequação e padronização dos planos já elaborados e em execução.

O PIDAS constitui instrumento técnico de planejamento, acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber, previsto no Decreto Estadual nº 12.097/2025. Fundamenta-se na compreensão da pessoa idosa enquanto sujeito ativo, detentor de saberes, experiências, habilidades e competências construídas ao longo de sua trajetória de vida, os quais podem ser mobilizados em ações comunitárias, educativas, culturais, intergeracionais e de interesse público. Nesse sentido, o PIDAS materializa o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo Agente do Saber, considerando suas potencialidades, interesses, trajetória e o contexto territorial em que estará inserido.

O PIDAS deverá conter, entre outros elementos, a descrição das atividades a serem executadas, os objetivos pretendidos, o público-alvo, a carga horária, o cronograma de execução e os resultados esperados, possibilitando o acompanhamento sistemático das ações pela COMAS. Além de instrumento de organização das atividades, o Plano constitui mecanismo de monitoramento e avaliação da atuação do beneficiário, permitindo identificar avanços, dificuldades e eventuais necessidades de adequação durante a execução da Bolsa Agente do Saber, contribuindo para a efetividade da política pública e para a valorização do envelhecimento ativo e participativo.

5.2 Relatório De Acompanhamento Do Primeiro Semestre

A partir do marco normativo apresentado na Seção 2 e das atribuições estabelecidas à COMAS no Capítulo II, esta seção orienta a materialização do acompanhamento dos beneficiários no primeiro semestre de execução da Bolsa Agente do Saber.

Considerando o disposto no inciso VII do art. 4º do referido Decreto, o desenvolvimento das atividades do Agente do Saber deverá ocorrer com o apoio e orientação das equipes técnicas da UNAPI, bem como sob o acompanhamento e monitoramento da COMAS, conforme estabelecido no art. 15 do mesmo instrumento normativo. Dessa forma, o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pelos beneficiários constitui elemento essencial para assegurar a adequada execução da Bolsa Agente do Saber, bem como a efetividade dos objetivos propostos pela política pública.

A partir das discussões apresentadas nos capítulos anteriores desta Nota Técnica, especialmente no que se refere à compreensão teórica e prática do conceito de ativo social, às atribuições da COMAS e ao fluxo de pagamento iniciado em dezembro de 2025, faz-se necessária a materialização do acompanhamento dos beneficiários por meio de instrumento técnico específico. Tal acompanhamento visa subsidiar a gestão municipal e estadual quanto à execução das atividades desenvolvidas pelos Agentes do Saber, constituindo respaldo técnico e administrativo em relação às ações realizadas e aos pagamentos efetuados no âmbito da Bolsa até o presente período.

Nesse sentido, orienta-se o preenchimento do RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE (ANEXO I), instrumento destinado ao registro e sistematização das informações relacionadas à execução das atividades pelos beneficiários da Bolsa Agente do Saber.

O relatório deverá conter a identificação do beneficiário, o período de referência, a carga horária executada, o espaço institucional de atuação, o acompanhamento das principais atividades desenvolvidas, bem como a avaliação da COMAS acerca do desempenho e da execução das atividades realizadas. O documento deverá ser encaminhado à SEMIPI por meio do sistema e-Protocolo, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do primeiro semestre de 2026, utilizando-se o mesmo protocolo adotado para a adesão ao programa e indicação dos beneficiários.

5.3 Relatório Trimestral De Acompanhamento Dos Beneficiários

O Relatório Trimestral de Acompanhamento constitui instrumento técnico de monitoramento, avaliação e sistematização das ações desenvolvidas no âmbito da Bolsa Agente do Saber, devendo ser elaborado pela COMAS com base no acompanhamento contínuo das atividades executadas pelos beneficiários. Seu preenchimento deverá considerar as informações registradas ao longo do período de referência, especialmente aquelas relacionadas à execução do PIDAS, à participação do beneficiário nas atividades propostas e aos impactos observados no território e no espaço institucional de atuação.

O preenchimento do Relatório Trimestral possui caráter fundamental para o acompanhamento da execução da política pública pela gestão estadual, possibilitando o monitoramento das atividades desenvolvidas, a identificação de potencialidades, dificuldades e necessidades de adequação na execução. Além disso, o instrumento contribui para a produção de informações qualificadas sobre a atuação dos Agentes do Saber, permitindo evidenciar o fortalecimento do envelhecimento ativo, da participação social da pessoa idosa e da valorização dos saberes e experiências acumulados ao longo da vida.

Recomenda-se que o preenchimento do Relatório seja realizado de forma objetiva, clara e fundamentada em evidências observadas durante o

acompanhamento das atividades, priorizando informações que demonstrem a efetiva participação do beneficiário, a execução das ações previstas no PIDAS e os resultados alcançados no período de referência. O documento deverá ser validado pela COMAS e encaminhado à SEMIPI, por meio do sistema e-Protocolo, utilizando-se o mesmo protocolo referente à adesão municipal e à indicação dos beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconhecer a pessoa idosa como sujeito ativo, detentor de saberes, experiências e capacidades socialmente relevantes, a política pública reafirma o envelhecimento enquanto etapa marcada pelo protagonismo, pela participação social e pela contribuição coletiva.

Nesta perspectiva, a presente nota técnica buscou estabelecer diretrizes conceituais, técnicas e operacionais voltadas à execução da Bolsa Agente do Saber, especialmente no que se refere à compreensão do conceito de ativo social e sua operacionalização junto aos Agentes do Saber. Ainda, à organização dos processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos beneficiários.

A iniciativa amplia a compreensão acerca do papel da pessoa idosa ao articular transferência de renda, inclusão social, valorização das trajetórias de vida e promoção das relações intergeracionais, reconhecendo seu potencial de atuação comunitária, educativa, cultural e social nos territórios.

Ressalta-se que o acompanhamento contínuo e sistemático das atividades desenvolvidas pelos Agentes do Saber, articulação entre a gestão estadual e gestão municipal, possibilita não apenas o controle administrativo da política pública, mas também a identificação de potencialidades, dificuldades e impactos produzidos nos territórios.

A produção de registros qualificados e fundamentados contribui para o aprimoramento da gestão, para a consolidação de fluxos e para o fortalecimento de estratégias voltadas à promoção do envelhecimento ativo, saudável e participativo. Nesse sentido, os instrumentos apresentados nesta Nota Técnica constituem mecanismos essenciais para a organização, monitoramento, avaliação e transparência da execução da Bolsa Agente do Saber.

Deste modo, espera-se que as orientações apresentadas nesta Nota Técnica subsidiem os municípios na consolidação de práticas de acompanhamento e monitoramento alinhadas aos objetivos da política pública, promovendo a valorização dos saberes da pessoa idosa, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a ampliação das oportunidades de participação social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social: notes provisoires**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v. 31, p. 2-3, 1980.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Decade of Healthy Ageing: Baseline Report.** Geneva: WHO, 2020.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 12.097, de 20 de março de 2025. **Regulamenta a Bolsa Agente do Saber**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. **Guia Metodológico de Adesão Municipal à Bolsa Agente do Saber.** Curitiba: SEMIPI, 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. **Guia orientativo: dez passos para se tornar um município amigo da pessoa idosa.** 1. ed. Curitiba: SEMIPI, mar. 2026. Disponível em: https://www.paranaamigodapessoaidosa.pr.gov.br/sites/amigo-pessoa-idosa/arquivos_restritos/files/documento/2026-04/guia_municipios_25mar.pdf. Acesso em: maio 2026.

PARANÁ. Lei Estadual nº 22.189, de 14 de novembro de 2024. **Institui a Bolsa Agente do Saber.** Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Resolução nº 218/2025 — Instituição do Programa UNAPI**.** Curitiba: SEMIPI, 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Resolução nº 217/2025 — Adesão dos municípios à UNAPI**.** Curitiba: SEMIPI, 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Resolução nº 216/2025 — Reconhecimento de Campi da UNESPAR/UNAPI**.** Curitiba: SEMIPI, 2025.

PUTNAM, Robert D. Bowling Alone: **The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster, 2000.

ANEXO I - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE

1. IDENTIFICAÇÃO

- Município: _____
- Nome do Agente do Saber: _____
- Área de atuação:
- Educação
- Cultura
- Artesanato
- Esporte
- Inclusão digital
- Memória e tradição
- Outros _____
- Mês/Meses de Referência:

( ) Janeiro - 16 horas;
( ) Fevereiro - 16 horas;
( ) Março - 16 horas;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

( ) Abril - 16 horas;
( ) Maio - 16 horas;
( ) Junho - 16 horas;

1. ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

1. Houve participação regular nas atividades propostas?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não
Se não, justifique:

2. As atividades desenvolvidas estiveram compatíveis com o PIDAS?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

3. Houve necessidade de adequação nas atividades previstas?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, qual?

4. O Agente do Saber demonstrou envolvimento e compromisso com as atividades?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

5. Foram identificadas habilidades, competências ou saberes compartilhados durante o período?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, quais?

6. As atividades promoveram interação comunitária ou intergeracional?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

1. ACOMPANHAMENTO DA COMAS

7. Foram identificadas dificuldades na execução das atividades?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, quais?

8. A COMAS considera satisfatória a execução das atividades no período?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

8. Parecer da COMAS:

_____
Local e data

_____
Assinatura do Agente do Saber

_____
Assinatura da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS

ANEXO II - MODELO DO PLANO INDIVIDUAL DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVO SOCIAL - PIDAS

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) BOLSISTA:

Nome completo:_____

Idade:_____

Gênero: [ ]Mulher [ ]Homem [ ]Não binário [ ]Outros [ ]Prefiro não responder

Estado Civil: [ ] Solteiro(a); [ ] Casado(a); [ ] União Estável; [ ] Divorciado(a); [ ] Viúvo(a)

Ocupação: [ ] Empregado(a); [ ] Autônomo(a); [ ] Empresário(a); [ ] Servidor Público; [ ] Aposentado(a)/Pensionista; [ ] Desempregado(a); [ ] Outro _____

Endereço Completo: _____

Contato telefônico:

Contato de emergência:

II - DADOS DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PIDAS:

Data de conclusão da elaboração do PIDAS:

Data do início das atividades como bolsista:

Equipamento no qual o bolsista desenvolverá suas atividades:

Descrição de atividades a serem desenvolvidas pelo bolsista:

Dias e horários nos quais desenvolverá às atividades:

III - PROJETO DE ATUAÇÃO DO AGENTE DO SABER

1. - Título;

1.1 Introdução: (a introdução do projeto deve utilizar uma linguagem simples, descrevendo, de forma sucinta, o processo de elaboração, execução, de implementação/desenvolvimento das atividades/de compartilhamento dos saberes/de formação/de intervenção - um breve resumo);

1.2 - Justificativa (breve descrição da escolha do equipamento, tendo como base os conhecimentos tradicionais, memórias coletivas, práticas culturais, habilidades profissionais acumuladas ao longo da vida, capacidades relacionais e experiências de cuidado intergeracional da pessoa idosa beneficiária);

1.3 - Objetivo (descrever de forma clara e concisa o que se espera alcançar com as ações que serão executadas pelo Agente do Saber);

1.4 - Público-alvo (descrever o público que será alcançado pelo presente plano);

1.5 - Metas (descrever, em forma de tópicos, de 3 a 5 metas que se objetiva atingir com o projeto);

1.6 - Atividades previstas (descrever as ações a serem desenvolvidas, os meios que serão utilizados e as responsabilidades na execução do projeto);

1.7 - Recursos (descrever o espaço físico, os materiais e pessoal necessário para desenvolver as ações);

1.8 - Cronograma (descrever o cronograma de execução, as fases do projeto, incluindo o planejamento, divulgação, execução das atividades com dias, horários e previsão de tempo e avaliação do projeto) - Considerar o período de 12 (doze) meses, conforme o Art. 13º do Decreto Estadual 12.097/2025;

1.9 - Avaliação do projeto - deve se dar de forma semestral - (Descrever como se dará o acompanhamento da COMAS com relação às ações propostas)

_____

Local e data

_____

Assinatura do Agente do Saber

Aprovação da equipe técnica da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS sobre a viabilidade da proposta, tendo como ponto de partida a contri - buição do Agente do Saber no equipamento escolhido e nas atividades propostas.

( ) Aprovado ( ) Não aprovado

_____

Assinatura da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS

ANEXO III - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

1. **IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO:**

Nome do Agente do Saber: _____

Município: _____

Espaço institucional de atuação: _____

Nome do supervisor/referência local: _____

Período de referência do relatório: de _____/_____/_____ a _____/_____/_____

Área de atuação:

- Educação
- Cultura
- Artesanato
- Esporte
- Inclusão digital
- Memória e tradição
- Outros _____

2. **EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO PIDAS**

Atividade Prevista (PIDAS)	Atividade Executada	Carga Horária Cumprida	Status

Houve alteração no PIDAS?

( ) Não

( ) Sim → justificar

_____

_____

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3. **CAMPO DE EVIDÊNCIAS** Anexar ao relatório, se houver, registros fotográficos das ações/atividades desenvolvidas ao longo do trimestre;
4. **HABILIDADES E COMPETÊNCIAS:**
Descreva as habilidades, competências e saberes identificados ou fortalecidos na atuação do Agente do Saber, apresentando evidências observadas durante o acompanhamento das atividades.

Habilidade/Competência	Desenvolvida: (Não/Sim/Parcialmente)	Evidência: (exemplos concretos que demonstrem como a habilidade, competência ou saber foi desenvolvido, fortalecido ou compartilhado pelo Agente do Saber durante a execução das atividades)
Comunicação		
Liderança		
Compartilhamento de experiências		
Valorização da trajetória de vida e preservação cultural		
Fortalecimento do protagonismo da pessoa idosa.		
Relações intergeracionais		
Organização e responsabilidade		
Inclusão digital e aprendizagem contínua		

5. **PARECER DA COMAS**

A COMAS considera que:

( ) O PIDAS está sendo executado adequadamente

( ) Há necessidade de ajustes

( ) Há inconsistências que exigem acompanhamento intensificado

( ) Recomenda-se suspensão/desligamento

Escala de acompanhamento

A COMAS pode classificar o acompanhamento:

( ) Satisfatório

( ) Satisfatório com ressalvas

( ) Necessita acompanhamento intensificado

( ) Não satisfatório

Campo descritivo:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Local e data

_____

Assinatura do Agente do Saber

_____

Assinatura da Comissão Municipal do Agente do Saber - COMAS

69681/2026

RESOLUÇÃO SEMIPI Nº 115/2026 – SEMIPI

Aprova a Nota Técnica nº 002/2026 – SEMIPI/DPPI que estabelece orientações técnicas para utilização dos instrumentais do Programa Viaja Mais 60.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, nomeada pelo Decreto Estadual nº 13279, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 12122, de 09 de abril de 2026,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 230, que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, dignidade, bem-estar e direito à vida;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, assegura à pessoa idosa, entre outros, os direitos à cultura, ao lazer, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.767, de 22 de agosto de 2023, que institui o Programa Paraná Mais Viagem, no âmbito do qual o

Programa Viaja Mais 60, tem por finalidade de promover a inclusão social da pessoa idosa e à efetivação dos direitos à cultura e ao lazer, por meio da realização de viagens no território paranaense;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 024/2023, 034/2024 e 004/2026 – CEDIPI/PR, que aprovou o repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o Programa Viaja Mais 60, com a finalidade de promover a inclusão social da pessoa idosa e a efetivação dos direitos à cultura e ao lazer, por meio da realização de viagens no território paranaense;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os instrumentais de monitoramento e avaliação do Programa Viaja Mais 60, especialmente a Lista de Presença, a Pesquisa de Perfil e Satisfação e o Relatório Final da Viagem, a fim de qualificar o registro das ações executadas, subsidiar a avaliação dos resultados, a prestação de contas e aprimorar a execução da política pública;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Nº 002/2026 – SEMIPI/DPPI tem por finalidade subsidiar os gestores municipais quanto à aplicação, ao preenchimento e ao envio dos instrumentais de monitoramento e avaliação das viagens realizadas no âmbito do Programa Viaja Mais 60,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a **Nota Técnica nº 002/2026 – SEMIPI/DPPI que estabelece orientações técicas para utilização dos instrumentais de monitoramento e avaliação no âmbito do Programa Viaja Mais 60**, na forma do Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. A Nota Técnica de que trata o caput tem por finalidade orientar os municípios participantes do Programa Viaja Mais 60 quanto à aplicação, ao preenchimento, à tabulação e ao envio dos instrumentais de monitoramento e avaliação das viagens realizadas no âmbito do Programa.

Art. 2º. A Nota Técnica deverá ser observada pelos municípios participantes do Programa Viaja Mais 60, especialmente quanto à utilização da Lista de Presença, da Pesquisa de Perfil e Satisfação e do Relatório Final da Viagem, considerando que os dados coletados subsidiarão o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o aprimoramento contínuo do Programa Viaja Mais 60.

Art. 3º. A Nota Técnica poderá ser revisada e atualizada sempre que necessário, cabendo à SEMIPI promover a adequação dos instrumentais, fluxos e procedimentos relacionados ao monitoramento e à avaliação do Programa Viaja Mais 60.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Mariana de Sousa Machado Neris

Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 115/2026 – SEMIPI

Nota Técnica nº 002/2026 – SEMIPI/DPPI

NOTA TÉCNICA INSTRUMENTAIS VIAJA MAIS 60

FICHA TÉCNICA

2026 - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

SECRETÁRIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA - SEMIPI

LARISSA MARSOLIK

DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA - SEMIPI

JANAINA FATIMA DE SOUZA RODRIGUES

COORDENADORA DE CUIDADOS E ENVELHECIMENTO ATIVO NA DIRETORIA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA - SEMIPI

ELABORAÇÃO TÉCNICA

CAROLINE COLLITA

FERNANDA BRUNA SORGATO PITT

GABRIELLE FERNANDA ROCHA PINTO

THABATA LARISSA PAVILAK

REVISÃO

DIEGO BULIGON

LARISSA MARSOLIK

APRESENTAÇÃO

O crescimento acelerado da população idosa no Paraná acompanha uma tendência observada em todo o Brasil e em diversos países, exigindo a ampliação de políticas públicas voltadas a esse público. Atualmente, o estado conta com mais de 1,8 milhão de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa 16,54% da população, percentual superior à média nacional, de 15,81%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022.

Esse cenário de envelhecimento demanda mudanças na forma como a sociedade compreende e lida com a idade, sendo esse um dos principais desafios da Década do Envelhecimento (2021–2030) e uma prioridade do Governo do Estado do Paraná. As projeções indicam que, até 2030, a população idosa deverá superar a de jovens com menos de 15 anos, evidenciando uma transformação estrutural que traz desafios, mas também oportunidades para fortalecer políticas públicas que valorizem a participação social, econômica e cultural das pessoas idosas.

Nesse contexto, o Programa Viaja Mais 60 configura-se como estratégia relevante ao promover a inclusão social da pessoa idosa e à efetivação dos direitos à cultura e ao lazer, por meio da realização de viagens no território paranaense, com o objetivo de promover o bem-estar, a integração social e a qualidade de vida, utilizando o turismo como instrumento de inclusão e fortalecimento dos vínculos comunitários.

O programa Viaja Mais 60 tem por intuito a concretização de viagens sob a responsabilidade do órgão municipal vinculado à política da pessoa idosa, abrangendo as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Essas viagens devem necessariamente ser efetuadas no Paraná, oportunizando para a população idosa de todo o estado conhecer o território onde vivem, estabelecer novos vínculos, ter acesso à cultura e ao lazer, além de ser uma estratégia de enfrentamento ao isolamento social, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade e risco social.

O programa operacionaliza, assim, o direito da pessoa idosa à cultura, ao lazer e à convivência, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), com destaque para o turismo acessível: [...] à vida, à saúde, à alimentação, à educação, **à cultura, ao esporte, ao lazer,** ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à **convivência familiar e comunitária** [...], conforme disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003),. utilizando o turismo como instrumento de efetivação desses direitos junto à população idosa paranaense.

Diante da relevância do Programa Viaja Mais 60 no contexto do envelhecimento populacional, sua execução deve estar acompanhada de mecanismos que permitam compreender, de forma concreta, os resultados gerados junto à população idosa atendida. Mais do que viabilizar passeios/viagens, o programa busca promover inclusão social, convivência comunitária, acesso à cultura e ao lazer, sendo necessário verificar em que medida essas ações contribuem para a melhoria da qualidade de vida e para o enfrentamento do isolamento social. A mensuração dos impactos gerados seja na qualidade de vida, na inclusão social ou na redução do isolamento da população idosa é essencial para subsidiar a tomada de decisão, orientar possíveis aprimoramentos e assegurar a continuidade e sustentabilidade da política pública.

Nesse sentido, a avaliação dos impactos torna-se essencial para subsidiar a continuidade e o aprimoramento do programa. A utilização de instrumentais de monitoramento e avaliação permite registrar percepções, identificar resultados, apontar fragilidades e orientar decisões futuras, fortalecendo a gestão pública demonstrando a efetividade da política desenvolvida.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

1. INTRODUÇÃO 6

2. INSTRUMENTAIS 6

2.1 Instrumentais no âmbito do programa Viaja Mais 60 7

3. LISTA DE PRESENÇA 8

4. PESQUISA DE PERFIL E SATISFAÇÃO 9

5. RELATÓRIO FINAL 12

CONSIDERAÇÕES FINAIS 13

REFERÊNCIAS 15

NOTA TÉCNICA - INSTRUMENTAIS VIAJA MAIS 60

1. INTRODUÇÃO

Considerando a relevância social e o alcance do programa, torna-se fundamental o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem acompanhar, monitorar e avaliar as ações executadas, permitindo compreender os impactos gerados junto à população atendida. Nesse sentido, a utilização de instrumentais padronizados de monitoramento e avaliação favorece a sistematização das informações, a produção de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

dados mais confiáveis e o fortalecimento da gestão pública, subsidiando a tomada de decisões e o aprimoramento contínuo da política pública.

Dessa forma, o presente documento tem por finalidade apresentar e orientar a utilização dos instrumentais elaborados para o monitoramento e a avaliação das viagens do Programa Viaja Mais 60, descrevendo suas finalidades, formas de aplicação e procedimentos de preenchimento e envio das informações. Busca-se, ainda, subsidiar os municípios no acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas, possibilitando a análise dos resultados e impactos do programa junto à população idosa, contribuindo para a qualificação da gestão e para o fortalecimento das ações de promoção do envelhecimento ativo, digno e participativo.

2. INSTRUMENTAIS

Os instrumentais são ferramentas metodológicas utilizadas para a coleta, o registro e a sistematização de informações no âmbito do monitoramento e da avaliação de programas e políticas públicas. De acordo com Jannuzzi (2025), a construção de instrumentais adequados é condição fundamental para que a avaliação produza informações capazes de subsidiar a tomada de decisão e o aprimoramento das ações governamentais. Nessa perspectiva, os instrumentais não se limitam a formulários de coleta de dados, mas constituem dispositivos de gestão que orientam a observação sistemática da realidade, permitindo comparar resultados ao longo do tempo e aferir o grau de cumprimento dos objetivos propostos.

No campo das políticas públicas, a avaliação ocupa posição estratégica no ciclo de gestão, constituindo etapa indispensável para verificar se os recursos empregados estão gerando os impactos esperados junto à população-alvo. Para Figueiredo e Figueiredo (1986), a avaliação de políticas públicas pode ser compreendida como o processo de julgamento deliberado sobre a validade de propostas para ação pública, bem como sobre o sucesso ou o fracasso de projetos já implementados. Nesse sentido, a disponibilidade de instrumentais bem estruturados é condição para que o gestor possa exercer o controle social, demonstrar transparência e promover a melhoria contínua das ações.

Koga et al. (2022) destacam que o uso de evidências como subsídio à atuação governamental não é tema novo no debate sobre a produção e a legitimação da ação do Estado, mas que persiste o desafio estrutural de qualificar os registros administrativos para que gerem informações comparáveis e úteis à gestão. Diante disso, a padronização dos instrumentais torna-se também ferramenta estratégica, possibilitando a produção de dados comparáveis entre municípios e ao longo dos ciclos do programa, o que contribui tanto para a prestação de contas quanto para o planejamento de futuras ações voltadas à população idosa.

2.1 Instrumentais no âmbito do programa Viaja Mais 60

Para fins de monitoramento e avaliação das viagens, no contexto do programa Viaja Mais 60, o município deverá preencher os instrumentais específicos elaborados com o objetivo de estabelecer e padronizar o registro dessas ações, qualificar a gestão, mensurar resultados e subsidiar o aprimoramento contínuo das iniciativas voltadas à população idosa.

Nesse contexto, os instrumentais apresentados nesta Nota Técnica têm como objetivos específicos: coletar e sistematizar dados quantitativos e qualitativos sobre o perfil das pessoas idosas participantes e sua participação nas viagens; avaliar o nível de satisfação, o bem-estar e a percepção de impacto dessas experiências na qualidade de vida; monitorar a execução das viagens quanto ao cumprimento de metas, à logística e à adequação às diretrizes do programa; e produzir informações e relatórios que subsidiem a tomada de decisão, o aperfeiçoamento contínuo das ações e a prestação de contas.

Para a coleta dos dados supracitados, a equipe técnica estadual responsável pelo acompanhamento do programa elaborou instrumentos específicos que viabilizam a aplicação, o preenchimento, a tabulação e o envio das informações. Esses instrumentos incluem a Lista de Presença, o Relatório Final e o Formulário de Pesquisa de Satisfação, sendo este último disponibilizado em duas modalidades: uma versão física, aplicada à pessoa idosa durante ou ao término do passeio/viagem, e uma versão em Google Forms, destinada à tabulação dos dados coletados na via física.

Visando fortalecer a compreensão dos municípios acerca da importância desses instrumentais, bem como orientar de forma prática sua utilização, a presente Nota Técnica apresenta a fundamentação de cada instrumento, seu preenchimento e tabulação dos dados.

3. LISTA DE PRESENÇA

A Lista de Presença, disponibilizada em modelo editável no sítio eletrônico do programa, é o instrumento oficial de registro dos participantes de cada passeio/viagem realizados no âmbito do Programa Viaja Mais 60. Sua função é comprovar o atendimento efetivo das pessoas idosas, servindo como base para a verificação do cumprimento das metas quantitativas estabelecidas na Deliberação 004/2026 - CEDIPI/PR.

O documento deve ser preenchido no momento do passeio/viagem, considerando a necessidade de coleta das assinaturas do público-alvo. Deverá conter, obrigatoriamente, o nome completo e a idade dos participantes, bem como os dados da equipe técnica, incluindo nome completo, função/profissão e equipamento de atuação. Conforme a deliberação supracitada, em seu art. 3º, inciso VIII, "o município poderá instituir Equipe Técnica para acompanhamento das viagens, limitada ao percentual de até 10% (dez por cento) do total de pessoas idosas participantes [...]".

A lista deverá ser digitalizada ou fotografada em boa qualidade e anexada ao Relatório Final da Viagem no sistema de gestão do programa, sendo documento obrigatório sem o qual o relatório não poderá ser considerado completo nem a ação validada para fins de monitoramento e prestação de contas.

4. PESQUISA DE PERFIL E SATISFAÇÃO

A Pesquisa de Satisfação é o instrumento destinado a captar a percepção das pessoas idosas participantes sobre a qualidade da viagem realizada. Documento disponibilizado no sítio eletrônico do programa, para aplicação de forma física e com linguagem adequada à população idosa, de forma a garantir ao máximo sua autonomia quanto ao preenchimento. O instrumental deve ser aplicado ao final de cada viagem, de preferência no momento do retorno, quando as vivências ainda estão recentes na memória dos participantes.

O instrumento é composto por questões de múltipla escolha, estruturadas para avaliar as seguintes dimensões: Perfil socioeconômico e demográfico dos participantes; Acesso à informação e alcance da divulgação; Participação e vínculo com o programa; Percepção de benefícios e impactos sociais; Satisfação geral com o programa; Qualidade da execução e organização da viagem; Acessibilidade e inclusão; e Avaliação da infraestrutura e serviços ofertados**.** Dessa forma, o gestor municipal deve orientar os participantes sobre o objetivo da pesquisa antes de sua aplicação, garantindo que o preenchimento seja individual e espontâneo.

Para garantir maior representatividade e confiabilidade das informações coletadas, a pesquisa deverá ser aplicada a uma amostragem correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pessoas idosas participantes do passeio/viagem. Esse percentual busca assegurar que os dados obtidos reflitam, de forma mais ampla, a percepção do público atendido quanto à execução das ações, aos impactos vivenciados e ao nível de satisfação com o programa.

Após a aplicação da Pesquisa de Satisfação em sua versão física junto às pessoas idosas participantes, o ponto focal do município ou outro integrante da equipe técnica deverá realizar o preenchimento das respostas na plataforma Google Forms, disponibilizada na página do programa. Essa etapa destina-se à tabulação dos dados coletados na versão física, possibilitando a sistematização das informações e sua transformação em dados quantitativos, os quais contribuem para a análise qualitativa das ações desenvolvidas e para o aprimoramento contínuo do programa.

Em um exemplo prático, considerando um passeio/viagem com a participação de 75 (setenta e cinco) pessoas idosas, a Pesquisa de Satisfação deverá ser aplicada a, no mínimo, 50% desse público, correspondendo a pelo menos 38 (trinta e oito) participantes. Após o preenchimento dos formulários físicos, a equipe técnica municipal deverá informar, no formulário supramencionado, a quantidade de respondentes que se declararam do gênero feminino, masculino, outro ou que preferiram não responder, totalizando o número de participantes que efetivamente responderam à pesquisa. O mesmo procedimento deverá ser realizado sucessivamente nas demais questões do formulário.

Nos casos em que a pergunta permitir múltiplas respostas, o total de respostas registradas poderá ser superior ao número total de respondentes da pesquisa, não sendo necessário que corresponda exatamente ao quantitativo de participantes que preencheram o instrumental.

Tal procedimento tem por objetivo facilitar o fluxo e o trâmite das informações entre os municípios e a gestão estadual, dispensando a necessidade de digitalização ou de outras formas de consolidação dos documentos físicos para envio. Além disso, os dados tabulados poderão — e deverão — ser utilizados também pela gestão municipal nos processos de monitoramento, avaliação e análise da execução do programa.

A Pesquisa de Satisfação possui extrema relevância no âmbito municipal e estadual, constituindo importante instrumento de monitoramento e avaliação da execução do Programa Viaja Mais 60. Conforme disposto na Deliberação 004/2026 – CEDIPI/PR, compete ao município a elaboração do roteiro do passeio/viagem e a execução do programa (art. 2º), observando as diretrizes estabelecidas no art. 3º da referida deliberação.

Nesse contexto, o instrumental possibilita à gestão municipal avaliar o alcance dos objetivos propostos pelo programa, identificar potencialidades e fragilidades na execução das ações e comprovar, por meio de registro documental físico, a realização das atividades desenvolvidas. Além disso, os dados coletados subsidiam a análise dos resultados alcançados junto ao público participante, contribuindo para o planejamento e o aprimoramento contínuo das futuras ações e edições do programa, mediante a identificação da necessidade de melhorias,

adequações ou mudanças na execução das atividades.

No âmbito estadual, a tabulação dos dados na plataforma Google Forms possibilita analisar se os objetivos e impactos propostos pelo Programa Viaja Mais 60 estão sendo efetivamente alcançados junto ao público-alvo, isto é, à população idosa paranaense. A sistematização dessas informações permite compreender a percepção dos participantes sobre as ações desenvolvidas, bem como identificar potencialidades, desafios e necessidades de adequação na execução do programa.

Além disso, os dados coletados subsidiam o planejamento e a tomada de decisão da gestão estadual, contribuindo para o aprimoramento contínuo, possíveis ampliações e fortalecimento do programa. Dessa forma, o processo de monitoramento e avaliação torna-se ferramenta estratégica para a promoção da inclusão social da pessoa idosa e para a efetivação dos direitos à cultura, ao lazer e à convivência comunitária, por meio da realização de passeios e viagens no território paranaense.

5. RELATÓRIO FINAL

O Relatório Final da Viagem constitui instrumento essencial para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações realizadas no âmbito do Programa Viaja Mais 60. Sua principal finalidade é registrar, de forma sistematizada, as informações referentes à execução dos passeios e viagens promovidos pelos municípios participantes, assegurando a transparência, a rastreabilidade das ações e a conformidade com as diretrizes estabelecidas na Deliberação 004/2026 – CEDIPI/PR.

Além de sua função administrativa e de prestação de contas, o Relatório Final representa importante mecanismo de produção de informações para a gestão municipal e estadual, permitindo o acompanhamento da execução do programa, a identificação de potencialidades e dificuldades, bem como a avaliação dos impactos das ações desenvolvidas junto à população idosa. Nesse sentido, o instrumental subsidia processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão, contribuindo para o aprimoramento contínuo das ações e para a qualificação da política pública.

O preenchimento do Relatório Final deve ser realizado de maneira criteriosa, coerente e fidedigna às informações referentes à viagem executada, assegurando a confiabilidade dos dados registrados e a adequada sistematização das ações desenvolvidas no âmbito do programa. Inicialmente, deverão ser informadas as identificações dos responsáveis pelo preenchimento e do ponto focal municipal do programa, seguidas dos dados gerais da viagem, tais como: fase correspondente do programa, município de destino, modalidade do passeio/viagem, período de realização e quantitativo de participantes envolvidos.

Na sequência, deverão ser registradas as informações relacionadas à execução da ação, contemplando os pontos turísticos visitados, o meio de transporte utilizado, a participação de pessoas idosas com deficiência, mobilidade reduzida ou residentes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's), bem como as estratégias adotadas para mobilização do público-alvo e o alcance das metas de atendimento estabelecidas. Também deverão ser descritos os principais resultados observados, as potencialidades identificadas e as dificuldades enfrentadas durante a execução da viagem.

Ao término do preenchimento, deverá ser anexada a Lista de Presença digitalizada ou fotografada em boa qualidade, devidamente preenchida e assinada pelos participantes e equipe técnica, assegurando a validação da ação executada, a comprovação documental das informações prestadas.

A coleta das informações referentes ao Relatório Final dar-se-á por meio de formulário disponibilizado na plataforma Google Forms, disponível na página oficial do programa. Ressalta-se que a qualidade das informações registradas é fundamental para subsidiar a análise técnica da execução do programa, fortalecer os processos de monitoramento e avaliação e contribuir para a transparência e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Viaja Mais 60 Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa Viaja Mais 60 ultrapassam a realização de passeios e viagens, constituindo importante estratégia de promoção da inclusão social, fortalecimento da convivência comunitária e ampliação do acesso da população idosa à cultura, ao lazer e ao turismo no território paranaense. Nesse contexto, o monitoramento e a avaliação das atividades executadas tornam-se fundamentais para assegurar a efetividade da política pública, possibilitando compreender os impactos gerados junto às pessoas idosas participantes.

A utilização de instrumentais padronizados, como a Lista de Presença, a Pesquisa de Perfil e Satisfação e o Relatório Final da Viagem, fortalece os processos de gestão, acompanhamento e prestação de contas, permitindo maior confiabilidade e sistematização das informações produzidas pelos municípios. Além disso, esses instrumentos possibilitam identificar potencialidades, fragilidades e necessidades de adequação nas ações desenvolvidas, contribuindo para a qualificação da execução do programa em âmbito municipal e estadual.

Destaca-se, ainda, que a produção e a análise sistemática dos dados coletados constituem importante ferramenta para a tomada de decisão e para o planejamento de futuras ações voltadas à população idosa. A consolidação dessas informações permite avaliar o alcance dos objetivos propostos pelo Programa Viaja Mais 60, bem como mensurar os resultados relacionados à promoção do bem-estar, da participação social e do enfrentamento ao isolamento social das pessoas idosas atendidas.

Por fim, reforça-se a importância do comprometimento dos municípios quanto ao correto preenchimento, aplicação e envio dos instrumentais apresentados nesta Nota Técnica, considerando que a qualidade das informações registradas impacta diretamente os processos de monitoramento, avaliação e fortalecimento da política pública. Dessa forma, espera-se que os instrumentos contribuam para o aperfeiçoamento contínuo do Programa Viaja Mais 60.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: maio 2026.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica.** Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-121, set./dez. 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/censo2022. Acesso em: maio 2026.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/392706430_Monitoramento_e_Avaliacao_de_Programas_Sociais_edicao_revisada_e_ampliada. Acesso em: maio 2026.

KOGA, Dirce et al. (org.). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas.** Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11121. Acesso em: maio 2026.

PARANÁ. Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. **Deliberação nº 004, de 2026. Dispõe sobre diretrizes para execução do Programa Viaja Mais 60.** Curitiba: CEDIPI/PR, 2026.

69724/2026

Secretaria do Planejamento

RESOLUÇÃO N.º 014/2026/SEPL

Designa servidor para responder pelas atribuições de Chefe de Coordenação, temporariamente.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPL**,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1° de janeiro de 2023, bem como as atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 004/2023/SEPL, de 19 de janeiro de 2023, assim como considerando o contido no protocolo nº 24.977.973-3.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **JULIANA KOCHINSKI**, CPF n.º 003.XXX.969-XX, para responder pelas atribuições de Chefe de Coordenação de Modernização Institucional (CMI) desta Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL), no período de 15 a 24 de junho de 2026 em função de férias do titular **THIAGO LIMA TEIXEIRA**, RG: 9.xxx.036-x.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado digitalmente

Assinado Eletronicamente
ISAC TEIXEIRA DE LIMA
Diretor-Geral/SEPL

69286/2026

Secretaria da Saúde

EDITAL DE CITAÇÃO DE EX-SERVIDOR

Processo nº **24.506.689-9**

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do Anexo nº 113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde, **CITA**, por meio do presente edital, a ex-servidora **LEANDRA TESTA BITTENCOURT CASTANHO**, CPF nº 049.XXX.XXX-25/PR, para que, no prazo máximo até 30 de junho de 2026, compareça pessoalmente, ou por intermédio de procurador legalmente constituído, no Núcleo de Recursos Humanos Setorial, localizado na Rua Piquiri, nº 170, Bairro Rebouças – CEP 80.230-140, na cidade de Curitiba-PR, para o exercício o contraditório e a ampla defesa no processo a que responde, ficando-lhe assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para impugnação, contado a partir da data da ciência.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

65137/2026

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Resolução SESA nº 0234, de 05 de fevereiro de 2025, publicada no
Diário Oficial do Estado, Edição nº 11841, em 10 de fevereiro de 2025.
Protocolado nº 22.744.152-6

EDITAL DE CITAÇÃO DE SERVIDOR

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 27, inciso V, e Art. 29 da Lei Estadual nº 20.656/2021 **CITA**, pelo presente edital, o servidor **MARCELO ALVES ARANHA, RG nº 4.XXX.XXX-7**, investido no cargo de Promotor de Saúde Profissional, função de médico do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado à época dos fatos no Hospital de Reabilitação, com base no fatos apresentado no protocolo nº **22.744.152-6** e **a priori**, suposto descumprimento dos deveres estabelecidos no art. 279, incisos III, IV, V, VI e XIV; e inobservância das proibições expressas no art. 285, inciso II da Lei Estadual nº 6.174/1970.

Informa-se que comprovada(s) a(s) irregularidade(s) apontada(s) em face do servidor, **MARCELO ALVES ARANHA**, estas remeterão a aplicação das penalidades disciplinares indicadas no Art. 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970.

Consta no presente protocolo que já houve tentativa de citação do referido servidor conforme preconiza os incisos I ao 4, do art. 27 da Lei Estadual nº 20.656/2021, e todas resultaram infrutíferas.

Desta forma, considerando tratar-se do servidor em lugar incerto e não sabido, inviabilizando a citação pessoal, cabível o presente pedido de citação por edital.

No entanto, registra-se que ainda de acordo com o disposto no art. 27, § 3º, IV, pela presente publicação fica o servidor **NOTIFICADO,** para no prazo de 03 (três) dias úteis, C/c com o art. 136 da Lei Estadual nº 20.565/2021, a partir da publicação deste, **totalizando no prazo de 18 (dezoito) dias úteis**, sob pena de preclusão apresentar defesa escrita acompanhada dos documentos de que dispuser sobre os fatos alegados, de acordo com o art., indicar no máximo 08 (oito) testemunhas; e se for necessário, solicitar perícia e/ou diligências.

Para conhecer o processo na íntegra e obter mais informações o servidor deve solicitar acesso ao protocolo e entrar em contato com a Comissão designada pela Resolução SESA nº 0234, de 05 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11841, em 10 de fevereiro de 2025.

Destaca-se que, se a defesa não for apresentada no prazo estabelecido, o indiciado será considerado revel, sendo designado defensor dativo, conforme previsto no art. 137 da Lei Estadual nº 20.656/2021.

Curitiba, datado eletronicamente
Assinado eletronicamente

PRISCILA MEYENBERG CUNHA SADE Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

69019/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 421 – 27 DE MAIO DE 2026

Súmula: Institui Comissão Eleitoral, responsável pela organização e acompanhamento do processo de eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da FUNEAS, conforme protocolado 25.956.854-4.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Eleitoral para organização e acompanhamento do processo de eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), para o mandato de 2026/2027 da Sede Administrativa da FUNEAS, sendo:

I – Presidente: NARDI TEREZINHA CASANOVA, CPF nº 766.XXX.669-XX;

II – Membros: JOSELMA CONSTANTINO DOS SANTOS TRANCOSO, CPF nº 749.XXX.949-XX, MAURO CÉSAR NERES FILHO, CPF nº 052.XXX.429-XX e RAFAEL DAVI SAUER HASSE, CPF nº 017.XXX.469-XX.

Art. 2º Compete a Comissão Eleitoral acompanhar as inscrições, divulgar os inscritos, rubricar as cédulas, acompanhara votação, guardar as cédulas caso a apuração não seja imediata, efetivar a apuração e declarar os eleitos, titulares e suplentes.

§ 1º Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

§ 2º Fica estipulado o prazo de 60 (sessenta) dias para a Comissão concluir os trabalhos eleitorais e declarar os eleitos.

§ 3º A Comissão deverá organizar o pleito, observando as diretrizes previstas na Norma Regulamentadora Nº 5 (NR5) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

(assinado digitalmente) — *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK — **VIVIANE HERRERA UFEMEA**
Diretor Presidente — Diretora Administrativa

69140/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 422 – 27 DE MAIO DE 2026

Súmula: Designa representante do empregador, para auxiliar na execução das ações de prevenção em segurança e saúde no trabalho do Hospital Regional de Guaraqueçaba, conforme protocolado nº 25.956.911-7.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº. 17.959 de 11 de março de 2014, Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e Decreto Estadual n.º 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada, nos termos do ítem 5.4.13 da Norma Regulamentadora nº 5 do Ministério do Trabalho, JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO, CPF nº 720. XXX.969-XX, para auxiliar na execução das ações de prevenção em segurança e saúde no trabalho durante a Gestão 2026/2027 da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do HOSPITAL REGIONAL DE GUARAQUEÇABA, podendo adotar mecanismos de participação dos demais empregados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

(assinado digitalmente) — *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK — **VIVIANE HERRERA UFEMEA**
Diretor Presidente — Diretora Administrativa

69142/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 423 – 27 DE MAIO DE 2026

Súmula: Exoneração e nomeações de cargos em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado a partir de 1º de junho de 2026, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, PITTER DIORGINNES DE OLIVEIRA, CPF nº 064.XXX.949-XX, Assessor Nível III, Símbolo CCA-4, Hospital Infantil Waldemar Monastier no Município de Campo Largo.

Art. 2º Ficam nomeados a partir de 1º de junho de 2026, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, para exercerem cargos em comissão da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná:

JÉSSICA MARIANA RAIMUNDO CATUMA, CPF nº 116.XXX.791-XX, Assessor Nível IV, Símbolo CCA-5, Diretoria Financeira;

JOANI ANTÔNIO PADILHA DE LARA, CPF nº 033.XXX.049-XX, Assessor Nível IV, Símbolo CCA-5, Hospital Infantil Waldemar Monastier no Município

de Campo Largo;

SUELLEN RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 074.XXX.519-XX, Chefe de Coordenação, Símbolo CCC-3, Hospital Infantil Waldemar Monastier no Município de Campo Largo, ficando em consequência destituída do cargo de Assessor Nível IV, Símbolo CCA-5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
VIVIANE HERRERA UFEMEA
Diretora Administrativa

69144/2026

PORTARIA SESA Nº 207, DE 27 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre revogação da Portaria que concedeu, Licença sem Vencimentos para Trato de Interesses Particulares de servidor lotado no Hospital Regional do Sudoeste Dr. Walter Alberto Pecoits, em Francisco Beltrão.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e

- o disposto no art. 242 e parágrafo único do art. 243, ambos da Lei Estadual n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolado nº **21.031.227-7.**

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a pedido, a Licença sem Vencimentos, para Trato de Interesses Particulares, concedida por meio da Portaria nº 299/2024, no período de 01/08/2024 a 31/07/2026, ao servidor **EDSON RICARDO CESCA ANDERSON**, CPF nº 054.XXX.XXX-17/PR, Motorista, lotado no Hospital Regional do Sudoeste Dr. Walter Alberto Pecoits, sede em Francisco Beltrão, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A revogação aplica-se a partir de **1º de junho de 2026**.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

69270/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 0595, DE 27 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Diretor de Regional na 02ª Regional de Saúde, em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.973.209-3**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **KELLY CRISTIANE GUSSO BRAGA**, CPF nº 026.XXX.XXX-27/PR, Farmacêutico, para responder pela Função Comissionada Executiva de Diretor de Regional, Símbolo FCE-5, na 02ª Regional de Saúde, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **01/06/2026** a **12/06/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **CINTIA ARMSTRONG OSTROSKI**, CPF nº 053.XXX.XXX-21/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

69273/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 599/2026, DE 28 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação e designação de servidores para realizar a instrução, condução, fiscalização e acompanhamento dos contratos assistenciais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado,

CONSIDERANDO a Seção II, Capítulo II, do Título VIII, da Constituição Federal;CONSIDERANDO as disposições constitucionais e a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que tratam das condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, como direito fundamental do ser humano;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, que dispõe sobre organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o Plano Estadual de Saúde (2024-2027) do Paraná;

CONSIDERANDO a necessidade de qualificar a assistência e possibilitar o atendimento com equidade, integralidade e universalidade, de forma descentralizada, regionalizada e com transparência;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 1.217, de 18 de julho de 2025, que dispõe sobre a nomeação e designação de servidores para realizar a instrução, condução, fiscalização e acompanhamento dos contratos assistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 1.680, de 24 de outubro de 2025, que dispõe sobre a nomeação e designação de servidores para realizar a instrução, condução, fiscalização e acompanhamento dos contratos assistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 1.879, de 02 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a nomeação e designação de servidores para realizar a instrução, condução, fiscalização e acompanhamento dos contratos assistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 185, de 24 de fevereiro de 2026; que dispõe sobre a nomeação e designação de servidores para realizar a instrução, condução, fiscalização e acompanhamento dos contratos assistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 442/2026, que dispõe sobre a nomeação e designação de servidores para realizar a instrução, condução, fiscalização e acompanhamento dos contratos assistenciais;

CONSIDERANDO o e-protocolo nº 25.742.723-4 encaminhado pela 2ª Regional de Saúde;

CONSIDERANDO o e-protocolo nº 25.870.811-3 encaminhado pela 9ª Regional de Saúde;

CONSIDERANDO o e-protocolo nº 25.929.308-1 encaminhado pela 18ª Regional de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Resolução SESA nº 1217/2025 no âmbito da 2ª Regional de Saúde, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Ficam nomeados(as) e incluídos(as) na Resolução SESA nº 1.217/2025 os(as) agentes públicos(as) que desempenharão a Função de Fiscal de Contrato Assistencial na **2ª REGIONAL DE SAÚDE:**

I - Tânia Regina Santanna Pinto de Araújo, CPF 877.674.149-49, RG 12.856.044-0, Promotora de Saúde Profissional;

II - Jafar Mohamad Hussein, CPF 038.781.449-38, RG 7.838.044-6, Promotor de Saúde Profissional;

III - Luciano Araújo Gabriel da Silva, CPF 313.255.398-05, RG 13.194.441-1, Promotor de Saúde Profissional;

IV - Cíntia Aparecida Gonçalves Domingos, CPF 121.136.964-10, RG 13.208.431-9, Promotora de Saúde Profissional.

§ 2º Os(As) Fiscais ora nomeados(as) assumem a responsabilidade por todos os contratos conforme distribuição reportada nos termos do e-protocolo nº 25.742.723-4.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Alterar o art. 1º da Resolução SESA nº 1217/2025 no âmbito da **9ª** Regional de Saúde, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Fica excluída da função de Fiscal de Contratos Assistenciais da **9ª REGIONAL DE SAÚDE:**

I - Pabla Viviana Jungblut - Promotor de Saúde de Execução - CPF nº 010.772.339-57.

§ 2º Ficam nomeadas e incluídas na Resolução SESA nº 1.217/2025 as agentes públicas que desempenharão a Função de Fiscal de Contrato Assistencial na **9ª REGIONAL DE SAÚDE:**

I - Kelly da Silva Cardoso Andrade - Promotor de Saúde Profissional - CPF nº 058.152.169-25;

II - Danieli Spricigo - Promotor de Saúde Profissional - CPF nº 047.950.929-82.
§ 3º As Fiscais ora nomeadas assumem a responsabilidade por todos os contratos anteriormente atribuídos à Fiscal excluída, e, procede-se a redistribuição dos contratos nos termos do e-protocolo nº 25.870.811-3.

Art. 3º Alterar o Art. 1º da Resolução SESA nº 1217/2025 no âmbito da **18ª Regional de Saúde.**

§ 1º Ficam excluídos(as) da função de Fiscal de Contratos Assistenciais da **18ª REGIONAL DE SAÚDE**:

I - Adão da Silva – CPF: 027.834.399-64 – Promotor de Saúde Execução;

II - João Alexandre da Silva – CPF: 576.463.179-34 – Promotor de Saúde Execução;

III - Etieny Michelato Yoshiy – CPF 046.035.279-26 – Promotor de Saúde Profissional;

IV - Marcelo Gaspareto – CPF: 057.057.229-07 – Promotor de Saúde Profissional;

V - Vânia Cecília Rabelo – CPF: 052.416.259-83 – Promotor de Saúde Execução.
§ 2º Ficam nomeadas e incluídas na Resolução SESA nº 1.217/2025 as agentes públicas que desempenharão a Função de Fiscal de Contrato Assistencial na **18ª REGIONAL DE SAÚDE:**

I - Jefferson Gomes Pinto – CPF: 030.611.099-78 – Promotor de Saúde Fundamental;

II - Miriã Braz Duarte Eugênio – CPF: 050.101.139-02 – Promotor de Saúde Fundamental.

§ 3º Os(As) Fiscais ora nomeados(as) assumem a responsabilidade por todos os contratos anteriormente atribuídos aos Fiscais excluídos, e, procede-se a redistribuição dos contratos nos termos do e-protocolo nº 25.929.308-1.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

69592/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 20.664.739-6

1. AUTORIZO, om fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Resolução nº 021/2023 – PGE que aprova a minuta padronizada visando celebrar o Termo de Execução Descentralizada (TED), formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.902.914/0001-72 em cumprimento ao objeto proposto Aquisição de insumos, equipamentos e serviços para a adequação às boas práticas de laboratório e biossegurança, garantia do controle de qualidade e manutenção do laboratório da DESCENTRALIZADA, disponibilizando a infraestrutura laboratorial existente às 9 Secretarias Municipais de Saúde de abrangência da 4ª e 5ª Região de Saúde para a realização de análises de vigilância para determinação de turbidez, fluoreto, coliformes totais e Escherichia coli em amostras de água para consumo humano. O número de amostras por município a ser disponibilizado será definido de acordo com plano de amostragem básico, em função da sua população, definido na Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano do Ministério da Saúde;

2. O valor para a execução do presente TED nº 213/2023, visando o exercício 2026, importa em R$ 455.897,74 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), provenientes das dotações orçamentárias nº 4760.10305358.562 - Fonte 500 do Tesouro do Estado no valor de R$ 240.989,13 (duzentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e nove reais e treze centavos) e dotação 4760.10305358.562 - Fonte 600 de Recurso Federal no valor de R$ 214.908,61 (duzentos e quatorze mil, novecentos e oito reais e sessenta e um centavos);

3. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 11.180/2022, Lei Orçamentária Anual – LOA nº 22.952/2025, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto Estadual nº 4.189/2016, Decreto Estadual n° 8.679/2018 e Lei Complementar Estadual 152/2012, sob pena de cancelamento deste ato;

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

69347/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.010.391-7

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 488/2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 545/2020, que altera a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, para orientar a aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares em medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 488/2020, a qual define valores individualizados e habilita especificamente o prestador **APAE ATALAIA/PR (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ATALAIA – CNPJ 80.289.333/0001-11)**, CNES 3584488 a receber **R$ 100.000,00 (cem mil reais)** em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o Parecer nº 23/2020 – PGE (fls. 211-235 do Protocolo nº 16.664.229-9) e a Resolução nº 224/2020 – PGE, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, prevista no artigo 8º da Resolução nº 41/2016- PGE, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. RECONHEÇO a situação administrativa ensejada de Inexigibilidade de Licitação, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei Estadual nº 15.608/07, em face à inviabilidade de competição na alocação dos recursos a serem transferidos por força da Portaria GM/MS nº 488/2020 e da Portaria GM/MS nº 545/2020, cuja natureza é de caráter federal e sua transferência é definida de maneira individualizada por meio de portaria de habilitação específica expedida pelo Ministério da Saúde;

2. AUTORIZO a celebração de Termo de Convênio oriundo de minuta padronizada pela Resolução nº 224/2020 – PGE, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o **APAE ATALAIA/PR (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ATALAIA – CNPJ 80.289.333/0001-11) - CNES 3584488**, em cumprimento ao Objeto que consiste na conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde

prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do **Contrato nº 0306.2977/2024 DGS – PROCESSO Nº 23.010.391-7** (mov. 7), de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria MS/GM nº 1263/2021, por meio de pequenas reformas e/ou reparos das unidades já contratualizadas, por meio da transferência de recursos financeiros da União provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade ao(à) **APAE de ATALAIA/PR** entidade sem fins lucrativos, que participa de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS);

3. O valor para a execução do presente Convênio importa o valor total de **R$ 121.132,13 (cento e vinte e um mil, cento e trinta e dois reais e treze centavos),** devendo ser repassado como partida pelo Concedente o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) em parcela única com recursos da SESA/FUNSAÚDE provenientes da Fonte 600 da Transferência da União – SUS e 21.132,13 (vinte e um mil, cento e trinta e dois reais e treze centavos), que serão repassados em parcela única pelo Convenente a título de contrapartida, conforme Declaração acostada do presente protocolado;

4. Condiciono a presente autorização à correta instrução do presente protocolo pelo preenchimento adequado dos requisitos legais consubstanciados na Lista de Verificação que acompanha a minuta padronizada pela Resolução nº 224/2020 – PGE, por força das disposições do Decreto Estadual nº 3.203/2015. Ainda, a realização da despesa fica condicionada à efetiva disponibilidade financeira e orçamentária, em respeito aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000; à Lei Federal nº 4.320/1964; ao artigo 136, XIII a XVI, da Lei Estadual nº 15.608/2007; e ao Decreto Estadual nº 8.622/2013;

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

69356/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 25.554.070-0

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati**, inscrito no CNPJ sob nº 78.148.707/0001-37, CNES nº 3425894, localizado à Rua Comunidade Rio Bonito, S/N, Bairro Rio Bonito, município de Irati, através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná;

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)**;**

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em **R$ 31.867,90 (trinta e um mil oitocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos)**, com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de **R$ 382.414,80 (trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos);**

5. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato;

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

69349/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 25.801.756-0

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização do Instituto Honorp**, inscrito no CNPJ sob nº 40.212.212/0001-57, CNES nº 2732114, localizado à Rua Leopoldina, nº 1282, Bairro Zona de Armazém, cidade de Cianorte, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais e ou/ Hospitalares nos termos do Programa de Qualificação e Estruturação dos Hospitais - HOSPMAIS e/ou à Estratégia de Qualificação Hospitalar EQH – UE, com fundamento nas Resoluções SESA nº 904/2023 e/ou Resolução SESA nº 905/2023, em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná;

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

3. A vigência inicial do Contrato será de 07 (sete) meses, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022);

4. O prazo de vigência inicialmente adotado poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária e financeira da SESA, conforme Resolução SESA nº 904/2023 e SESA 905/2023, e ainda, mediante a publicação de nova Resolução Sesa que deverá prever a extensão da vigência dos Programas;

5. O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato importa em **R$ 236.407,96 (duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e sete reais e noventa e seis centavos)**, com recursos do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor de R$ 1.420.407,96 (um milhão, quatrocentos e vinte mil quatrocentos e sete reais e noventa e seis centavos) para a execução do presente contrato durante os 07 (sete) meses de vigência;

6. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato;

7. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

69491/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 193 DE 22/05/2026
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
VERA LUCIA PRESTES				90	01/04/2013	31/03/2018	01/07/2026	28/09/2026
34508224	1	NAIX	25444131					

68503/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Segurança Pública

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE

PORTARIA 019/2026-DEPPEN/GAB

A **DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL,** designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016 e considerando a necessidade de atualização dos trabalhos constantes no protocolo nº 25.944.037-8,

RESOLVE,

Art. 1º Designar as servidoras Lizandra Valéria Bueno, CPF nº 006.XXX.XXX-54, e Gisely Medina, CPF nº 080.XXX.XXX-03, para comporem a Comissão Permanente para Formulação, Implantação e Implementação da Política Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PEAME), instituída por meio da Portaria nº 004/2026-DEPPEN/GAB, em substituição às servidoras Darla Cebulski, CPF nº XXX.775.799-XX, e Keli Marina Loezer de Souza, CPF nº XXX.351.589-XX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

(datado e assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

69662/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE

PORTARIA 017/2026-DEPPEN/GAB

A **DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, e considerando o contido no protocolo nº 25.982.972-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Especial de Avaliação de Amostras relativa ao Pregão Eletrônico n.º 88/2026 (GMS: 88/2026 / UASG: 453079): Joelson Muchenski Moraski, CPF nº 038.XXX.XXX-22, como Presidente e Avaliador Técnico; e, na condição de Membros Avaliadores, os servidores Rodnei Santos de Oliveira, CPF nº 279.XXX.XXX-61, Leonardo Martins Cabral, CPF nº 268.XXX.XXX-70, e Rodrigo Almeida Alves, CPF nº 044.XXX.XXX-30.

Art. 2º A presente Comissão terá como estrita atribuição a análise técnica, verificação de conformidade, realização de testes e avaliação das amostras (Tamanho M) apresentadas pelas licitantes arrematantes, confrontando os exemplares industriais com as especificações minuciosas dispostas no Edital e no Termo de Referência (Anexo I), a fim de subsidiar o juízo de aceitabilidade técnica das camisas táticas de manga curta destinadas ao efetivo do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná – DEPPEN.

Art. 3º No cumprimento de suas atribuições, a Comissão deverá observar os seguintes parâmetros e ritos formais estabelecidos no instrumento convocatório:
I – O primeiro licitante classificado e convocado pelo Pregoeiro deverá entregar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva notificação, o descritivo técnico e a amostra tamanho M do objeto para a devida triagem;
II – Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos industriais, ficando expressamente autorizada a comissão técnica a manuseá-los, submetê-los a testes de estresse e desmontá-los, se necessário, para a perfeita verificação da composição, costura e tecnologia Rip Stop, sem que caiba qualquer direito a indenização ou ressarcimento aos proponentes;
III – O prazo limite para a conclusão dos exames e emissão do parecer técnico definitivo contendo o julgamento das amostras é de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento e entrega efetiva do exemplar;
IV – Em caso de desclassificação ou recusa técnica da amostra sob análise, a comissão registrará formalmente as inconformidades e procederá, após convocação oficial do Pregoeiro, à avaliação do exemplar enviado pelo licitante subsequente na ordem de classificação, repetindo-se o rito sucessivamente.

Art. 4º Os trabalhos, exames laboratoriais complementares e deliberações desta comissão serão formalizados através de Ata da Sessão e Parecer Técnico fundamentado, instruindo as razões de aceitabilidade ou recusa, os quais deverão ser remetidos diretamente ao Pregoeiro Chefe da Divisão de Licitação para fins de prosseguimento da fase de aceitação da proposta.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, cessando seus efeitos com a regular homologação do certame.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral – Departamento de Polícia Penal

69692/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0304/2026

Substituição de Membro Representante da PCPPR na Comissão de Análise e Recebimento de Calibre 12 Híbrida (pump e semiauto.) do PEI 587/2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 13.205, de 7 de abril de 2026 e conforme protocolo nº 25.443.616-0.

RESOLVE:

Art. 1° SUBSTITUIR o servidor Thiago Henrique Porto Almeida, CPF: 008.XXX.XXX-57 (Técnico de Perícia Oficial), pelo servidor Leonel Letnar Junior, CPF: 048.XXX.XXX-93 (Perito Oficial Criminal), como representante da Polícia Científica do Paraná (PCPPR) na Comissão Técnica instituída pela Resolução nº 0155/2026-SESP, responsável por atuar nos procedimentos relativos à análise e recebimento de Calibre 12 Híbrida do PE 587/2025.

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69257/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 380 – DRH, 27 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto n.º 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição n.º 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4º, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução SESP n.º 233/2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o prazo até o dia **08 de junho de 2026**, para que o policial penal, que preencha os requisitos legais à promoção, de acordo com o Art. 26-A. da Lei Complementar 245 de 30 de março de 2022 e as alterações ocorridas por meio da Lei Complementar 283, de 11 de julho de 2025, apresente os títulos (certificados/diplomas) e requerimentos devidamente preenchidos junto às Centrais de Recursos Humanos ou aos Setores de Recursos Humanos responsáveis pelas unidades de lotação do servidor.

Art. 2º. O prazo estipulado refere-se exclusivamente ao segundo lote de promoções extraordinárias relativas ao exercício de 2026. Os policiais penais que apresentarem os títulos após a data de 08 de junho de 2026 terão seus protocolos avaliados nos lotes posteriores durante o corrente exercício.

Parágrafo único. As Comissões de Avaliação de Mérito analisarão, para o segundo lote, apenas os documentos apresentados pelo policial penal dentro do prazo acima mencionado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

69288/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 387 – DRH, 27 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 111/2026 – Reunião Ordinária n. º 111, de 26 de maio de 2026 e

Considerando o contido no protocolo nº 25.812.184-8.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, a pedido, o servidor **Lucas de Figueiredo**, CPF **073.XXX.XXX-70**, ocupante do cargo Policial Penal, da sua atual lotação na **Cadeia Pública de São Mateus do Sul**, para a **Cadeia Pública de Rio Negro**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

69269/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 176 – DRH, 28 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 21.260.436-4.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao(à) servidor(a) **JOAO CLOVIS DOS SANTOS, CPF XXX.849.149-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 01/06/2026** referente ao **período aquisitivo de 13/08/2018 a 12/08/2023.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

69552/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 177 – DRH, 28 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 22.003.410-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao(à) servidor(a) **RODRIGO FERNANDO REOLON, CPF XXX.618.439-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 03/06/2026** referente ao **período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2024.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

69709/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 389 – DRH, 28 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4.º, IX, do anexo da Resolução n.º 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo n.º 25.873.730-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor **Diego Franco Aerts**, CPF **028.XXX.XXX-44**, ocupante do cargo Policial Penal, lotado na **Cadeia Pública de Engenheiro Beltrão**, para responder como **Gestor da Cadeia Pública de Engenheiro Beltrão**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogada a **Portaria 415 de 30 de maio de 2021**, que designou o servidor **Keegan Adryan Garcia**, CPF **075.XXX.XXX-30**, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

69735/2026

P O R T A R I A Nº 1203.2026 GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve CONCEDER licença capacitação de 90 dias ao servidor abaixo relacionado: **ROGERIO PRIETO CAMPI**, RG 6.XX0.XX8-5/PR, **início em 01/07/2026,** referente ao período aquisitivo de **20/08/2017 a 19/08/2022** (**Protocolo nº 25.745.204-2)**.

Curitiba, 26 de Janeiro de 2026.

(assinado eletronicamente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

68601/2026

P O R T A R I A Nº 1202.2026 GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve CONCEDER licença capacitação de 90 dias ao(s) servidores(es) abaixo relacionado(s): **VINICIUS ROBERTO NASCIMENTO VARGAS**, RG 7.XX5.XX0-2/PR, **início em 13/07/2026,** referente ao período aquisitivo de **13/10/2016 a 12/10/2021** (**Protocolo nº 25.752.361-6)**.

Curitiba, 25 de Maio de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

68136/2026

P O R T A R I A Nº 1204.2026 GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve CONCEDER licença capacitação de 90 dias ao(s) servidores(es) abaixo relacionado(s): **AMAURI DE CAMPOS PALONE JUNIOR**, RG 13.XX7.XX0-8/PR, **início em 19/06/2026,** referente ao período aquisitivo de **25/10/2016 a 24/10/2021** (**Protocolo nº 25.777.025-7)**.

Curitiba, 26 de Maio de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

68294/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Jeferson Vieira Biniara, RG: 7.649.073-2 que foi ocupante do cargo de Cabo da Polícia Militar do Paraná, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação – DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 05 de maio de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 076 de 28 de abril de 2026 E-Protocolo nº 25.749.844-1)

58531/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Vitor Jose Tertuliano da Silva, RG: 12.346.611-0 que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação – DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de maio de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 053 de 20 de março de 2026 E-Protocolo nº 25.398.818-5)

62552/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Michael William Meurer, RG: 10.411.469-5 que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação – DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de maio de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 092 de 21 de maio de 2026 E-Protocolo nº 25.750.126-4)

67654/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0297/2026

Nomear Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta à ser oportunizado a empresa WMD GUNS LLC, inscrita sob n.° TIN 451268623.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Federal n.° 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelo Decreto Estadual n.° 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo n.º 25.774.228-8,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos dos arts. 206, inciso II, e 209 e seus incisos, ambos da Lei Estadual n.° 20.656/2021, os servidores Rodrigo Hoinatski, CPF 041.XXX.XXX-06, como Presidente, e Thiago da Silva Teixeira, CPF 058.XXX.XXX-17, como Secretário, para comporem Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à ser oportunizado a empresa WMD GUNS LLC, inscrita sob o n.º TIN 451268623, contratada por meio dos Instrumentos n.º 0433/2024 (GMS n.º 4512/2024) e n.º 0432/2024 (GMS n.º 4511/2025 e GMS n.º 10003/2025), cujo objeto é a aquisição de carabinas semiautomáticas calibre 5,56x45mm, fuzis de precisão semiautomáticos calibre .308/7,62 NATO e fuzis de precisão de repetição por ação de ferrolho (bolt action) calibre .308/7,62 NATO, visando atender às necessidades das unidades de Operações Especiais da PMPR e da PCPR.

Art. 2º. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato.

Art.3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de maio de 2026

Tenente-Coronel PM Marcos Roberto Arantes
Diretor-Geral da SESP/PR em exercício

69134/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 374 – DRH, 27 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata n.º 111/2026 – Reunião Ordinária n. º 111, de 26 de maio de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, por interesse da administração penitenciária, o servidor **Sebastião Valderi Lamoglia dos Santos**, CPF **847.XXX.XXX-34**, ocupante do cargo Policial Penal, da sua atual lotação na **Regional Administrativa R2 - Ponta Grossa** para a **Casa de Custódia de Ponta Grossa – Hildebrando de Souza**, considerando os motivos elencados no protocolo nº **25.906.586-0**, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68515/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 378 – DRH, 27 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata n.º 111/2026 – Reunião Ordinária n. º 111, de 26 de maio de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, por interesse da administração penitenciária, o servidor **Thiago Augusto Barth dos Santos**, CPF **059.XXX.XXX-70**, ocupante do cargo Policial Penal, da sua atual lotação na **Cadeia Pública de Sarandi** para a **Casa de Custódia de Maringá**, considerando os motivos elencados no protocolo nº 25.939.042-7, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68706/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 379 – DRH, 27 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 111/2026 – Reunião Ordinária n. º 111, de 26 de maio de 2026 e

Considerando o contido no protocolo nº 25.521.816-6.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, a pedido, o servidor **Luiz Fernando Nadalim Rissardi**, CPF **218.XXX.XXX-42**, ocupante do cargo Policial Penal, da sua atual lotação na **Regional Administrativa R4 – Londrina – Divisão de Operações de Segurança – Setor de Operações Táticas**, para a **Regional Administrativa R4 – Londrina – Divisão de Operações de Segurança – Setor de Operações Especiais**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68451/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 381 – DRH, 27 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 111/2026 – Reunião Ordinária n. º 111, de 26 de maio de 2026 e

Considerando o contido no protocolo nº 25.914.259-8.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, a pedido, o servidor **Rafael Alves da Silva**, CPF **034.XXX.XXX-51**, ocupante do cargo Policial Penal, da sua atual lotação na **Regional Administrativa R5 - Maringá**, para a **Casa de Custódia de Maringá**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68827/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 382 – DRH, 27 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 111/2026 – Reunião Ordinária n. º 111, de 26 de maio de 2026 e

Considerando o contido no protocolo nº 25.873.730-0.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, a pedido, o servidor **Keegan Adryan Garcia**, CPF 075.XXX.XXX-30, ocupante do cargo Policial Penal, da sua atual lotação na **Cadeia Pública de Engenheiro Beltrão**, para a **Regional Administrativa R5 – Maringá – Divisão de Operações de Segurança – Setor de Operações Especiais**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

69129/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0559/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL.
Protocolo: 25.560.723-5

1. AUTORIZO, nos termos do 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, com fundamento no parecer da Procuradoria Jurídica do município de Astorga (fl. 16), e da Informação nº 1508/2026–AT/SESP, a celebração do Termo de Cessão de Uso do imóvel do Município de Astorga/PR, localizado na Rua Minas Gerais, nº 597, Vila Ivo Mendes, destinado ao funcionamento da 28ª Delegacia Regional de Polícia, a ser firmado entre o Município de Astorga/PR e o Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo como interveniente a Polícia Civil do Paraná – PCPR, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme Minuta de fls. 69/72;

2. DECLARO, que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69075/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0552/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 230/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO.
Protocolo: 25.838.710-4.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1549/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA., CNPJ nº 96.216.429/0011-61, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA UNIDADE DE PROGRESSÃO - PEPG-UP, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima (itens 10.1.40 à 10.1.41) do Contrato Administrativo nº 273/2025 e no Termo de Referência nº 007/2024, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 28/42) e Plano de Trabalho (fls. 44/55);

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69034/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0560/2026 - GS/SESP

Assunto: Autorização para incorporação de veículo na frota.
Protocolo: 25.889.594-0.

1. AUTORIZO, nos termos do artigo 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº. 2.819/2023, c/c o art. 2º, alínea "a", da Instrução Normativa nº. 006/2020, do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (DETO/SEAP), a inclusão provisória, na frota oficial do Estado, do veículo I/VW AMAROK V6 EXTREME, placas TAP0C49/PR, objeto de perdimento, para uso da Polícia Civil do Estado do Paraná;

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE;

4. ENCAMINHE-SE ao DETO/SEAP para as demais providências, especialmente aquelas previstas no art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº. 2.819/2023, e no art. 2º, alínea "b", da Instrução Normativa nº 006/2021-DETO/SEAP.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69158/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0553/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 262/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO.
Protocolo: 25.902.884-1.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1543-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa KAING GANG ALIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 78.455.730/0001-74, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Campina da Lagoa, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 3798/2026 e no Termo de Referência, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 25/39) e Plano de Trabalho (fls. 41/52);

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69037/2026

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo: 25.929.603-0

Assunto: INDENIZAÇÃO – INSS

1. INDENIZO, com base no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c art. 1º, inciso V, da Resolução SESP n.º 390/2023, os valores de acréscimo sobre débito em favor da Previdência Social – INSS, especificados ao Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), acostado à fl. 420 – correspondente à **R$ 62,51 (Sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos)** de multa –, o qual decorre da mora sobre o pagamento das notas fiscais disposta às fls. 11/20, alusiva a prestação de serviços de servente e copa, nas dependências do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR/4CRBM;

2. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade para que, voluntariamente, apresente a compensação financeira ao erário do valor de juros e multa, **sendo que, em caso da não apresentação, até o dia 03 de junho de 2026 o presente processo deverá retornar a esta Diretoria-Geral**, com vistas a abertura de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

3. Para fins de ressarcimento, o agente responsável deverá efetuar o pagamento na seguinte conta: FUNESP – CNPJ 14.869.229/0001-71, Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta-Corrente n.º 13.280-2.

É o despacho.

Curitiba, 27 de Maio de 2026.

Ten.-Cel. QORR PM Marcos Roberto Arantes,
Diretor-Geral/SESP em exercício.

69029/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.667.194-8

Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO INTERNACIONAL Nº 90005/2024 – AQUISIÇÃO DE PISTOLAS GLOCK – TIGRE/PCPR

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1510/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a aquisição, por intermédio desta Secretaria de Estado, junto à empresa GLOCK AMÉRICA S.A., inscrita no RUT nº 213962320018, sediada no Município de Montevidéu/Uruguai, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico Internacional nº 90005/2024, cujo objeto será a aquisição de Pistolas Marca Glock, Calibre 9 X 19 MM, modelo G19 GEN5 MOS, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil (TIGRE/PCPR), no valor total de US$ 23.652,80 (vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e dois dólares e oitenta centavos de dólares americanos) equivalente a R$ 129.212,00 (cento e vinte nove mil duzentos e doze reais), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 516/525;

DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

2. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa fornecedora mantém todas as condições de habilitação exigíveis, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

3. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba, 27 de Maio de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

69059/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0561/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 238/2026 – REGIME FECHADO – TRABALHO INTERNO.
Protocolo: 25.839.208-6.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1556-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA., CNPJ nº 96.216.429/0011-61, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia

Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Sengés, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 351/2025, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 27/41) e Plano de Trabalho (fls. 43/54);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69255/2026

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo: 25.949.734-5

Assunto: INDENIZAÇÃO – INSS

1. INDENIZO, com base no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c art. 1º, inciso V, da Resolução SESP n.º 390/2023, os valores de acréscimo sobre débito em favor da Previdência Social – INSS, especificados ao Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), acostado à fl. 15 – correspondente à **R$ 69,39 (Sessenta e nove reais e trinta e nove centavos)** de multa –, o qual decorre da mora sobre o pagamento das notas fiscais disposta às fls. 03, alusiva a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, nas dependências do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR/1BBM;

2. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade para que, voluntariamente, apresente a compensação financeira ao erário do valor de juros e multa, **sendo que, em caso da não apresentação, até o dia 03 de junho de 2026 o presente processo deverá retornar a esta Diretoria-Geral**, com vistas a abertura de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

3. Para fins de ressarcimento, o agente responsável deverá efetuar o pagamento conforme abaixo:

PARA RESTITUIR AO TESOURO DO ESTADO:

Categoria – DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES
Código – 5339 – RESTITUIÇÕES AO TESOURO DO ESTADO Identificação – Número do CPF
Nome Completo, endereço completo, telefone
Valor principal: VALOR A SER DEVOLVIDO
Observações: (INCLUIR A QUE SE REFERE, DATA, PROTOCOLO, INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

É o despacho.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Ten.-Cel. QORR PM Marcos Roberto Arantes,
Diretor-Geral em exercício.

69336/2026

PORTARIA N° 165/2026-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **LUIZ CARLOS REGIS LIMA JUNIOR, CPF: XXX.865.969-XX**, e **JEFERSON DE MENDONÇA, CPF: XXX.242.509-XX,** ambos ocupantes do cargo de Policial Penal e lotados na Regional Administrativa de Londrina, para que, no **protocolo n° 25.994.423-6**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 25.749.854-9**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

69353/2026

PORTARIA N° 166/2026-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **ARNOUD RIBEIRO DO PRADO, CPF: XXX.383.019-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa - Guarapuava e **ADRIANO BORGES BUENO, CPF: XXX.905.959-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotada no Escritório Social de Guarapuava, para que, no **protocolo n° 25.994.445-7**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 25.268.481-6**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

69355/2026

PORTARIA N° 167/2026-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **ADRIANO BORGES BUENO, CPF: XXX.905.959-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotada no Escritório Social de Guarapuava, e **ARNOUD RIBEIRO DO PRADO, CPF: XXX.383.019-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa - Guarapuava, para que, no **protocolo n° 25.994.491-0**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 25.271.184-8**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

69357/2026

PORTARIA N° 168/2026-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **MARCO ANTONIO CAMILO, CPF: XXX.083.279-XX**, e **EDMIR CARDOSO DA SILVA, CPF: XXX.727.779-XX,** ambos ocupantes do cargo de Policial Penal e lotados na Casa de Custódia de Londrina, para que, no **protocolo n° 25.994.511-9**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 25.443.393-4**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

69361/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 25.544.237-6

Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2025 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MERGULHO

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1**478**/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e as empresas: a) FASULL COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CNPJ nº 42.334.856/0001-43, sediada no município de Curitiba/PR; b) BELLSUB COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 04.002.498/0001-82, sediada no município de São José dos Campos/SP; c) SAFETY WORLD BRASIL, CNPJ nº 18.356.265/0001-92, sediada no município de São José/SC; d) PINO LTDA, CNPJ nº 04.670.173/0001-78, sediada no município de Tijucas-SC; e) SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SEGURANÇA EIRELI – EPP, CNPJ nº 93.726.446/0001-89, sediada no município de São José-SC; f) INNOVA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 36.415.033/0001-40, sediada no município de Manaus/AM; g) HASIC LTDA, CNPJ nº 24.586.113/0001-89, sediada no município de Blumenau-SC; h) S.O.S SUL RESGATE – COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E SINALIZACAO LTDA, CNPJ nº 03.928.511/0001-66, sediada no município de Curitiba-PR; i) SEA & NÁUTICA LTDA, CNPJ nº 70.994.140/0001-08, sediada no município de Belo Horizonte-MG; j) A M M CORREA, CNPJ nº 53.169.506/0001-95, sediada no município de Goiânia-GO; k) RESGATECNICA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE LTDA, CNPJ nº 15.453.449/0001-82, sediada no município de Belo Horizonte/MG e l) INOVA EQUIPAMENTOS DE RESGATE LTDA, CNPJ 44.542.555/0001-30, sediada no município de Curitiba-PR, em utilização da Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 95/2025, cujo objeto será a aquisição de materiais de mergulho, para atender às necessidades do Batalhão de Operações Especiais – BOPE/PMPR, nos valores totais de a) R$ 1.355,64 (mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), b) R$ 2.694,24 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), c) R$ 31.200,00 (trinta e um mil, duzentos reais), d) R$ 12.594,00 (doze mil, quinhentos e noventa e quatro reais), e) R$ 2.795,64 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos), f) R$ 1.320,00 (mil e trezentos e vinte reais), g) R$ 48.408,00 (quarenta e oito mil, quatrocentos e oito reais), h) R$ 4.000,00 (quatro mil reais) i) R$ 50.311,68 (cinquenta mil, trezentos e onze reais e sessenta e oito centavos, j) R$ 56.354,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais), k) R$ 164.700,00 (cento e sessenta e quatro mil, setecentos reais) e l) R$ 34.650,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme as Minutas dos Contratos acostadas entre as fls. 860/870; 871/881; 882/892; 893/903; 904/914; 915/925; 926/937; 938/948; 949/960; 961/972; 973/984 e 987/997;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69385/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0564/2026 - GS/SESP

Assunto: Prorrogação de posse.
Protocolo: 25.986.610-3

1. Trata-se de requerimento de prorrogação de posse formulado pelo candidato Jocimar da Silva Alves, CPF nº 055.XXX.XXX-73, nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 13.622, de 11 de maio de 2026, publicado no DIOE nº 12.141, também de 11 de maio de 2026;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e demais providências.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69452/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0563/2026 - GS/SESP

Assunto: Prorrogação de posse.
Protocolo: 25.986.696-0

1. Trata-se de requerimento de prorrogação de posse formulado pelo candidato Antonio Adir Rudiak, CPF nº 070.XXX.XXX-42, nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 13.622, de 11 de maio de 2026, publicado no DIOE nº 12.141, também de 11 de maio de 2026;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e demais providências.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69454/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0566/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO
Protocolo: 25.838.178-5

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1562-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 76.900.463/0001-71, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela COLÔNIA PENAL AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ - CPAI, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 275/2025, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 37/51) e Plano de Trabalho (fls. 53/64);peração Técnica acostada às fls. 36/47 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 48/58;

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE o Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69471/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0567/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 228/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO
Protocolo: 25.838.390-7

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1566/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 76.900.463/0001-71, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário do Paraná e pela Penitenciária de Integração Social de Piraquara - PISP, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão no Contrato Administrativo nº 275/2025, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 37/51) e Plano de Trabalho (fls. 53/64);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE o Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69473/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE NUTRIÇÃO, COCÇÃO E FORNECIMENTO
Protocolo: 25.400.953-9

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 1513/2026- AT/SESP, a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0328/2025 - GMS nº 3384/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa RISOTOLÂNDIA IND E COM DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.900.463/0001-71, tendo por objeto a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas, para atender à demanda das Unidades Penais da Regional de Curitiba, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 16/06/2026 e término em 15/06/2027, mantendo-se o valor diário de R$ 57.355,37 (cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme Minuta acostada às fls. 171/172;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

4. PUBLIQUE-SE e, após, ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69463/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: APOSTILAMENTO - REAJUSTE - IPCA

Protocolo: 25.601.465-3

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e ainda, nos termos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

da Informação nº 1130/2026 – AT/SESP, a anotação do Segundo Termo de Apostilamento, ao Contrato nº 0128/2025 - GMS 1174/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa VITA COMÉRCIO DE FENO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 55.665.404/0001-96, cujo objeto consiste na aquisição de alimentação animal e serragem, para atender as necessidades do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar – RPMON, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 5,13% (cinco vírgula treze por cento), referente à apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passando o valor total para R$ 62.865,40 (sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 108/109);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69460/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: APOSTILAMENTO - REAJUSTE – VCMH

Protocolo: 25.873.219-7

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 1477/2026 – AT/SESP, a anotação do Sétimo Termo de Apostilamento ao Contrato nº 0014/2022 - GMS nº 0053/2022, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e a empresa CLÍNICA DE SAÚDE CIDADE INDUSTRIAL CFJ LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.508.394/0001-40, cujo objeto consiste na contratação de serviços de enfermagem para prestação de serviços assistenciais de enfermaria e unidade de terapia intensiva, para atender as necessidades do Hospital Militar do Paraná - HPM/PMPR, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 9,5% (nove vírgula cinco por cento), referente à aplicação da Variação de Custo Médico Hospitalar (VCMH), passando o valor mensal para R$ 260.159,40 (duzentos e sessenta mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), a partir de 12/01/2026, na forma da Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 117/118);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69456/2026

P O R T A R I A Nº 1160-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando protocolo nº 25.594.399-5, resolve,

M A N T E R

ELIANE PRACIDELI, RG 6XXX089X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, da 9.ª Subdivisão Policial de Maringá, da Divisão Policial do Interior.

MOTIVO: Para exercer atividades administrativas, conforme Atestado Psicológico, de 25/05/2026, da SEAP/DSS/DPM.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1171-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

Considerando o protocolo sob nº 25.057.116-0, DESIGNAR ÂNGELO OLIVEIRA BATISTA DIAS, RG 16.XXX.826-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na 36.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE WENCESLAU BRAZ, da 12.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE JACAREZINHO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE TOMAZINA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular JULIANO FONSECA, RG 6.XXX.829-X, Delegado de Polícia de 2ª classe, no período de 20/11/2025 a 19/12/2025.

Considerando o protocolo sob nº 25.054.611-4, DESIGNAR PATRÍCIA CAVALARI BOCAMINO TABORDA, RG 6.XXX.449-X, Delegada de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções como Delegada Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO CLARO, da 12.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE JACAREZINHO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Adjunta pela 12.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE JACAREZINHO, da mesma Divisão, durante férias do titular TRISTÃO ANTONIO BORBOREMA DE CARVALHO, RG 12.XXX.242-X, Delegado de Polícia de 2ª classe, no período de 21/11/2025 a 30/11/2025.

Considerando o protocolo sob nº 25.397.660-8, DESIGNAR FRANCIELA ALBERTON, RG 5.XXX.883-X, Delegada de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções como Delegada Chefe no NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO, da Divisão Estadual de Narcóticos, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pelo NÚCLEO REGIONAL DE CASCAVEL, da mesma Divisão, durante férias da titular BARBARA RAQUEL VALESKI STRAPASSON, RG 7.XXX.664-X, Delegada de Polícia de 3ª classe, no período de 04/05/2026 a 22/05/2026.

Considerando o protocolo sob nº 25.727.951-0, DESIGNAR GIOVANNA ANTONUCCI BRITO OLIVEIRA, RG 16.XXX.173-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegada Chefe na DELEGACIA DA MULHER DE FOZ DO IGUAÇU, da Divisão de Polícia Especializada, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pelo NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE FOZ DO IGUAÇU, da mesma Divisão, durante férias da titular RENATA OLIVEIRA PEREIRA, RG 7.XXX.176-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 19/05/2026 a 28/05/2026.

Considerando o protocolo sob nº 25.916.660-8, DESIGNAR MAYARA GARCIA DIAS, RG 9.XXX.815-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegada Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE IRETAMA, da 16.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CAMPO MOURÃO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE MAMBORÊ, da mesma Subdivisão e Divisão, durante afastamento para curso do titular ANDERSON SÉRGIO ROMÃO, RG 14.XXX.188-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, no período de 25/05/2026 a 31/05/2026.

Considerando o protocolo sob nº 25.906.184-9, DESIGNAR LIVIA GRAZIELA PINI, RG 9.XXX.956-X, Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções no 6.º DISTRITO POLICIAL DE LONDRINA, da 10.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LONDRINA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pelo 3.º DISTRITO POLICIAL DE LONDRINA e pela DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE LONDRINA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular WILLIAM DOUGLAS SOARES, RG 8.XXX.844-X, Delegado de Polícia de 2ª classe, no período de 01/06/2026 a 20/06/2026.

Considerando o protocolo sob nº 25.635.137-4, DESIGNAR MARIO

SERGIO BRADOCK ZACHESKI , RG 11.XXX.923-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE BOCAIÚVA DO SUL, da Divisão de Polícia Metropolitana, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE QUATRO BARRAS, da mesma Divisão, durante férias do titular THIAGO FRANÇA NUNES, RG 16.XXX.278-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, no período de 01/06/2026 a 30/06/2026.

Considerando o protocolo sob nº 25.635.137-4, DESIGNAR ENIO SUENDY ALCANTARA DE SIQUEIRA, RG 16.XXX.144-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE URAÍ, da 11.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA MARIANA, da mesma Subdivisão e Divisão.

Considerando o protocolo sob nº 25.966.774-7, DESIGNAR THIAGO FERREIRA FILGUEIRAS, RG 16.XXX.317-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe no SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS, da Divisão de Investigações Criminais, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE PROTEÇÃO À PESSOA, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, durante férias da titular VANESSA CRISTINA DE LIMA E SILVA, RG 14.XXX.495-X, Delegada de Polícia de 3ª classe, no período de 21/05/2026 a 30/05/2026.

Curitiba, 28 de maio de 2026

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1172-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 25.875.059-4, resolve,

D E S I G N A R

EMANUEL FERNANDES MONTEIRO DE ALMEIDA, RG 16XXX157X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior, para responder como Delegado Chefe pelas Delegacias de Polícia de LINDOESTE e SANTA TEREZA DO OESTE, da mesma Subdivisão e Divisão.

D I S P E N S A R

MARCOS FERNANDO DA SILVA FONTES, RG 4.XXX.615-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DO ADOLESCENTE, da 15ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior, de responder cumulativamente como Delegado Chefe pelas Delegacias de Polícia de LINDOESTE e SANTA TEREZA DO OESTE, da mesma Subdivisão e Divisão.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1173-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando protocolo nº 25.437.813-5, resolve,

M A N T E R

SIMONE BARBOSA DOS SANTOS, RG 10XXX202X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DE CERRO AZUL, da Divisão de Polícia Metropolitana.
MOTIVO: Para exercer atividades administrativas, conforme Atestado Psicológico, de 21/05/2026, da SEAP/DSS/DPM.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

69696/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0569/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 227/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO.
Protocolo: 25.838.342-7.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1563/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 76.900.463/0001-71, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO - PCE-UP, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 275/2025, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 36/50) e Plano de Trabalho (fls. 52/63);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69695/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0570/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 229/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO.
Protocolo: 25.838.419-9.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1567/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 76.900.463/0001-71, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Penitenciária Central do Estado - Unidade de Segurança - PCE-US, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão no Contrato Administrativo nº 275/2025, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 37/51) e Plano de Trabalho (fls. 53/64);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69698/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0568/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 199/2026 – SEMIABERTO HARMONIZADO MONITORADO - TRABALHO EXTERNO
Protocolo: 25.845.040-0

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 18/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 152/2024, e na Informação nº 1568/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA, CNPJ nº 76.247.345/0001-06, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pelo COMPLEXO SOCIAL DE CRUZEIRO DO OESTE, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/39) e Plano de Trabalho (fls. 41/52);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE o Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69701/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 25.348.290-7

Assunto: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 644/2023 – SEAP/PR

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 1511/2026-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa RENTAL SAÁS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ nº 31.766.438/0001-09, sediada em Curitiba/PR, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 69/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 644/2023, cujo objeto é a aquisição de tela interativa e suporte pedestal, para atender as necessidades da Polícia Militar do Paraná – PMPR, no valor total de R$ 517.380,48 (quinhentos e dezessete mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos), conforme minuta contratual constante às fls. 362/373;

2. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

É o despacho.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69682/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 25.658.036-5

Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1337/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa CIDADE MAIS SOLUÇÕES EDITORIAIS LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 05.881.661/0001-97, sediada no Município de Goiânia/GO, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1078/2023, cujo objeto será a aquisição de chinelos de dedo unissex, para atender à demanda do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR, no valor total de R$ 25.942,50 (vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 491/502;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69697/2026

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo Nº. 25.142.610-4

Assunto: Reconhecimento de Dívida – Concessão de Diárias – PCPR

1. RECONHEÇO E INDENIZO a dívida, nos termos do art. 10 do Decreto Estadual nº 6.358/2024 e no art. 66 do Decreto Estadual n° 12.308/2025, e na Informação n° 1552/2026 - AT/SESP, em favor do servidor **José Carlos dos Santos (CPF: 608.XXX.XXX-15)**, em relação ao pagamento de diárias no valor total de **R$ 668,27 (seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos)**, referente à missão de transporte de materiais e equipamentos para estruturar a Operação Costa Noroeste 2025/2026, com deslocamento do município de Curitiba/PR para o município de Porto Rico/PR, efetuado entre os dias 15 à 17 de dezembro de 2025, conforme relatório técnico de viagem (fl. 11);

2. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, preliminarmente, ao Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS/CGE) para ciência e registro exigidos pelo inciso IV do art. 67 do Decreto Estadual nº 12.308/2025, e, na sequência, restitua-se à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

Ten.-Cel. QORR PM Marcos Roberto Arantes

Diretor-Geral em exercício.

69729/2026

PORTARIA N.º 064/2026 – PRES/FUNDASEG

Súmula: Designar servidores para atuar na gestão e na fiscalização das contratações firmadas pelo órgão.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual n.º 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, em cumprimento aos demais diplomas legais aplicados à espécie, e, **CONSIDERANDO:**

A Portaria nº 046/2026 – PRES/FUNDASEG, que dispõe sobre a designação excepcional e temporária de agentes de contratação, pregoeiros, equipe de apoio, gestores e fiscais de contratos no âmbito da Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG.

O disposto nos Arts. 7º e 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

RESOLVE

Art. 1º – Designar, Agnaldo Nunes Baldissera, CPF nº ***.452.669-**, servidor desta Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, para atuar como gestor da entrega de luminárias, para atender às demandas da Fundação de Apoio à Segurança Pública, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 171/2025 – PE 90069/2025 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – UASG 925006.

Art. 2º – Designar, Renata da Silva Dias, CPF n.º ***.104.259-**, servidora desta Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, para atuar como fiscal da entrega de luminárias, para atender às demandas da Fundação de Apoio à Segurança Pública, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 171/2025 – PE 90069/2025 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – UASG 925006.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 26 de maio de 2026
Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente
Fundação de Apoio à Segurança Pública

69253/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE NUTRIÇÃO, COCÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Protocolo nº 25.754.399-4

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 1535/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0462/2025 - GMS nº 5056/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa GIACOMINI E CARVALHO LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.549.407/0001-00, tendo por objeto a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas, para atender à demanda das Unidades Penais da Regional de Curitiba do Departamento de Polícia Penal do Paraná - DEPPEN, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 17/07/2026 e término em 16/07/2027, mantendo-se o valor total de R$ 2.237.223,70 (dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e três reais e setenta centavos), conforme Minuta acostada às fls. 152/153;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69436/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0565/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PROJETO "OLHO VIVO" – MUNICÍPIO DE CURITIBA.
Protocolo: 24.246.627-6

1. AUTORIZO,com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 1481/2026-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Polícia Militar do Paraná, por intermédio da Diretoria de Tecnologia e Inovação - DTI, e, de outro lado, o Município de Curitiba-PR, inscrito no CNPJ/MF nº 76.417.005/0001-86, visando a cooperação entre os partícipes, visando incrementar ações, no município de Curitiba, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados, tecnologia, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 36/47 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 48/58;

2. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE o Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69458/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.606.938-5

Assunto: TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA C/C REAJUSTE DE PREÇOS - JR CHAMPION LTDA - CONTRATO Nº 0323/2025

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 1535/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0462/2025 - GMS nº 5056/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa GIACOMINI E CARVALHO LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.549.407/0001-00, tendo por objeto a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas, para atender à demanda das Unidades Penais da Regional de Curitiba do Departamento de Polícia Penal do Paraná - DEPPEN, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 17/07/2026 e término em 16/07/2027, mantendo-se o valor total de R$ 2.237.223,70 (dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e três reais e setenta centavos), conforme Minuta acostada às fls. 152/153;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 28 de Maio de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69736/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0571/2026 - GS/SESP

Assunto: ABERTURA DE LICITAÇÃO – OBRAS.
Protocolo: 23.838.160-6

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 29 da Lei nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 136/2026 - PGE/PCO (fls. 2248/2257), bem como na Informação n° 0615/2026 da Unidade Técnica de Engenharia e Arquitetura – SESP/UTEA (fl. 2265) que certificou o cumprimento das recomendações exaradas pela PGE, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, forma Eletrônica, critério de julgamento maior desconto, visando a contratação integrada de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a elaboração dos projetos básicos, legais e executivos de arquitetura e complementares, incluindo a aprovação dos projetos nos órgãos competentes e obtenção de alvarás, licenças e demais documentos legais necessários, e a execução da obra da Sede da 2ª Companhia do 31º Batalhão da Polícia Militar em Palotina, com área total a construir de aproximadamente 434,13m², no imóvel situado à Travessa João Calvino s/nº, CEP 85.952-406, Município de Palotina, Paraná, no valor global máximo estimado de R$ 3.524.963,16 (três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), conforme minuta do Edital de fls. 2151/2228;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para providências.

Curitiba, 28 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69778/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0555/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 263/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO.
Protocolo: 25.902.900-7.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1547-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa KAING GANG ALIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 78.455.730/0001-74, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Corbélia, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 3798/2026, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/38) e Plano de Trabalho (fls. 40/51);

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69051/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0555/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 263/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO INTERNO.
Protocolo: 25.902.900-7.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 1547-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa KAING GANG ALIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 78.455.730/0001-74, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Corbélia, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 3798/2026, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/38) e Plano de Trabalho (fls. 40/51);

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 27 de maio de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

69052/2026

DESPACHO – GABINETE DO SECRETÁRIO/SESP

Protocolo: 25.736.703-7

Assunto: Aquisição de telas interativas e suportes tipo pedestal.

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1410/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.766.438/0001-09, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 644/2023, cujo objeto será a aquisição de telas interativas e suportes tipo pedestal, para atender às necessidades da Polícia Militar do Paraná - PMPR, no valor total de R$ 202.758,84 (duzentos e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 231/241;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE, preliminarmente à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel PM Saulo de Tarso Sanson Silva,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

69711/2026

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo: 25.828.615-4

Assunto: INDENIZAÇÃO - PAGAMENTO DE ALUGUEL

1. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal 14.133/2021, no art. 37 do Decreto Estadual nº 10.086/22 e com base na Informação nº 1519/2026- AT/SESP, a dívida em favor da locadora: Edith Borgmann (CPF: 968.XXX.XXX-53), neste ato representada por Almir Borgmann (CPF: 577.XXX.XXX-72), no valor de R$ 13.132,64 (treze mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos), em razão do uso do imóvel localizado na PR 467 (Rodovia Estadual do Paraná), Km 26,1, S/N (sem número), que abrigava a Sede do Batalhão de Polícia de Fronteira - BPFRON, para atender a demanda da Polícia Militar do Paraná, no período de Março a Abril de 2026, nos termos do Contrato nº 0855/2024 (fls. 04/10);

2. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante para as demais providências legais.

É o despacho.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)

Ten.-Cel. QORR PM Marcos Roberto Arantes

Diretor-Geral da SESP, em exercício

69810/2026

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 0380/2026-SETR/GS
Referente ao Protocolo nº 25.329.236-9

I. AUTORIZO, com fulcro nos artigos 40, XI e 65, § 8.º da Lei Federal n.º 8.666/1993, com base na **Informação nº 423/2026-NFS/SETR (mov. 39) e na Informação nº 235/2026-AT/SETR (mov. 57)** a repactuação do valor do **Contrato Administrativo nº 1360/2023**, o qual tem por objeto a **prestação de serviços continuados de Limpeza, Asseio, Conservação e Outros**, formalizado junto a empresa **RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 69.207.850/0001-61,** no valor mensal de **R$111.323,98 (cento e onze mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos),** reajustando o valor mensal do contrato para **R$ 113.312,51 (cento e treze mil, trezentos e doze reais e cinquenta e um reais)**, sendo o total do período **01 (um) ano e 1 (um) mês** de **R$ 25.852,03 (vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e três centavos)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas em lei.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao **SETR/NAS**para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

69087/2026

RESOLUÇÃO Nº 033/2026-SETR
(Protocolo n° 25.969.524-4)

Dispõe sobre a designação da servidora Mariana Araújo Miguel para desempenho de suas funções no Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho Qualificação e Renda – SETR/NRHS

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, nomeado pelo Decreto nº 13.730/2026, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 19 de maio de 2026, Edição nº 12.147.

RESOLVE:

Art. 1º Lotar a servidora MARIANA ARAÚJO MIGUEL, portadora do RG n° 50.***.*17-1, no Núcleo de Recursos Humanos Setorial – SETR/NRHS.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.
Willian Porfirio Ribeiro
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

69250/2026

RESOLUÇÃO Nº 034/2026 – SETR

(protocolo nº 25.974.078-9)

Designa servidor representante para responder pela presidência do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES).

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, nomeado pelo Decreto nº 13.730/2026, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 19 de maio de 2026, Edição nº 12.147.

RESOLVE:

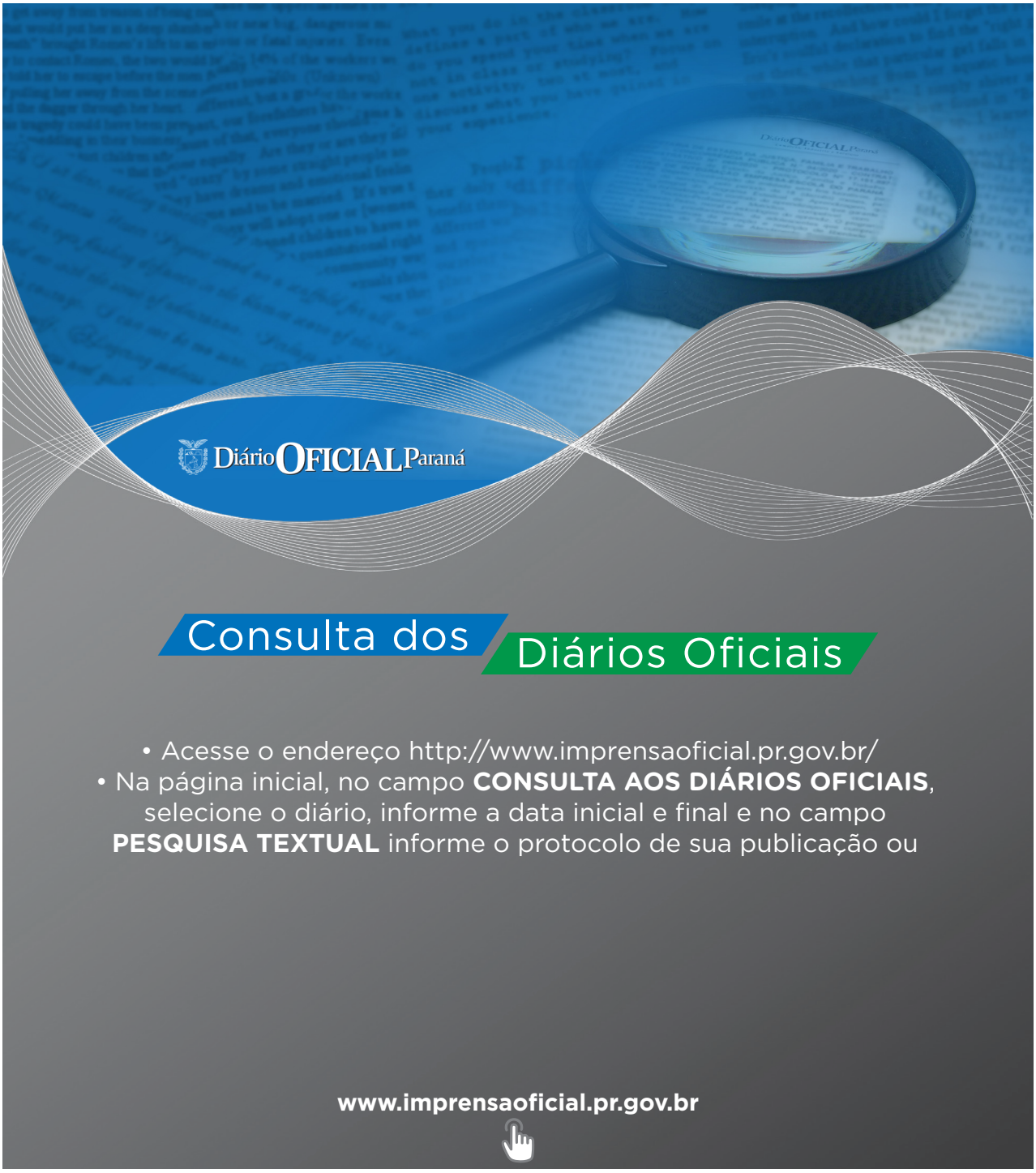
Art. 1º DESIGNAR, a servidora SUELEN GLINSKI ROSA, portadora do RG nº 8.***.583-*, para representar o Secretário de Estado desta Pasta na condição de presidente do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), em ausências e eventuais impedimentos, conforme art. 19, §1º do Decreto nº 3.932/2020.

Art. 2º Torna sem efeito a resolução nº 027/2025 – SETR.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.
Willian Porfirio Ribeiro
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

69120/2026



ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2025 A ABRIL DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	MAIO/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**55.658.528,69**	**54.890.928,31**	**75.971.376,60**	**55.227.521,36**	**56.255.249,38**	**61.703.155,03**	**57.205.136,29**	**90.658.148,39**	**54.378.471,56**	**54.817.669,00**	**79.233.199,82**	**59.333.342,67**	**755.332.727,10**	**143.334,34**
Pessoal Ativo	**35.623.829,65**	**34.866.640,79**	**48.428.800,29**	**35.171.177,70**	**35.740.854,04**	**39.640.084,98**	**36.777.168,85**	**57.294.206,41**	**33.923.145,97**	**34.294.045,41**	**58.793.376,06**	**38.683.897,18**	**489.237.227,33**	**143.334,34**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	**29.582.879,45**	**28.732.646,53**	**42.310.683,80**	**29.032.294,67**	**29.418.796,46**	**32.695.832,28**	**30.283.692,37**	**44.224.629,59**	**27.875.796,70**	**27.725.902,87**	**52.625.798,11**	**32.591.559,09**	**407.100.511,92**	143.334,34
Obrigações Patronais	**6.040.950,20**	**6.133.994,26**	**6.118.116,49**	**6.138.883,03**	**6.322.057,58**	**6.944.252,70**	**6.493.476,48**	**13.069.576,82**	**6.047.349,27**	**6.568.142,54**	**6.167.577,95**	**6.092.338,09**	**82.136.715,41**	
Pessoal Inativo e Pensionistas	**20.034.699,04**	**20.024.287,52**	**27.542.576,31**	**20.056.343,66**	**20.514.395,34**	**22.063.070,05**	**20.427.967,44**	**33.363.941,98**	**20.455.325,59**	**20.523.623,59**	**20.439.823,76**	**20.649.445,49**	**266.095.499,77**	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	15.549.535,15	15.552.729,53	23.073.549,93	15.636.345,47	15.815.597,74	16.653.185,13	15.847.029,17	24.203.183,58	15.859.002,28	15.869.505,61	15.874.640,77	15.938.201,78	205.872.506,14	
Pensões	4.485.163,89	4.471.557,99	4.469.026,38	4.419.998,19	4.698.797,60	5.409.884,92	4.580.938,27	9.160.758,40	4.596.323,31	4.654.117,98	4.565.182,99	4.711.243,71	60.222.993,63	
Out. Desp. Pes. Dec. Contr. de Terc. ou de Contr. de Forma Indireta (§ 1º do art. 18)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**10.951.786,46**	**10.941.062,12**	**12.905.678,28**	**10.931.100,12**	**11.023.612,39**	**11.814.946,77**	**10.874.727,21**	**19.797.073,15**	**11.027.232,00**	**11.009.177,38**	**10.732.389,28**	**10.757.879,02**	**142.766.664,18**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	12.160,52	0,00	133.041,36	44.287,90	0,00	43.266,76	10.527,60	15.847,15	0,00	259.131,29	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	111.640,28	139.917,82	0,00	0,00	0,00	0,00	151.866,96	143.987,55	0,00	0,00	547.412,61	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.951.786,46	10.941.062,12	12.794.038,00	10.779.021,78	11.023.612,39	11.681.905,41	10.830.439,31	19.797.073,15	10.832.098,28	10.854.662,23	10.716.542,13	10.757.879,02	141.960.120,28	
Ag. Com. Saúde e de Combate às Endemias com Rec. Vinc. (CF, art. 198, §11)														
Parc. Dedut. ref. ao piso sal. Enfermeiro, Téc. Enfer., Aux. Enfermagem e Parteira														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**44.706.742,23**	**43.949.866,19**	**63.065.698,32**	**44.296.421,24**	**45.231.636,99**	**49.888.208,26**	**46.330.409,08**	**70.861.075,24**	**43.351.239,56**	**43.808.491,62**	**68.500.810,54**	**48.575.463,65**	**612.566.062,92**	**143.334,34**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	71.074.720.330,02	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	64.233.164,45	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transf. da União relat. à remuneração dos ag. comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**71.010.487.165,57**	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**612.709.397,26**	**0,86**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	965.742.625,452	1,36%
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	917.455.494,179	1,29%
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	869.168.362,907	1,22%

FONTE: Sistema Integrado de Finanças Públicas - SIAF, Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA e Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - SEFA/PR. Unidade Resp.: Diretoria de Finanças, Data e Hora de emissão: 14/05/2026, 12:00h.

Nota 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2. Foi incluído, nas despesas com pessoal inativo e pensionistas, o valor de R$ 31.151.183,25, referente às pensões do Fundo Financeiro, sendo R$ 16.096.523,64 devidos pelo TCE/PR e R$ 15.054.659,61 devidos pelo Tesouro do Estado, conforme Lei 17.435/12, e foi excluída, nas despesas não computadas, a contribuição previd. descontada dos pensionistas do Fundo Financeiro, no valor de R$ 3.094.799,57, em atendimento ao Ac. nº 6201/16-TP.

Nota 3. Foi incluído, nas despesas com pessoal inativo e pensionistas, e excluído, nas despesas não computadas, o valor de R$ 81.248.328,41 referente às aposentadorias e pensões do Fundo de Previdência, também em atendimento ao Acórdão nº 6201/16-TP.

ANDERSON REGIS SALADINO
DIRETOR DE FINANÇAS
Assinado Digitalmente

ANA CAROLINA DA ROCHA
CONTROLADORA INTERNA
Assinado Digitalmente

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
PRESIDENTE
Assinado Digitalmente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, disponibilizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário OFICIAL Paraná
Poder Executivo Estadual

6ª feira | 29/Mai/2026 - Edição nº 12155 | 109

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO PARANÁ – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio/2025 a Abril/2026

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**324.722.179,03**	**325.965.945,08**	**333.461.561,77**	**314.180.410,70**	**387.347.581,86**	**369.810.292,11**	**327.733.149,05**	**678.370.042,53**	**338.093.963,16**	**343.068.838,10**	**413.362.048,87**	**318.672.015,80**	**4.474.788.028,06**	**302.677.809,28**
Pessoal Ativo	**246.058.838,03**	**251.235.648,46**	**258.980.617,42**	**239.435.832,89**	**310.958.233,02**	**281.589.771,78**	**249.856.181,57**	**516.768.565,46**	**269.006.211,04**	**273.596.789,17**	**343.980.073,26**	**249.588.392,14**	**3.491.055.154,24**	**274.368.939,28**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	210.191.616,88	216.030.159,51	224.414.498,41	204.953.857,95	275.042.920,47	240.956.555,85	214.122.862,54	447.705.840,32	231.388.804,47	236.903.579,69	307.300.854,95	212.584.978,80	3.021.596.529,84	272.715.951,48
Obrigações Patronais	35.867.221,15	35.205.488,95	34.566.119,01	34.481.974,94	35.915.312,55	40.633.215,93	35.733.319,03	69.062.725,14	37.617.406,57	36.693.209,48	36.679.218,31	37.003.413,34	469.458.624,40	1.652.987,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	**78.663.341,00**	**74.730.296,62**	**74.480.944,35**	**74.744.577,81**	**76.389.348,84**	**88.220.520,33**	**77.876.967,48**	**161.601.477,07**	**69.087.752,12**	**69.472.048,93**	**69.381.975,61**	**69.083.623,66**	**983.732.873,82**	**28.308.870,00**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	61.207.195,21	57.587.579,20	57.495.212,20	57.479.966,90	59.407.557,60	67.089.672,89	59.943.557,38	125.825.948,00	51.256.491,40	51.581.939,67	51.523.473,43	51.250.085,83	751.648.679,71	28.308.870,00
Pensões	17.456.145,79	17.142.717,42	16.985.732,15	17.264.610,91	16.981.791,24	21.130.847,44	17.933.410,10	35.775.529,07	17.831.260,72	17.890.109,26	17.858.502,18	17.833.537,83	232.084.194,11	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**111.009.506,56**	**102.755.666,43**	**117.349.323,52**	**99.344.414,93**	**159.851.431,06**	**111.977.447,73**	**103.734.866,19**	**232.013.324,16**	**94.267.845,76**	**105.082.664,58**	**182.060.678,89**	**82.522.643,12**	**1.501.969.812,93**	**301.008.702,00**
• Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	48.216.943,05	51.967.531,44	67.174.007,96	49.577.657,23	108.997.329,26	56.194.895,04	51.997.915,67	128.929.009,46	48.385.090,40	62.145.629,11	134.608.300,96	42.759.052,61	850.953.362,19	259.645.712,00
• Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
• Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	21.082.867,06	11.005.614,42	10.634.536,44	10.195.104,13	10.726.667,58	10.136.607,91	10.328.243,24	24.253.599,10	6.782.528,74	3.717.657,70	8.324.281,84	1.522.678,17	128.710.386,33	41.362.990,00
• Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	41.709.696,45	39.782.520,57	39.540.779,12	39.571.653,57	40.127.434,22	45.645.944,78	41.408.707,28	78.830.715,60	39.100.226,62	39.219.377,77	39.128.096,09	38.240.912,34	522.306.064,41	0,00
• Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art.198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
• Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Parteira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
• Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**213.712.672,47**	**223.210.278,65**	**216.112.238,25**	**214.835.995,77**	**227.496.150,80**	**257.832.844,38**	**223.998.282,86**	**446.356.718,37**	**243.826.117,40**	**237.986.173,52**	**231.301.369,98**	**236.149.372,68**	**2.972.818.215,13**	**1.669.107,28**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE L	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	71.074.720.330,02	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	64.233.164,45	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	-
(-) Transf. da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art.198, §11)	-	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	71.010.487.165,57	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**2.974.487.322,41**	**4,19**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.260.629.229,93	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.047.597.768,44	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.834.566.306,94	5,40

Fonte: 1) Sistema Integrado de Planejamento e Administação Financeira do Estado do Paraná - SIAFIC, SEFA/PR - Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e Serviço Social Autônomo - PARANAPREVIDÊNCIA. Unidade Resp.: Secretaria de Finanças - TJPR. Data e hora de emissão: 27/05/2026, 14h17.Protocolo SEI nº 0035868-55.2026.8.16.6000.
2) RCL - Receita Corrente Líquida: Sistema SIAFIC / SEFA-PR (doc. SEI 13050854).

Nota 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Leonir Valmorbida
Coordenador de Contabilidade e Orçamento
Assinado Digitalmente

Maria Anita dos Anjos
Secretária de Finanças
Assinado Digitalmente

Patrícia Caetano
Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Interna
Assinado Digitalmente

Marcelo Oliveira dos Santos
Secretário-Geral
Assinado Digitalmente

Desa. Lidia Maejima
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Assinado Digitalmente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 148/2026 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 21 da Lei 20.121 de 2019 c/c inciso XVII do artigo 16 do Decreto 9177/2021, e ainda, considerando o disposto nos artigos 15 e 16 do Decreto 2819/2023, em função do registrado no protocolo nº 25.764.391-3,

R E S O L V E:

Art. 1º INSTAURAR sindicância, destinada a apurar a ocorrência e eventual responsabilidade por acidente ocorrido com o veículo oficial do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, placas UBB2C34 conforme notificado no protocolo supramencionado;

Art. 2º DESIGNAR para comporem a comissão sindicante, sob a presidência da primeira nominada, os seguintes servidores e empregados públicos, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a apuração dos fatos e instrução do processo, nos termos da Lei 20.656 de 2021:

I. Sirlei Fernandes Nunes – RG: nº 2.1X2.X4X-4;

II. Diomar Henrique Oliveira – RG: n.° 6.X8X.X5X-9;

III. Cássio Caetano de Faria – RG: nº 6.X1X.X1X-7.

Art. 3º DETERMINAR que seja dada ciência da constituição da Comissão Sindicante às chefias imediatas dos seus respectivos membros;

Art. 4º ESTABELECER que os trabalhos sejam iniciados no prazo de até 3 (três) dias contados a partir da publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado do Paraná e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir de seu início.

Registre-se e publique-se.
Curitiba, 28 de maio de 2026.
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

69814/2026

